

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BRUNA AMARAL DÁVALO

**CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

DOURADOS – 2016

BRUNA AMARAL DÁVALO

**CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson.

Área de concentração: Políticas Públicas, Teoria Social e Ação Coletiva.

DOURADOS – 2016

*Às pessoas que vivem a dura
realidade da invisibilidade social.
Àqueles cuja subsistência é precária.
Aos que sofrem todo tipo de
exclusão social, especialmente
àqueles em situação indigência.*

AGRADECIMENTOS

Creio ser impossível citar todas as pessoas que me ajudaram nesta caminhada. Algumas passaram e outros ficaram, mas cada uma delas deixou importante contribuição.

Agradeço primeiramente a esta “força” que alguns chamam de Deus, mas a quem eu chamo de Amigo.

Ao Prof. Dr. Guillermo A. Johnson, meu orientador, que se tornou exemplo de profissional e ser humano verdadeiramente humanizado – seja por meio do saber acadêmico, da sabedoria contida no silêncio ou da ação sempre comprometida com o bem coletivo – que levarei para a vida.

Ao Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva, Prof. Dr. Rafael Gonçalves Gumiero e Prof. Dr. Marcio Pochmann que integraram as bancas de qualificação e defesa, contribuindo de forma singular para a cientificidade e amadurecimento do presente estudo.

Agradeço de maneira muito especial às “mulheres da minha vida”, minha mãe e minha avó, pelo exemplo de fé e luta, pelo apoio manifestado de tantas formas e em tantos momentos, pelo amor que não tem preço, por serem meu porto-seguro.

Às amigas e amigos que acompanharam e contribuíram durante a “gestação” desta dissertação. Agradeço também àqueles que tiveram gestos verdadeiros de amizade e gratuidade, mesmo não convivendo diariamente comigo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

*Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam - Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre o sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza...
Não digam nunca: Isso é natural!
A fim de que nada passe por ser imutável.*

Bertolt Brecht

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade realizar uma caracterização da pobreza no Estado de Mato Grosso do Sul, visando elucidar questões como, por exemplo, quem são as pessoas em situação de pobreza no estado, sua distribuição espacial, por gênero, etnia e idade. Nesse contexto surgem também inquietações acerca dos diversos determinantes envolvidos no processo de geração e perpetuação da pobreza, sendo necessária sua contextualização histórica. É por meio do diálogo entre elementos teóricos e indicadores socioeconômicos correspondentes ao período entre 1990 e 2015, que é construída esta Dissertação. Assim, espera-se que a presente pesquisa possa oferecer suporte para discussões sobre o fenômeno social da pobreza no cenário sul-mato-grossense, provocar novos debates e oferecer subsídio no que tange a elaboração e execução de políticas públicas.

Palavras - chaves: Pobreza; Políticas Sociais; Neoliberalismo; Mato Grosso do Sul.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo realizar una caracterización de la pobreza en el estado de Mato Grosso do Sul, para dilucidar cuestiones como, por ejemplo, quienes son las personas en situación de pobreza en el estado, su distribución espacial, por género, etnia y edad. En este contexto también emerge la preocupación por los diversos determinantes que intervienen en el proceso de generación y perpetuación de la pobreza, lo que requiere su contextualización histórica y conceptual. Es a través del diálogo metodológico entre los elementos teóricos y los indicadores socioeconómicos para el período comprendido entre 1990 y 2015, que se construye esta tesis. Por lo tanto, se espera que esta investigación proporcione apoyo para los debates sobre el fenómeno social de la pobreza en el escenario del sur-matogrosense, conduzca a más discusiones y sirva de subsidio para la elaboración y la implementación de políticas públicas.

Palabras clave: Pobreza; Políticas Sociales; Neoliberalismo; Mato Grosso do Sul .

ABSTRACT

This research has the purpose of the characterization of poverty in the state of Mato Grosso do Sul, to expose questions about who are the people in poverty in the state, their spatial distribution by gender, ethnicity and age. In this context also appear concerns about the several determinants involved in the process of generation and development of poverty, which require a historical and conceptual context. This thesis was developed from methodological dialogues between theoretical elements and socio-economic indicators for the period between 1990 and 2015. Therefore, it is expected that this research will provide support for discussions on the social phenomenon of poverty in Mato Grosso do Sul, triggering for further discussions and offering subsidy regarding the design and implementation of public policies.

Keywords: Poverty; Social Politics; Neoliberalism; Mato Grosso do Sul.

LISTA DE MAPAS

Mapa 3.1	Proporção de extremamente pobres em 1990
Mapa 3.2	Proporção de extremamente pobres em 2014
Mapa 3.3	Proporção de pobres em 1990
Mapa 3.4	Proporção de pobres em 2014
Mapa 3.5	Renda domiciliar <i>per capita</i> média em 1990 (R\$)
Mapa 3.6	Renda domiciliar <i>per capita</i> média em 2014 (R\$)
Mapa 3.7	Renda domiciliar <i>per capita</i> média do 1% mais rico em 1990
Mapa 3.8	Renda domiciliar <i>per capita</i> média do 1% mais rico em 2014
Mapa 3.9	Renda domiciliar <i>per capita</i> média dos extremamente pobres em 1990
Mapa 3.10	Renda domiciliar <i>per capita</i> média dos extremamente pobres em 2014
Mapa 3.11	Renda domiciliar <i>per capita</i> média dos pobres em 1990
Mapa 3.12	Renda domiciliar <i>per capita</i> média dos pobres em 2014
Mapa 3.13	Renda <i>per capita</i> dos extremamente pobres – municípios – 2010 (R\$)
Mapa 3.14	Mapa 3.14: Renda <i>per capita</i> dos pobres – municípios – 2010 (R\$)
Mapa 3.15	Renda <i>per capita</i> dos vulneráveis a pobreza – municípios – 2010 (R\$)
Mapa 3.16	Extremamente pobres – municípios – 1991 (%)
Mapa 3.17	Extremamente pobres – municípios – 2000 (%)
Mapa 3.18	Extremamente pobres – municípios – 2010 (%)
Mapa 3.19	Pobres – municípios – 1991 (%)
Mapa 3.20	Pobres – municípios – 2000 (%)
Mapa 3.21	Pobres – municípios – 2010 (%)
Mapa 3.22	Proporção da população de indígenas na população total – 1991
Mapa 3.23	Proporção da população de indígenas na população total – 2010
Mapa 3.24	Taxa de extrema pobreza nos municípios em 2010

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico B	Proporção de pobres no Brasil e Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2014 (%)
Gráfico C	Evolução da Renda <i>per capita</i> média em Mato Grosso do Sul (R\$).
Gráfico D	Renda domiciliar <i>per capita</i> - média dos extremamente pobres – Mato grosso do Sul e Brasil (R\$).
Gráfico E	Renda domiciliar <i>per capita</i> - média dos extremamente pobres – Estados da Região Centro-Oeste (R\$).
Gráfico F	Renda domiciliar <i>per capita</i> - média dos pobres – Mato Grosso do Sul e Brasil (R\$)
Gráfico G	Renda domiciliar <i>per capita</i> - média dos pobres – Estados da Região Centro-Oeste (R\$)
Gráfico H	Porcentagem mais pobre da população com renda total igual à do 1% mais rico (%)
Gráfico I	Renda <i>per capita</i> dos extremamente pobres (2010)
Gráfico J	Renda <i>per capita</i> dos pobres por município em 2010 (R\$)
Gráfico K	Renda <i>per capita</i> dos vulneráveis à pobreza por município em 2010 (R\$)
Gráfico L	Porcentagem (%) de extremamente pobres por município em 2010
Gráfico M	Porcentagem (%) de pobres por municípios em 2010
Gráfico N	Porcentagem (%) de vulneráveis à pobreza (2010)
Gráfico O	Número de domicílios pobres (unidade)

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1	Linhas de extrema pobreza e pobreza estimadas para as áreas urbanas e rurais da região Centro-Oeste (valores correntes em 2013)
Tabela 3.2	Renda domiciliar <i>per capita</i> média dos extremamente pobres em 2014 (R\$)
Tabela 3.3	Renda domiciliar <i>per capita</i> - média do 1% mais rico – Região Centro-Oeste (R\$)
Tabela 3.4	Número de indivíduos extremamente pobres – Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas – 2014
Tabela 3.5	Número de indivíduos pobres – Linha de pobreza baseada em necessidades calóricas – 2014
Tabela 3.6	Indicadores de pobreza dos municípios de Mato Grosso do Sul segundo o Índice de Exclusão Social (IES) – 2010
Tabela 3.7	Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (%)
Tabela 3.8	Taxa de ocupação – mulheres (%)
Tabela 3.9	Taxa de ocupação – homens (%)
Tabela 3.10	Municípios sul-mato-grossenses com maior população indígena
Tabela 3.11	Municípios sul-mato-grossenses com maior população indígena urbana
Tabela 3.12	Número de famílias inscritas no Cadastro Único em Mato Grosso do Sul – outubro de 2015
Tabela 3.13	Bolsa Família - Pagamento em 2015 (de Janeiro a Dezembro/2015)

LISTA DE SIGLAS

ADHB	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIS	Consórcio de Informações Sociais
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul.
FECOMP	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEADATA	Base eletrônica de dados do IPEA
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDICE	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	<i>Oxford Committee for Famine Relief</i> (Comitê de Oxford para Alívio da Fome)
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RDHTTA	Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação
SEDHAST	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho.
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	17
1.1 A pobreza na sociedade capitalista	18
1.2 Contexto histórico da pobreza contemporânea	19
1.2.1 A geopolítica e a pobreza no Brasil: apontamentos	23
1.3 A reprodução e a naturalização da pobreza	26
1.4 Os conceitos de pobreza	28
1.4.1 A feminização da pobreza	30
1.4.2 Considerações sobre povos indígenas, pobreza e políticas sociais	33
CAPÍTULO 2	36
2.1 A mensuração da pobreza	37
2.1.1 Considerações a partir dos estudos desenvolvidos por instituições unilaterais	38
2.1.2 O Índice de Exclusão Social: Uma abordagem multidimensional	41
2.2 Apontamentos sobre as políticas sociais no Brasil	43
2.2.1 Considerações sobre o Estado de Bem-Estar Social no Brasil	47
2.2.2 Políticas sociais neoliberais	49
2.2.3 Políticas públicas de combate à pobreza	52
2.2.3.1 O Cadastro Único do Governo Federal	52
2.2.3.2 O Programa Bolsa Família	53
2.2.3.3 O Vale Renda	54
CAPÍTULO 3	56

3.1	57
3.2 Indicadores de renda	63
3.3 Distribuição da pobreza dentro do estado	81
3.4 Domicílios	91
3.5 Dimensões da pobreza no Mato Grosso do Sul	94
3.5.1 Pobreza feminina	94
3.5.2 População indígena	96
3.6 O Cadastro Único e o Programa Bolsa Família (PBF) em Mato Grosso do Sul	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

O objetivo inicial desta pesquisa consistiu em analisar o processo de geração e perpetuação da pobreza no estado. Porém, ao constatar quão sumária é a bibliografia recente sobre a pobreza em Mato Grosso do Sul, bem como o limite temporal do mestrado acadêmico, logo prevaleceu a necessidade de caracterizá-la, ou seja, reunir elementos históricos, conceituais e indicadores socioeconômicos construindo um diálogo entre métodos qualitativos e quantitativos.

À nível mundial sabe-se, por exemplo, que a 80 pessoas concentram atualmente riqueza equivalente a soma de toda a renda de 50% da população mundial (OXFAM, 2015). No Brasil, em 2010, 6,62% da população (cerca de 8.191.008 de pessoas), estavam em situação de extrema pobreza no Brasil, além de 25.888.565, 13,57% da população total, em situação de pobreza. Ainda em 2010, 3,55 % da população sul-mato-grossense vivia em situação de extrema pobreza e 9,92 % em situação de pobreza (IBGE, 2010).

Além do fato de que são raras as análises sobre a pobreza em Mato Grosso do Sul, a relevância deste estudo deve-se a necessidade de pesquisas que considerem as características locais, além de potencialmente contribuir para subsidiar discussões e ações do Estado e da sociedade civil. Assim como os diversos cenários que compõe a América Latina, Mato Grosso do Sul é exemplo de “campos fartos” para tais pesquisas, principalmente por seus elementos históricos e por sua constituição social e política.

Diante da diversidade de compreensões e definições conceituais, utilizo como referencial bibliográfico autores que analisam a pobreza a partir de sua estrutura, ou seja, as estruturas que lhe produzem e mantém. Parto da premissa de que a pobreza não é uma característica social “inata”, mas sim produzida e reproduzida socialmente de forma útil aos interesses hegemônicos do Capital, ou seja, “não surge aleatoriamente [...] é fruto de um processo

produtivo em que determinados meios são utilizados para atingir determinados fins” (CAMPOS, 2011, p. 51).

Haja vista a diversidade de questões circundantes à temática proposta, o quadro de referência corresponde às características da população em situação de pobreza no Estado de Mato Grosso do Sul. Os dados apresentados são oriundos, principalmente, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Além dos dados provenientes do IBGE e IPEA, destacam-se relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) – especialmente os produzidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) -, Atlas da Exclusão Social no Brasil¹ e do Consórcio de Informações Sociais (CIS)².

Os objetivos específicos concentram-se em contribuir para discussões sócioterritoriais, vinculadas com a elaboração de políticas sociais pautadas em características locais; elucidar as características da população em situação de pobreza no Estado, especialmente entre mulheres e indígenas. Visando alcançar os objetivos mencionados, a dissertação está organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda questões introdutórias sobre o contexto histórico e conceitual relacionados com a pobreza. Visando desenvolver e fundamentar esse debate é realizada uma sucinta revisão bibliográfica, discutindo as diferentes concepções de pobreza, suas dimensões históricas e sociais, uma vez que não existe uma definição consensual sobre tal fenômeno.

No segundo capítulo o foco volta-se para as políticas sociais neoliberais e os atuais mecanismos de mensuração da pobreza. Feitas as considerações

¹ O “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil” é um site que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e outros 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade para os municípios brasileiros com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015).

² É um sistema de intercâmbio de informações científicas sobre a sociedade brasileira. O Consórcio de Informações Sociais é mantido pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e conta com suporte material e financeiro da USP e CNPq (CONSÓRCIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2015).

dos dois primeiros capítulos, o terceiro e último destina-se a apresentação de indicadores, mapas e gráficos sobre a pobreza em Mato Grosso do Sul no período entre 1990 a 2015. Este capítulo apresenta a distribuição da pobreza no Estado considerando as suas características populacionais vinculadas com a sua distribuição territorial e destacando duas clivagens: a questão de gênero e a indígena.

CAPÍTULO 1

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo concentrou significativamente as pessoas nas nascentes cidades, o que, entre outros aspectos, evidenciou e intensificou significativamente a situação de pobreza nos países ocidentais da Europa (CASTEL, 1988). Embora no feudalismo também se destacasse a existência da pobreza, bem como a naturalização da mesma, a transição para o modo de produção capitalista aumentou a preocupação com a pobreza e seus desdobramentos em longo prazo (GARCIA, 2005, pp. 34-50).

Sobre o ideário social que circundava o capitalismo em seus primórdios, Hobsbawm (1982, p. 17) destaca a crença de que este geraria uma sociedade de “plena distribuição material, [...] crescente felicidade, oportunidade humana e razão, de avanço das ciências e das artes, [...] um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral” (1982, p. 17).

Segundo o autor supracitado, o capitalismo é o fruto de “uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro”.

Advindo o século XX, aconteceu uma transformação substancial em diversos setores da sociedade, com desenvolvimento econômico em termos mundiais. Garcia (2005) esclarece que este desenvolvimento aconteceu no seio de um sistema gerador de contradições, isso porque no capitalismo o crescimento econômico não foi capaz de superar as diversas formas de exclusão social – especialmente a pobreza.

Ao questionar se o “projeto de modernidade” do capitalismo se realizou, Garcia (2005, p.36) conclui que, em termos, sim; pois se vivenciou um aumento significativo de produção de bens e avanços científicos que provocaram transformações profundas na organização social. Por outro lado afirma que tais

avanços não aconteceram pareados à “emancipação humana e acesso universal aos frutos do desenvolvimento”.

1.1 A pobreza na sociedade capitalista

Segundo Mészáros (2002, p.15), Capital e capitalismo são elementos distintos, mas que apresentam identificação conceitual. Esta identificação, por sua vez, tem incapacitado as “experiências revolucionárias” socialistas que objetivaram superar o que o autor chama de sistema “sóciometabólico do Capital”. Mészáros define o sistema de sociometabólico do Capital como:

[...] o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao Capital [...]. É mais poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé Capital, trabalho e Estado. Essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas, e é impossível superar o Capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema (MÉSZÁROS, 2002, p.15).

Pinassi (2011) esclarece que o capitalismo é uma forma histórica de existência do Capital, não necessariamente a única. Segundo a autora, uma das características que tornam o capitalismo peculiar é que a partir dele passam a existir as sociedades expansionistas e acumulacionistas – antes estas características não apareciam necessariamente atreladas. A partir daqueles tempos até o surgimento paulatino do que se constituía como o ideário da burguesia foi possível observar a dinâmica dos mecanismos que explicam e/ou justificam a produção e reprodução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, Garcia (2005) assinala, por exemplo, que o Iluminismo de Kant desempenha importante papel na fundamentação do pensamento na modernidade e contribui para a concepção capitalista de pobreza. A partir do pensamento de Kant, a pobreza estaria ligada a ideia de que os sujeitos têm aquilo que se sentem dignos e que buscam ter, ou seja, um modo de viver. Seguindo tal linha de raciocínio, superar a pobreza é um desafio de autopercepção e esforço individual.

Na sociedade burguesa dificilmente o sujeito que não tenha poder econômico terá acesso aos mesmos benefícios daquele em situação inversa. Esta tendência modela os diversos cenários sociais como, por exemplo, o Congresso Nacional brasileiro – densamente ocupado por sujeitos que dispõem de amplos recursos econômicos – e o ensino superior público, no qual raramente as cadeiras mais concorridas são ocupadas por estudantes de baixa renda vindos de escolas públicas.

A partir desse conjunto de ideias reinantes na sociedade, os bens materiais são descritos por Hobsbawm (1982, p.237) como sinais de riqueza e status na sociedade burguesa. Estes sinais se mantêm até hoje, sob a ideia de que quanto mais bens modernos e caros o sujeito pode comprar, mais poder ele tem. Este poder é reconhecido e legitimado pelos outros indivíduos também adaptados “a ilusão de uma alegria harmoniosa e hierárquica, cercada pelos objetos materiais que a demonstravam e faziam-na possível, a vida de sonho [...]”.

Portanto, o belo – segundo os padrões de beleza vigentes, uma vez que o conceito de beleza é socialmente construído – e o material são elementos fundamentais para distinguir, na sociedade capitalista, os que possuem poder econômico, político e social dos que se encontram a margem da sociedade. A partir desta perspectiva, os pobres podem ser considerados como aqueles que não possuem poder de influência, os que não são “alguém”. Contam como “indivíduos” aqueles com capacidade de exercer poder de alguma forma (HOBBSAWM, 1982, p. 250).

1.2 Contexto histórico da pobreza contemporânea

Segundo Montañó (2012), a ideia de “questão social” começa a se popularizar na divisão do pensamento liberal entre questões econômicas e sociais. Tal divisão ocorre em meados do século XIX e fica conhecida,

enquanto categoria teórica, como "decadência ideológica da burguesia"³. Para o autor surge uma nova racionalidade baseada na mistificação da realidade, com vistas a conferir caráter pulverizado e fetichista à mesma.

A partir desta nova racionalidade, questões como a miséria, fome e pobreza passam a ser pensadas como responsabilidade dos indivíduos ou grupos por elas afetados. "A questão social, portanto, passa a ser concebida como "questões" isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem (MONTAÑO, 2012, p. 272).

Segundo Garcia (2005), a pobreza tem sido abordada a partir de dois arcabouços teóricos, o social-democrata e o liberal. Para o autor estes dois arcabouços teóricos não buscam romper com a estrutura do sistema capitalista, mas apontam soluções em seu interior. O que os distingue é que as teorias da social-democracia delegam ao Estado responsabilidade para solucionar o problema, ao passo que as teorias liberais e neoliberais delegam esta responsabilidade ao mercado.

Montaño fala ainda de três fatores que, para o pensamento liberal, estariam diretamente associados às causas da miséria e da pobreza, são estes: déficit educativo, planejamento, déficit moral e comportamental. Segundo o autor:

Primeiramente a pobreza no pensamento burguês estaria vinculada a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis

³A decadência ideológica denunciada por Marx e Engels e interpretada por Lukács, é o período claramente marcado pela tentativa de os ideólogos burgueses produzirem conhecimentos que têm como premissa a evasão da realidade social, com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital. [...] O processo de decomposição das teorias clássicas sobre a vida social ocorre aproximadamente entre os anos de 1820 e 1840, sendo Hegel o último grande pensador da filosofia burguesa revolucionária, Adam Smith e David Ricardo os derradeiros representantes da economia política clássica e Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier os últimos socialistas utópicos. A teoria social que se preocupava com a totalidade da vida social, interessada em descobrir a verdade do mundo, começa a ser substituída pela apologética. Esse processo ocorre com a tomada do poder político pela burguesia e, simultaneamente, a luta de classes entra em cena, com o protagonismo emergente do proletariado. O medo do movimento revolucionário de 1848 interrompe o ciclo progressista da burguesia e de suas possibilidades teóricas em dar respostas que expressassem a visão de mundo ascendente do projeto burguês, pois sua perspectiva teórica choca-se com os limites do projeto de sociedade. Ou seja, entre a herança teórico cultural emancipadora e a manutenção da ordem, a burguesia opta pelo segundo, dando origem ao "pensamento da ordem", berço perfeito para o nascimento das ciências sociais especializadas (LARA, 2013, p. 93).

“naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é visto como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mau gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.) (MONTAÑO, 2012, p. 272).

A partir de tais pressupostos nascem teorias e ações que influenciam diretamente o pensamento social no que se refere à pobreza. No campo das ações podem ser citadas aquelas cujo fundo é a caridade e no campo das teorias relembro aqui a “Lei dos pobres⁴” e a mais recente teoria de Lewis (1914-1970) sobre a “Cultura da Pobreza”.

Montaño (2012) aponta que as questões sociais passam a ser abordadas de forma “segmentada”, “filantrópica”, “moralizadora” e “comportamental”. “A ação é então a educação e a filantropia. Surgem assim os abrigos para “pobres” e as organizações de caridade e filantropia” (p. 212).

Sobre a diferença entre as estratégias liberais clássicas e neoliberais de enfrentamento da pobreza Montaño (2012, p. 277) explica que para o primeiro tipo de visão respondia a este problema com ações filantrópicas pautadas na caridade. Já as estratégias neoliberais pautam-se na repressão dos sujeitos pobres, uma vez que o pauperismo é criminalizado. Já o Estado bem-estar social encara a questão como consequência do desenvolvimento e responsabilidade do estado. Para o autor a estratégia neoliberal orienta-se numa tripla ação:

Por um lado, a ação estatal, as políticas sociais do Estado, orientadas para a população mais pobre (cidadão usuário); ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Por outro lado, a ação mercantil, desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra (cidadão cliente), tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas. Finalmente, a ação do chamado “terceiro setor”, ou da chamada sociedade civil (organizada ou não), orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção filantrópica (MONTAÑO, 2012, p. 277).

⁴ A “Lei dos Pobres”, *Poor Laws* em inglês, foi criada na Inglaterra em 1601 com o objetivo de diminuir número de miseráveis em situação de rua devido ao aumento populacional e migrações do campo para as cidades (MACHADO, 2006).

Para o modo de produção capitalista os pobres são aqueles sem poder de consumo diante da liberdade de escolha – bastante questionável, já que o sucesso econômico do indivíduo está socialmente imposto pela cultura do consumo e a liberdade condicionada aos interesses do Capital que atua como gerador de pobreza.

Segundo Garcia é possível identificar três significações que representam “uma cisão [...] detectada nos estudos sobre pobreza” (GARCIA, 2005, p. 49). A primeira significação é denominada “dimensão econômica”, a segunda “dimensão política” e a terceira significação o autor chama de “visão diferenciada⁵”. Grosso modo, estes três tipos de significação servem para distinguir os autores a partir do que consideram central do fenômeno da pobreza.

Montaño (2012, p. 279) argumenta que a partir da visão liberal, as desigualdades sociais e o contexto de escassez passam a ser elementos necessários para o crescimento e desenvolvimento das forças produtivas. Ainda, o mesmo constata que “a desigualdade é consequência do processo que, mesmo em abundância de mercadorias, articula acumulação e empobrecimento”.

Outra característica histórica do capitalismo é que ele renova-se para continuar existindo. Mészáros, por exemplo, fala das “crises cíclicas”, que segundo ele seriam um problema constante na dinâmica do Capital. Para Mészáros, por exemplo, não há um setor capaz de controlar o Capital muito tempo, o que parece controlá-lo é o tripé formado pelo Capital, trabalho e estado. Assim, o Capital funciona como uma “causa sui”, tendo compromisso apenas com sua expansão e acumulação.

A razão por que o Capital é estruturalmente incapaz de tratar as causas como causas – em vez de tratar a todas as dificuldades e complicações emergentes como efeitos manipuláveis com maior ou menor sucesso – é que esta é a sua própria fundamentação causal: uma verdadeira causa sui perversa. Qualquer coisa que aspire à legitimidade e à

⁵ Garcia chama de “visão diferenciada” aquela que concebe a pobreza como falta de recursos e uma virtude. Este tipo de visão advém de princípios cristãos. Nesta perspectiva a pobreza por escolha é enaltecida, ao passo que a pobreza como condição social não detém mesmo status.

viabilidade socioeconômicas deve ser adaptada ao seu quadro estrutural predeterminado. Na qualidade de modo de controle sociometabólico, o Capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha restringir sua dinâmica voltada para a expansão (MÉSZÁROS, 2002, p.177).

Nesse mesmo sentido, Castel (1998, p.41) aponta a existência de uma recorrente “utopia burguesa”, referindo-se a ideia de que todos os problemas sociais, inclusive a pobreza, seriam equacionados pelo desenvolvimento econômico. Para Garcia (2005, p.45), a teoria de Marx nasce em contraponto a esta “utopia”, entendendo que “a pobreza [...] adquire o caráter de elemento estrutural do próprio modo de produção”.

1.2.1 A geopolítica e a pobreza no Brasil: apontamentos

No caso do Brasil percebe-se quanto a pobreza relaciona-se à condição de país colonizado. Não obstante, tal condição não possui grande avanço se comparada à história recente, uma vez que o Imperialismo continua a nos atingir – vale aqui ressaltar que tal condição se estende a grande maioria dos países da América Latina.

Se por um lado o Brasil não é mais colônia portuguesa, por outro continua submetido ao jugo de grandes potências mundiais, principalmente no aspecto econômico. Explicação para este fato é que os países latino-americanos em sua maioria não tiveram autonomia para acompanhar a rapidez das transformações econômicas, culturais e políticas do capitalismo como fizeram Europa e Estados Unidos (FERNANDES, 1973, p.11). Em Mato Grosso do Sul o quadro de dominação externa apresenta-se por meio da internacionalização do setor sucroenergético e agroindustrial, por exemplo.

Sobre este “ciclo colonizador”, Fernandes (1973, p. 13-18) aponta quatro momentos distintos: o primeiro momento “adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores”; o segundo “surge como produto da desagregação do antigo sistema colonial”; “O terceiro apareceu como

consequência da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa”; o quarto momento de dominação externa “surtiu recentemente, em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos”.

O referido teórico esclarece que nem todos os países da América Latina vivenciaram os quatro momentos da dominação externa citada a cima. Um grupo de países (Paraguai, Peru, El Salvador, etc.) vivenciou apenas os dois primeiros padrões de dominação, tornando-se versões aprimoradas das antigas colônias portuguesas e espanholas. Já o segundo grupo de países latino-americanos, do qual o Brasil faz parte (além de México, Argentina, etc.), passou pelos quatro momentos.

Segundo Fernandes (1973, p.19) o Brasil e os outros países de seu grupo vivenciaram os quatro momentos da dominação externa por terem conseguido superar os dois primeiros tipos de dominação. Isso aconteceu por conta de avanços econômicos e a existência de estruturas de poder brasileiras eficientes, dando origem ao que o autor chama de “posição de barganha”.

A condição de país dependente historicamente gera uma herança danosa para países como o Brasil. Tais heranças são notadas ao olharmos para concentração de renda e poder nas mãos de uma minoria da população (a parcela das riquezas destinada à população em situação de pobreza é ainda mais insignificante se lembrarmos de que as riquezas produzidas pelo Brasil são destinadas a agentes hegemônicos externos), a existência de uma estrutura que abrange vários setores da sociedade (cultura, política, etc.) a serviço dos interesses externos e por último a exclusão conveniente da maior parte da população brasileira (FERNANDES, 1973, p. 20).

Dadas tais heranças, podemos pensar em termos de uma espécie de macro estrutura, formada pelas grandes potências econômicas mundiais especializadas em explorar economias fragilizadas historicamente. Quanto a tal fragilidade da economia brasileira, há de se destacar que embora o Brasil tenha vivenciado nas ultimas décadas certo crescimento econômico, no que

tange as populações mais carentes ainda existem muitas lacunas a serem superadas.

Uma questão importante trata da utilidade da pobreza para o projeto neocolonialista. Neste sentido, nações como os Estados Unidos avançam sobre regiões menos desenvolvidas com pretexto de levar progresso. Sader (2011) chama de “cabeça do sistema imperialista mundial” o papel ocupado pelos Estados Unidos nas últimas décadas.

Para Fernandes (1973) as mudanças ocorridas no seio do capitalismo resultam na produção de três realidades:

[...] a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. [...] a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes "épocas históricas", mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder. [...] a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (FERNANDES, 1973, p.20).

Neste sentido, as nações menos desenvolvidas no atual modo de produção assumiriam o papel de produtoras e acumuladoras de capital para as nações em destaque no capitalismo.

Existe uma espécie de tradição colonial de subserviência que circunda a postura dos países latino-americanos. Tal tradição estaria “baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora” (FERNANDES, 1973, p.12).

O pensamento conservador reconhece como fenômenos distintos e isolados as contradições produzidas pelo próprio sistema ao qual este pensamento embasa, delegando aos sujeitos a responsabilidade pela superação de tais contradições. Sob a perspectiva liberal a pobreza seria, portanto, responsabilidade dos sujeitos pobres e a não superação desta

condição estaria subjugada a mera falta de empenho e, conseqüentemente, mérito.

A partir da tradição colonial citada por Fernandes (1973) e da influência do pensamento conservador desdobra-se o comportamento de naturalização da pobreza, como se esta fosse característica social inerente.

1.3 A reprodução e naturalização da pobreza.

Nos últimos anos a sociedade brasileira acompanhou o acesso de classes desprivilegiadas a bens e serviços que outrora foram exclusividade da elite econômica. Mudanças neste sentido tem causado desconforto de classe para os que ocupam o topo da pirâmide social. Tal contexto revela que, além do avanço econômico, são fundamentais mudanças políticas, culturais e sociais (BARBOSA, 2012, p.25).

Barbosa (2012, p.25) lembra que a história do Brasil é marcada por mudança e continuidade, justificadas pelo fato de que, embora o país tenha se transformado economicamente, o poder real permaneceu nas mãos de uma elite econômica. Neste processo o Estado foi o principal instrumento para alcance dos interesses da elite, ainda que o preço fosse o aumento da pobreza e outras formas de exclusão social (BARBOSA, 2012, p.25).

Para o referido autor, as desigualdades foram e são traços expressivos do desenvolvimento socioeconômico nacional. Isso ocorre de tal forma que analisar a história do país somente parece possível por meio de suas dualidades. Segundo o autor, Brasil e América Latina comungam das mesmas formas de exclusão e exploração, sendo a pobreza a mais cruel (2012, p.29).

Embora a ideia de desenvolvimento econômico pareça estar atrelada a avanços em relação aos problemas que afligem a sociedade, na prática o que acontece é bem diferente. Este é o primeiro ponto a ser destacado sobre o processo de reprodução da pobreza, já que a presença de recursos

econômicos por si só não é sinônimo de avanços no que tange a qualidade de vida da população.

Exemplo disso é que a produção mundial não supera a escassez, ou seja, é incapaz de garantir a subsistência de toda a população. Assim, medidas como o aumento da produção são ineficientes para romper com o ciclo de pobreza, como defende Montaña (2012).

Oferecer recursos para o fim da pobreza é um grande desafio, pois implica dividir a produção de forma que toda população tenha suas necessidades de subsistência contempladas. Porém, isto é praticamente impensável em uma sociedade na qual o desenvolvimento das forças produtivas depende justamente do excedente produtivo (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Em alinhamento com a excludente distribuição de renda e recursos já citada, a naturalização foi e é uma valiosa aliada das relações opressoras, manifestando-se quando construções sócio históricas são interpretadas como inatas e, por isso, imutáveis. Partindo da premissa de que o sentido das coisas é mobilizado pela forma como estas são simbolizadas (THOMPSON, 1995, p. 79), é possível afirmar que, no contexto ideológico neoliberal, a forma como a pobreza é simbolizada tem sustentado sua perpetuação.

Sabe-se que, por diversas vezes ao longo de sua história, a humanidade se omitiu diante da opressão, exploração e privação, transformando-as no que Bauman (2013, pp. 38-39) chama de “supostos imperativos”, “premissas” e “falsas crenças”.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a alta produção – principalmente no setor agropecuário – e o otimismo dos índices econômicos tem encoberto a pobreza, colocando-a no *hall* das coisas inerentes e, portanto, aceitáveis.

Para Bauman (2013), a pobreza é uma realidade reproduzida diariamente como se fosse parte da “natureza das coisas”, da “ordem das coisas” e por isso (erroneamente) aceitável. O autor considera esta aceitação

uma espécie de *status quo*⁶, cuja ideia é que “o que tem de ser deve ser, ponto final [...], esse é o mundo em que temos de viver nossas vidas [...], para este tipo de mundo [...] não há nem pode haver qualquer alternativa” (BAUMAN, 2013, p. 38).

Accorssi, Guareschi e Scarparo (2012) descrevem a naturalização como um *modus operandi* da Ideologia, ou seja, é a forma como o neoliberalismo encobre a realidade e mantém as estruturas de dominação. Frequentemente as políticas de Estado legitimam esta dominação. Este é o caso das medidas econômicas adotadas em 2015 pelo governo brasileiro, com cortes orçamentários em segmentos que deveriam ser priorizados – é o caso da educação e saúde, por exemplo.

Em uma linguagem mais acessível, os mais pobres seguem desempenhando o papel de “boi de piranha”, expressão brasileira popularmente usada para designar uma pessoa ou grupo que é sacrificado para que se mantenham determinados interesses. Historicamente os mais pobres foram e são sacrificados para manutenção dos interesses hegemônicos liberais e neoliberais, o Brasil e Mato Grosso do Sul não fogem a regra.

Feitas as considerações deste primeiro capítulo, destaco que seu objetivo foi reunir elementos conceituais e históricos – sem a pretensão de realizar uma análise aprofundada sobre a questão da pobreza – a fim de oferecer suporte às discussões que seguem. Dito isso, o segundo capítulo busca apresentar questões referentes às políticas sociais no contexto neoliberal, bem como uma síntese das principais políticas e programas sociais que abarcam o cenário nacional e, por conseguinte, sul-mato-grossense.

1.4 Os conceitos de pobreza

Já nas primeiras tentativas para delimitar o conceito pobreza nos deparamos com o desafio de uma profícua diversidade de definições teóricas.

⁶ Ou seja, “das coisas como *de fato* elas se apresentam, mas de nenhum modo nenhum como elas *devem* ser naquele momento” (BAUMAN, 2013, p. 39).

Apesar desta diversidade, Yazbek (2009) ressalta que todas, ou a grande maioria, das definições têm em comum a dimensão de renda, a ideia de escassez e a privação de bens e direitos. Para a autora:

Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social (YAZBEK, 2009, pp. 73-74).

Além de Yazbek, autores como Pereira (2013) também apontam quão vasta é a literatura sobre a pobreza enquanto categoria teórica, sendo por vezes confundida com os conceitos de desigualdade, exclusão, vulnerabilidade, marginalidade, segregação e congêneres. Apesar de todos estes conceitos estarem relacionadas à ideia de privação, carência, falta de algo, sabemos que cada um encontra diferentes definições. Para Pereira (2013) a pobreza é:

[...] um fenômeno amplo e diverso, portanto, multifacetado, que por sua vez, comporta diferentes enfoques interpretativos, analíticos e mensurativos. Do mesmo modo que também expressão de variadas dimensões de conteúdos culturais, políticos, históricos, sociais e econômicos (PEREIRA, 2013, p.69-70).

Para Garcia (2005) a compreensão do fenômeno social da pobreza está longe de ser algo fácil, mas no desempenho de tal tarefa fica evidente que esta é uma forma de exclusão diretamente ligada à ideia de privação. Para o autor esta dificuldade estaria relacionada “muito mais à medida da pobreza, ao seu dimensionamento do que ao seu significado” (GARCIA, 2005, p. 24). O autor aponta algumas dimensões para sua definição conceitual, sendo estas:

[...] de exposição ao risco da vida pela presença da violência; do ser enquanto condição de autorreconhecimento da própria personalidade; de estar pertencendo socialmente (família, vizinhança, grupal); do realizar tarefas e ocupações com posição social; do criar, assumindo iniciativas e compreendendo o próprio mundo em que vive; do saber com acesso a informação e capacidade cultural; e do ter rendimento que insere ao padrão de consumo aceitável social e economicamente (GARCIA, 2005, p. 27).

Silva (2010), por sua vez, atribui à pobreza o caráter de estrutura complexa, relativa e multidimensional. A autora considera que a definição de pobreza supera a dimensão da renda, perpassando questões mais abrangentes como “a desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e a uma renda digna, a não participação social e política” (SILVA, 2010, p.5).

A fim de subsidiar este estudo e entendendo a pobreza como um problema estrutural, utilizo como base a definição conceitual empregada por Yazbek (2012, p.3) que aborda a pobreza como “categoria histórica e socialmente construída”.

Dentro desta categoria geral, é necessário fazer dois destaques. O primeiro corresponde ao conceito de feminização da pobreza, cada vez mais presente nas discussões acadêmicas. O segundo trata da pobreza indígena – dada sua presença expressiva em Mato Grosso do Sul.

1.4.1 A feminização da pobreza

O conceito “feminização da pobreza” ganhou destaque no fim da década de setenta ao ser empregado por Diane Pearce⁷ no artigo intitulado “*The Feminization of Poverty: Women, Workand Welfare*” ou, em tradução livre, “A feminização da pobreza: Mulher, trabalho e bem-estar”.

Embora seja consenso que a pobreza feminina venha se intensificado, existem ainda diversas questões a serem respondidas. Segundo o IPEA (2005), a ocorrência tímida de pesquisas empíricas sobre o tema é ocasionada por uma série de fatores como, por exemplo, a baixa proporção de dados que possibilitem identificar a pobreza feminina dentro do domicílio.

⁷ Diane Pearce é PhD. em Sociologia e Trabalho Social pela Universidade de Michigan. É diretora do Centro de Bem-Estar da Mulher (Center for Women's Welfare) e atua como docente na Escola de Trabalho Social da Universidade de Washington (CENTER FOR WOMEN'S WELFARE, 2015).

Nas últimas décadas, porém, este fenômeno tem ganhado contornos cada vez mais evidentes, à medida que os indicadores socioeconômicos denunciam que a superação da pobreza está atrelada às lutas pelo empoderamento feminino. Segundo o IPEA (2005, p.7) “a feminização da pobreza indica, por um lado, a existência do aumento da pobreza em um grupo da sociedade e, por outro, o aumento das desigualdades entre homens e mulheres”.

Os fatores que determinam a feminização da pobreza são diversos, estando ligados a questões históricas, de fundo cultural e político. Contudo, o mundo do trabalho destaca-se como cenário onde as lutas por equidade mais se justifica, sendo gritante a desvalorização do trabalho feminino refletida, por exemplo, na diferença salarial entre homens e mulheres que desempenham mesma função.

Neste sentido, embora conquistas devam ser reconhecidas, existem muitas questões a superar. Se por um lado o acesso ao mercado de trabalho representa uma conquista das mulheres, por outro passa-se a acumular mais tarefas, além de permanecerem invisíveis em grande parte dos espaços em que estão inseridas. Segundo Campos (2011, p.20), “historicamente, se construiu uma desigualdade de gênero, desfavorável às mulheres, que se materializa em múltiplas dimensões da vida social, particularmente na divisão do trabalho”.

Sobre a divisão do trabalho, não pode passar despercebido o fato de que antes as mulheres tinham a obrigação⁸ de cuidar⁹ da casa, filhos e marido, hoje a grande maioria continua desempenhando as mesmas tarefas, porém, acrescidas de outras funções. Trata-se de mais uma imposição social, e não de uma possibilidade de escolha, de autonomia, de empoderamento.

⁸ Obrigação no sentido de que estas tarefas não se configuraram como escolhas de papeis, mas sim como frutos de imposições sociais feitas em um processo que negou às mulheres o protagonismo de sua história.

⁹ Historicamente o “cuidar” esteve sempre associado a um papel feminino. Esta associação deve-se ao ideário sociocultural de que a feminilidade é sinônima de doçura, delicadeza, amor incondicional e congêneres. Nesta pesquisa discordo desta visão do “ser mulher”, que inferioriza e a vê como não sujeito de sua história.

Reconhecendo a importância do trabalho para o empoderamento feminino, Beauvoir (1967, p.449) afirma que “foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”. Sobre este fragmento extraído do livro *“O segundo sexo: a experiência da vida”* da autora feminista Simone de Beauvoir, compartilha-se a convicção de que o trabalho contribuiu e contribui para o empoderamento feminino à medida que as mulheres passaram a ter acesso a direitos antes gozados apenas pelos homens. Porém, a ressignificação, de modo que a ferramenta a qual era negado – a mulher – acesso antes se torna agora mais uma possibilidade para sua exploração direta. Sobre isso a autora alertava:

Não se deve, entretanto acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Somente em um mundo socialista a mulher, atingindo o trabalho, conseguiria a liberdade. Em sua maioria, os trabalhadores são hoje explorados. Por outro lado, a estrutura social não foi profundamente modificada pela evolução da condição feminina; este mundo, que sempre pertenceu aos homens, conserva ainda a forma que eles lhe imprimiram. É preciso não perder de vista esses fatos, dos quais a questão do trabalho feminino tira sua complexidade (BEAUVOIR, 1967, p. 450).

Ainda sobre as condições do trabalho feminino, Lopes (2006, p. 408) nos lembra de que o direito que transforma é também o direito que conserva estruturas para gerações posteriores. Sobre a natureza das normas protetivas da mulher no direito do trabalho, a autora observa que “até a Constituição de 1988, o ordenamento jurídico brasileiro tendia por “proteger” o trabalho da mulher, o que perpetuou a discriminação da mulher no mercado de trabalho” (2006, p. 410). Grosso modo, esta “proteção” ou inspiração “humanitária”, como classifica a autora, acabou por reforçar a representação, combatida aqui, do “ser mulher” enquanto não sujeito de sua autonomia, não de equidade de direitos.

A relação entre o fenômeno social da pobreza e a precarização do trabalho pode ser observada, dentre outros aspectos, ao constatar que na grande maioria das famílias brasileiras, e também do Mato Grosso do Sul, a principal fonte de renda advém do trabalho feminino. Segundo Campos (2011,

p.20), “como os rendimentos do trabalho constituem a principal fonte de renda da maioria das famílias brasileiras, a precária condição feminina no mundo do trabalho contribui para que a pobreza no Brasil tenha cada vez mais rosto de mulher”.

1.4.2 Considerações sobre povos indígenas, pobreza e políticas sociais.

É necessário cautela ao estudar concepções hegemônicas do pensamento ocidental e aplica-las a culturas com paradigmas sociais diferenciados, o qual se apresenta no caso dos povos tradicionais. Precisamente, esta se ergue em primeira consideração ao mencionar o conceito de pobreza indígena e sua mensuração, tarefa complexa, que exige a desconstrução de pressupostos e determinismos teóricos – sobretudo pelo fato de que a representação social da pobreza entre indígenas segue caminhos próprios¹⁰.

Neste momento o leitor deve ter em mente que a concepção de pobreza para estes povos não se vincula necessariamente a dimensão de renda, tendo primazia a relação com a terra – o *tekohá*. Na contramão de tal relação, o relatório intitulado “Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul” (RELATORIA DO DIREITO HUMANO À TERRA, TERRITÓRIO E ALIMENTAÇÃO, 2014) denuncia a violação do direito ao território como uma das principais violações¹¹ aos direitos dos povos indígenas.

Embora seja antigo o histórico de dominação e precarização que atinge os indígenas no Brasil e a Constituição Federal de 1988¹² – especialmente os

¹⁰ Embora seja extremamente importante trilhar estes caminhos, não aprofundaremos esse debate, dada a riqueza do tema, sua complexidade e notoriedade. Mas, ainda precisamente para incentivar seu estudo destacamos neste trabalho a pobreza no grupo populacional indígena.

¹¹ É citada ainda a violação do direito à alimentação adequada; violação do direito de acesso à educação específica; violação do direito à saúde; violação à dignidade da pessoa humana (preconceito e racismo); violação ao direito de autodeterminação dos povos indígenas e ao direito a memória.

¹² Destaca-se ainda a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 e o Código Civil Brasileiro adotado em 2002, que retirou da FUNAI a tutela dos povos indígenas no Brasil.

artigos 231 e 232 – reconheça “o direito originário destes sujeitos às terras que tradicionalmente ocupam e que o Estado deve proteger e respeitar seus bens e direitos”, o que se vê em Mato grosso do Sul são graves violações contra este e outros direitos fundamentais (RELATORIA DO DIREITO HUMANO À TERRA, TERRITÓRIO E ALIMENTAÇÃO, 2014, p. 40).

No que se refere às políticas sociais voltadas para população indígena, são historicamente tardias e, por vezes, caracterizadas pelo assistencialismo e paternalismo. Stavenhagen (1984, p.42) destaca que as discussões sobre a pobreza indígena perpassam “[...] uma completa revisão das políticas governamentais ‘indigenistas’ que têm sido adotadas pela maioria dos governos” – trata-se do etnodesenvolvimento.

Aliado ao debate que inclui o etnodesenvolvimento, Stavenhagen destaca ainda que “[...] um novo tipo de movimento social indígena militante vem reivindicando a reafirmação dos valores culturais indígenas e uma reavaliação da posição dos índios na estrutura social” (1984, p. 42).

Na concepção do referido autor, o alcance do etnodesenvolvimento depende da adoção de estratégias voltadas para as necessidades básicas destas populações, o fortalecimento do “olhar interno” sobre a realidade local, respeito às tradições culturais e ao meio ambiente. Estas são formas de garantir o desenvolvimento socioeconômico sem perder de vista a diversidade dos grupos étnicos indígenas, além de não reproduzir modelos de dominação externos (FUNAI, 2015).

A fim de defender os direitos básicos dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul e romper com o ciclo de violação de direitos, foi criado, em 24 de novembro de 2011, o Comitê Nacional de Defesa dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul – CONDEPI-MS (TERRA DE DIREITOS, 2015).

Grosso modo, os conflitos, cujo cerne é a questão do território, e a pobreza extrema são “sintomas” da negligência do Estado para com os povos indígenas. A superação deste quadro, por sua vez, requer ações governamentais comprometidas com a representação social do *tekohá*,

preservação dos ambientes naturais dentro dos territórios indígenas, políticas de desenvolvimento regional, direito a organização e representação social, abertura do governo ao diálogo com tal população, organização do movimento social indígena (VERDUM, 2002, p. 153-155).

CAPÍTULO 2

Neste segundo capítulo o foco concentra-se em apresentar os principais mecanismos e de mensuração da pobreza e nas políticas sociais adotadas no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul para superação deste problema social.

Para este processo faz-se necessária uma abordagem que considere a influência neoliberal sobre as formas de análise e mensuração da pobreza na atualidade, bem como os impactos desta influência na implementação de políticas sociais.

No tocante às políticas públicas de combate a pobreza destaca-se o *Welfare State* brasileiro e os programas sociais de compensação de renda sobre os quais também impera a ideologia neoliberal.

É importante destacar a correlação entre as metodologias de mensuração/caracterização da pobreza e as políticas sociais, já que os indicadores gerados orientam a atuação de governantes. Atualmente as metodologias mais empregadas abordam a pobreza de forma unidimensional, ou seja, condicionada a renda.

Entende-se que pensar a pobreza apenas sobre o aspecto do rendimento prejudica os estudos sobre o tema e a eficiência das ações governamentais. O prejuízo dá-se à medida que as abordagens monetárias desconsideram e camuflam a estrutura que gera e perpetua o problema, apresentando análises rasas descomprometidas com a diversidade (cultura, história, política, região etc.) que torna único cada território.

Nas considerações seguintes consta ainda a abordagem da pobreza como uma das dimensões da exclusão social no Brasil. Este é um exemplo de metodologia multidimensional, ou seja, pressupõe que a exclusão social é construída/estruturada de forma plural. Além deste aspecto, o método é uma alternativa às técnicas monetárias, permitindo dimensionar a exclusão social de

modo geral e/ou de forma fragmentada – a partir de sete dimensões, dentre as quais está a pobreza.

Mais que apresentar linhas metodológicas e políticas sociais contemporâneas espera-se que este capítulo contribua para a necessária e urgente compreensão de que a pobreza é útil aos interesses burgueses e por isso mantida historicamente.

2.1 A mensuração da pobreza

Os estudos sobre a questão da pobreza baseiam-se geralmente em parâmetros e definições pré-existentes – uma vez que para analisar a pobreza faz-se necessário saber o que caracteriza os indivíduos como pobres.

Nas últimas três décadas, tanto o processo de redemocratização do país quanto avanços tecnológicos – especialmente no que tange o acesso a informação – foram determinantes para tornar os indicadores socioeconômicos mais acessíveis. Paralelamente, destacaram-se como formadores de opinião e orientadores de políticas governamentais os mecanismos para mensuração das desigualdades sociais advindos, prioritariamente, de países ricos (GUERRA et al., 2014, p.17).

O índice de Theil e o índice de Gini são exemplos de mecanismos para dimensionar desigualdades sociais relacionadas à renda. O primeiro mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita e o segundo mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, onde 0 corresponde a não desigualdade e 1 a desigualdade máxima (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015).

Para mensuração da pobreza é comum o uso de indicadores associados ao nível de renda e poder de consumo, que podem variar de acordo com os mecanismos adotados por cada instituição. Tais abordagens, contudo, é

produto das percepções hegemônicas a respeito da pobreza, fator que lhes tornam passíveis de questionamento.

Yazbek (2012, p.291), aponta que a pobreza vem sendo analisada “[...] por meio de indicadores de renda e emprego, [...] usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros”.

Na busca por indicadores que caracterizem a situação de pobreza, nota-se a diversidade de metodologias utilizadas por diferentes instituições, governos e pesquisadores. Estes diversos indicadores são comumente chamados de linhas de pobreza, sendo variadas as abordagens e definições.

O IPEA, por exemplo, adota como medida para a pobreza extrema a subsistência diária com menos de U\$\$ 1,25, cerca de R\$ 4,53¹³(IPEA, 2014, pg. 12). No caso do Banco Mundial, a referência para linha de pobreza é a subsistência diária com menos de US\$ 4,00 (R\$ 14,51), caindo para US\$ 2,50 (R\$ 9,07) no caso da pobreza extrema (BANCO MUNDIAL, 2015).

Segundo Loureiro e Suliano (2009), a definição de pobreza tem sido condicionada a determinados níveis de renda, conhecidos como linhas de pobreza. Os autores lembram que no Brasil não existe uma linha de pobreza oficial usada como regra, mas sim a tendência ao uso de alguns mecanismos e suas definições.

O Ministério de Desenvolvimento Social, por exemplo, define como base para as estratégias do Plano “Brasil sem miséria” a linha de extrema pobreza. Segundo o MDS (2014, p.67):

A linha foi empregada no diagnóstico inicial que caracterizou a população extremamente pobre em todo o país, feito com base em informações do Censo. Aplicada à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ela serviu como um dos vários parâmetros para acompanhar a trajetória da taxa de extrema pobreza ano a ano. E, no âmbito do Cadastro Único para Programas Sociais, delimitou o público selecionado para uma série de iniciativas do Plano.

¹³ Baseado na cotação do dólar de 11/03/2016.

Além da linha de extrema pobreza, é exemplo a linha de pobreza absoluta, pobreza relativa, pobreza subjetiva, índices multidimensionais de necessidades básicas não atendidas e combinação entre linhas de pobreza e indicadores de privações – como esclarece o MDS (2014, p.68).

Considerando a existência de múltiplas abordagens, Yazbek (2012) alerta para a influência do juízo de valor na escolha de determinada linha de pobreza, ainda que sejam levados em conta fatores técnicos. Nesta pesquisa não adentro a discussão sobre o juízo de valor, deixando este ponto para outro possível trabalho. No caso brasileiro, as tentativas de consenso sobre uma linha oficial de pobreza e metodologia adequadas à realidade local ainda não tiveram êxito, sendo as pesquisas baseadas em parâmetros estrangeiros (MDS, 2014, p. 70).

2.1.1 considerações a partir dos estudos unilaterais.

O termo “instituições unilaterais” é empregado no livro “Atlas do desenvolvimento social no Brasil: Dez anos depois” e faz referência às instituições, programas e organizações que tem protagonizado o “exercício de diagnósticos e proposições orientadoras a governos sobre pobreza e desigualdade”. No livro, as contribuições de organismos como, por exemplo, Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização das Nações Unidas (ONU) são entendidas como “esvaziadoras de autonomias nacionais” (GUERRA et al., 2014, p.17). A seguir, constam alguns destes recentes diagnósticos.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (PNUD, 2014), estima-se que 1,2 bilhões de pessoas no mundo vivam em situação de pobreza extrema. Quando considerados os dados do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), a estimativa sobe para 1,5 bilhões de pessoas. Avalia-se que em termos mundiais, cerca de 800 milhões de pessoas estão em risco pobreza.

Nas análises feitas por instituições unilaterais, o cenário brasileiro apresentou desenvolvimento econômico e social nas últimas décadas. O RDH, por exemplo, aponta que o país melhorou seu Índice de Desenvolvimento Humano em comparação ao ranking de 2012, avançando uma posição entre 187 países – sendo “o que mais cresceu entre os países da América Latina e do Caribe, com alta acumulada de 36,4%, um crescimento médio anual de 0,95% no período”.

O estudo “Prosperidade Compartilhada e Erradicação da pobreza na América Latina e Caribe” aponta que no período de 2001 a 2013 o número de pessoas vivendo com menos de UU\$ 2,5 por dia no país caiu de 10% para 4% e cerca de 25 milhões de brasileiros deixaram a situação de pobreza extrema ou moderada. O estudo destaca ainda que o Brasil é uma importante liderança ao considerar os índices de superação da pobreza extrema dos países latino-americanos e Caribe (BANCO MUNDIAL, 2015).

O relatório intitulado “Trabalhando para acabar com a pobreza na América Latina e no Caribe: trabalhadores, empregos e salários” atribui a redução da pobreza à elevação dos salários da mão de obra não qualificada, acima de 4% ao ano, ao passo que a remuneração da mão de obra menos qualificada e qualificada cresceu cerca de 2%. Todavia, a elevação salarial impulsionada pelo aumento no preço das *commodities* não aperfeiçoou as oportunidades de emprego na região (BANCO MUNDIAL, 2015).

Por outro lado, o documento “Desenvolvimento social inclusivo: Uma nova geração de políticas para superar a pobreza e reduzir a desigualdade na América Latina e Caribe¹⁴” aponta que, apesar de países como o Brasil terem avançado em relação ao desenvolvimento social na última década, a superação da pobreza e das desigualdades sociais ainda são condições fundamentais para o desenvolvimento sustentável e cumprimento da Agenda 2030 (CEPAL, 2015).

¹⁴ Documento preparado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) para a Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e Caribe, realizada em novembro de 2015 em Lima - Peru.

O referido documento destaca ainda que o cenário mundial e regional é marcado por desafios complexos e pela volatilidade do crescimento econômico. Além disso, a América Latina ainda é a região mais desigual do mundo no tocante a distribuição de renda. No caso do Brasil, por exemplo, dados sobre a distribuição de renda em 2013 apontam que 30% da riqueza declarada pertenciam a menos de 1% dos contribuintes, ou seja, aproximadamente 0,3% do total de brasileiros e brasileiras que declararam o Imposto de Renda naquele ano. Estes dados se referem apenas às pessoas com renda mensal *per capita* superior a 160 salários mínimos (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015).

Para a CEPAL (2015), a tarefa de harmonizar o progresso social com o dinamismo econômico inclusivo e com a distribuição igualitária da riqueza gerada pelo desenvolvimento exige centralidade destes objetivos nas políticas de Estado.

2.1.2 O Índice de Exclusão Social: Uma abordagem multidimensional

No início do século XXI o Brasil vivenciou transformações políticas e econômicas, além de assumir o desafio de aliar desenvolvimento, justiça social e soberania política. Superar estes desafios é, por sua vez, uma tarefa diretamente atrelada à necessidade de contemplar as especificidades dos municípios brasileiros (GUERRA *et al.*, 2014).

Neste contexto, apresentou-se a série de publicações intitulada *Atlas da exclusão social no Brasil* que, dentre outras contribuições, analisa indicadores socioeconômicos de pobreza, emprego, desigualdade, escolaridade, juventude e violência, a fim de caracterizar a exclusão social nos diversos contextos brasileiros. No primeiro livro da série, organizado por Pochmann e Amorim e publicado em 2003, a exclusão social é apresentada como problema multidimensional, ou seja:

As desigualdades de renda, de oportunidades de trabalho, de acesso à saúde, à justiça, à escola, à cultura, ao lazer, à segurança, à escolha e cidadania política constituem, cada uma delas, faces de uma única questão abrangente que, quando estudada em conjunto e focada sobre os que estão despojados desses direitos, costuma chamar-se de exclusão social (AMORIM, POCHMANN, 2003, p.15).

Na versão atualizada, publicada em 2014, do primeiro volume os autores classificam a exclusão social no Brasil como um processo composto de sete variáveis:

[...] (i) exposição do risco da vida pela presença da violência; (ii) do *ser* enquanto condição de reconhecimento da própria personalidade; (iii) de *estar* pertencendo socialmente (f amília, vizinhança, grupal), (iv) do *realizar* tarefas e ocupações com posição social; (v) do *criar*, assumindo iniciativas e compreendendo o próprio mundo em que vive; (vi) do *saber* com acesso a informação e capacidade cultural; (vii) do *ter* rendimento que insere ao padrão de consumo aceitável social e economicamente (GUERRA et al., 2014, p. 27).

A pobreza é, portanto, entendida pelos autores como uma das dimensões do processo de exclusão social. Para sintetizar este processo os autores apresentam o Índice de Exclusão Social (IES). Sob a organização dos economistas Alexandre Guerra e Marcio Pochmann e do geógrafo Ronnie Aldrin Silva, a metodologia empregada no *Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dez anos depois* visa classificar os municípios brasileiros a partir de seu patamar de desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, os autores basearam-se nos dados provenientes do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), e do Sistema de Informações de Mortalidade 2010, publicitado pelo Ministério da Saúde.

Tendo em vista que apresentar e discutir a temática da exclusão social e seus diversos aspectos exigiria a realização de uma pesquisa específica, optou-se pelo recorte que focaliza o índice de pobreza¹⁵ dos municípios sul-mato-grossenses. Tal índice é obtido ao converter a proporção de domicílios

¹⁵ Além do Índice de Exclusão Social (IES) e do índice de pobreza dos municípios brasileiros, o *Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dez anos depois* apresenta o índice de emprego formal, índice de desigualdade social, índice de escolaridade, índice de alfabetização, índice de concentração juvenil e o índice de violência.

particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo em uma variável contínua¹⁶.

Sobre o Índice de Exclusão social é importante destacar que, embora se trate de uma abordagem multidimensional, o índice de pobreza apresentado por ele parte de uma perspectiva monetária. Assim como no caso do PNUD e congêneres este tipo de abordagem tende a limitar a percepção do problema, tanto sobre o que tange suas causas quanto no campo das soluções.

2.2 Apontamentos sobre as políticas sociais no Brasil.

Diferentemente da Europa, o avanço das políticas sociais no Brasil e na América Latina, “[...] caracterizou - se por ser desigual, heterogêneo e fragmentado” (YAZBEK, 2012, p.7). Estas características das políticas sociais brasileiras têm raízes históricas como, por exemplo, os séculos na condição de colônia portuguesa, a abolição tardia da escravidão e décadas de ditadura militar.

Sobre os últimos 50 anos da história do Brasil, Sader (2013, p. 141) destaca que por longo período as desigualdades sociais, a concentração de renda e a exclusão social se acentuaram. A partir das doutrinas liberais, foram implementadas políticas públicas próprias do Estado mínimo, voltadas aos interesses do mercado interno e externo. Por outro lado, o autor avalia os governos Lula e Dilma como pós-neoliberais¹⁷.

Todavia, embora avanços no campo das políticas sociais tenham sido observados nas últimas décadas, muito há para se discutir sobre a atuação do Estado e as políticas sociais implementadas por este.

¹⁶ Os indicadores são transformados em variáveis contínuas, por meio da técnica de Amartya Sen, que variam entre zero e um. Esta técnica é usada pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD). As variáveis foram aplicadas a fórmula “ $X_i, p = (X_i - \text{MIN}(X_i)) / (\text{MAX}(X_i) - \text{MIN}(X_i))$ ”, onde “p” corresponde ao indicador em estudo, “i” ao município, “X” é o valor do indicador e “MIN (X)” e “MAX (X)” representam o menor e o maior valor encontrados na distribuição do indicador (GUERRA, POCHMANN, SILVA, 2014, p. 22).

¹⁷Na concepção do autor, estes dois governos teriam rompido com o modelo neoliberal pós-ditadura de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso.

De fato, a pobreza e outras formas de exclusão social têm sido entraves para a consolidação das democracias na América Latina, gerando instabilidade que, por sua vez, caminha atrelada a influência ascendente das elites sobre a opinião da massa. Se na década de 1990 as atitudes das elites latino-americanas podiam ser diferenciadas a partir de duas dimensões ideológicas, uma com posição mais conservadora e outra com posição de esquerda, atualmente a atitude das elites está em processo de mudança, assumindo caráter plural com novos grupos e atores (HOLZHACKER, 2011).

Quanto ao retrospecto das políticas sociais no Brasil, destaca-se o papel da Constituição de 1988, que veio a aperfeiçoar o acesso da população às políticas sociais. A partir daí, o tratamento dado a questão reflete o dissenso entre correntes teóricas progressistas e conservadoras, com destaque para o neoliberalismo como ideologia dominante. Para além das diferenças quanto ao embasamento teórico, estas correntes têm em comum “a questão da equidade, não perderam de vista a relação entre as modernas instituições da política social e o processo de desenvolvimento e modernização capitalistas” (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 223).

Para Pereira (2012, p.730), a atual fase do capitalismo no Brasil, chamada de neodesenvolvimentista¹⁸, sua inserção entre os Brics¹⁹ e a pressão dos poderosos interesses de classes reflete sobre a política social no país. Para o autor a política social brasileira “encontra - se sob o fogo cruzado de interesses que [...] reproduzem mais intensamente a disputa desigual entre capital e trabalho por ganhos particulares”.

¹⁸ “[...] teoria de desenvolvimento econômico formada por uma economia política [...] que vê o crescimento como o resultado político do nacionalismo econômico, de uma coalizão de classes desenvolvimentista e do respectivo Estado desenvolvimentista; por uma microeconomia novo-desenvolvimentista baseada no mercado e no planejamento dos setores não-competitivos e em uma política industrial para os setores competitivos da economia nacional; e por uma macroeconomia novo-desenvolvimentista aberta, focada na taxa de câmbio e no déficit em conta corrente. Apoia-se em uma teoria social do capitalismo que vê sua dinâmica como o resultado dialético da luta de classes e das coalizões de classe; em uma teoria política do Estado-nação e da sua construção política, que defende a possibilidade [...] da gradual aproximação dos cinco objetivos políticos que as sociedades modernas definiram para si próprias: segurança, liberdade individual, bem-estar econômico, justiça social e proteção do ambiente” (BRESSER-PEREIRA, 2014).

¹⁹ Segundo Pereira (2012, p. 730), “Bric” é um acrônimo formado pelas primeiras letras dos quatro países fundadores do bloco das atuais nações ditas emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China. Recentemente a sigla ganhou um S (Brics), referente à África do Sul, que mais tarde foi incluída nesse bloco.

Na concepção de Silva (2010), uma vez que a categoria pobreza assume um caráter abrangente, a eficácia das políticas sociais depende da articulação com políticas macroeconômicas que, por sua vez, assegurem a geração de emprego, crescimento econômico e, principalmente, a redistribuição da renda.

Os avanços socioeconômicos recentes relacionam-se ao afastamento de políticas sociais neoliberais apoiadas em cortes de gastos. Neste aspecto o grande diferencial é que os avanços econômicos ocorreram pareados ao desenvolvimento social. Para Pochmann (2014, p. 12) esta questão torna singular a situação do Brasil e da América Latina.

Nas últimas décadas o estado de Mato Grosso do Sul intensificou políticas sociais para diminuição dos índices de pobreza. Embora esta questão tenha recebido olhares mais atentos por parte dos governantes, é importante ressaltar que autores diverjam ao analisar tais olhares.

Esta divergência entre autores acontece no âmbito da forma como estes avaliam as ações governamentais, seus impactos e o que há de ser feito para que aconteçam mudanças substanciais. Além disso, existe o fato de as políticas adotadas pelo governo deparam-se rotineiramente com a tendência liberal de corte de gastos e a não priorização das questões sociais.

Pochmann (2014) aponta questões que impactam diretamente a forma como a pobreza é tratada na atualidade, sendo estas: a desconstrução do Estado de Bem-Estar Social como consequência das políticas neoliberais e os efeitos da crise global a partir de 2008.

Sobre o tratamento das questões sociais, é possível avaliar o exemplo dos países asiáticos que acabaram por registrar a intensificação da pobreza, dentre outras formas de exclusão social. Para compreensão deste fenômeno algumas questões devem ser sublinhadas, sendo estas: a ausência do Estado de Bem-Estar Social, desvalorização do custo da mão de obra e as relações flexíveis de trabalho (POCHMANN, 2014, p.11).

De fato, as desigualdades econômicas e políticas compõem a identidade do capitalismo, sendo evidenciadas pela excludente distribuição das riquezas a partir dos interesses da minoria mais rica, exploração da força de trabalho dos mais pobres, domínio da subjetividade da população pela cultura do Capital, dentre outros exemplos. Assim, o(a) trabalhador(a) não tem acesso a riqueza gerada por seu labor e absorvida pelo sistema econômico.

Esta “identidade” é construída a partir de fatores como a divisão desigual de classes e para ser mudada são necessárias mudanças estruturais no sistema econômico e político. Assim, a pobreza deve ser analisada com base nos fatores que a produzem, por exemplo: sua naturalização por parte de governantes e da sociedade em geral; o investimento em políticas liberais; delegar aos pobres a culpa por sua situação de escassez, bem como a responsabilidade exclusiva de superá-la; a divisão injusta das riquezas produzidas; etc. Ações paliativas como as políticas sociais de transferência direta de renda atuam nos “sintomas”, deixando de atingir as causas desta, ou seja, a estrutura da pobreza.

As Políticas Sociais de combate à pobreza têm sido abordadas de forma marginal e assistencialista com o objetivo de apenas regular e administrar a questão (SILVA, 2010). Vale lembrar que os governantes do Brasil nos últimos anos têm indicado como “carro-chefe” de suas políticas públicas sociais a luta maciça contra a pobreza. Refiro-me aqui aos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014).

No caso das políticas de compensação de renda, é preciso destacar que, por vezes, acabam mascarando a pobreza real, fazendo com que a questão pareça caminhar para sua resolução. Contudo, o que se percebe, na verdade, é que este problema exige como solução bem mais que a velha política de “apagar pequenos incêndios sem eliminar as causas do fogo”.

A diminuição dos índices de pobreza, não se dá de forma contínua, mas varia de região para região. A explicação para isso é que, como testemunha a história, pode haver retrocesso ou estagnação, como tem ocorrido desde o início da atual crise econômica mundial, em 2008.

As teorias políticas liberais entendem que as políticas sociais criadas pelo Estado devem buscar assegurar, prioritariamente, os direitos dos indivíduos. Isso deve ser feito de modo que se evitem impactos “[...] nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 1). Neste contexto o Estado assumiria o papel de árbitro, e não de mediador dos conflitos sociais.

Retomando diversas características das teses clássicas liberais e sem perder de vista as transformações do capitalismo, os neoliberais defendem a iniciativa individual como alicerce da economia, assim, quem regularia as riquezas seria o Mercado e não o Estado. Höfling (2001, p.7) resume as teses neoliberais por meio da expressão “menos Estado e mais mercado”.

É este caminho, das teses liberais e neoliberais, que as políticas sociais implantadas no país têm seguido. O estado de Mato Grosso do Sul não destoa desse padrão, com destaque para o Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso do Sul para o período 2010 – 2030 (2009) e a Política Estadual de Assistência Social de Mato Grosso do Sul (2011).

2.2.1 Considerações sobre o Estado de Bem-Estar Social no Brasil

O Estado de Bem-Estar Social é uma forma de organização político-social cuja gênese se dá após a Segunda Guerra Mundial diante da ineficácia do Estado Liberal e a eminente necessidade de revigorar a economia do Ocidente. Parte do princípio que todos os indivíduos têm direitos à proteção social fornecida e regulamentada pelo Estado. Educação, saúde, aposentadoria, seguro desemprego são exemplos destes direitos. Neste modelo a economia é regulamentada pelo Estado, diferentemente do modelo Liberal que prevê o Estado Mínimo (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996).

Bottomore e Outhwaite (1996) esclarecem que o Estado de Bem-Estar Social foi precedido pelo Estado Liberal que se estendeu de meados do século XVII até o início do século XX. Caracterizava-se por delegar ao indivíduo a tarefa de determinar suas próprias necessidades, cabendo ao Estado apenas

assegurar a possibilidade de escolha dos cidadãos e garantir ao mercado protagonismo na organização econômica. A falência deste modelo de Estado dá sinais mais evidentes ainda na Primeira Grande Guerra, já que na prática o que se observou, dentre outros aspectos, foi a precarização dos serviços públicos.

A respeito do conceito de Estado de Bem-Estar Social, parto da definição usada por Marcelo Medeiros no texto “A trajetória do *Welfare State* no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990”. Neste texto, publicado pelo IPEA, o autor define o *Welfare State* como “mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população” (MEDEIROS, 2001, p.6).

Para Medeiros, o papel do *Welfare State* a partir de suas políticas Keynesianas consiste em:

[...] um meio de compensar [...] a insuficiência do mercado em adequar os níveis de oferta e demanda agregada, controlar politicamente as organizações de trabalhadores e capitalistas e estimular a mercantilização da força de trabalho segundo padrões industriais (fordistas), ao administrar alguns dos riscos inerentes a esse tipo de relação de trabalho e ao transferir ao Estado parte das responsabilidades pelos custos de reprodução da força de trabalho (MEDEIROS, 2001, p.5).

No caso do Brasil, Medeiros (2001, p. 5) aponta que o Estado de Bem-Estar Social surgiu com o objetivo de regular, em seus diversos aspectos, “a organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia”. Além disso, o autor explica que o desenvolvimento do *Welfare State* brasileiro teve um caráter redistributivo limitado, justificado pela “falta de autonomia da burocracia” e pela “combinação de autoritarismo com forte segmentação no mercado de trabalho”.

Aponta três linhas que caracterizaram o Estado de Bem-Estar Social no Brasil, sendo a primeira de caráter populista, a segunda de caráter compensatório e a terceira de caráter produtivista. A linha populista correspondeu à fase de consolidação inaugurada pelos governos militares de

1964. As duas linhas seguintes têm em comum a centralização - financeira e política - no governo federal, além de “forte fragmentação institucional e o caráter regressivo nos gastos sociais”. Por outro lado, a linha de caráter compensatório e a de caráter produtivista diferem na medida em que a primeira objetivava minimizar os efeitos da acumulação de riquezas enquanto a segunda dedicou-se a oferecer subsídios para o crescimento econômico (MEDEIROS, 2001, p. 6).

Na contramão dos países desenvolvidos, o *Welfare State* brasileiro surge e se desenvolve num cenário diferenciado, tanto do ponto de vista econômico quanto do processo de modernização – segmentado, considerando a convivência entre setores modernos e setores tradicionais (*Idem*, p. 10).

No Brasil o Estado de Bem-Estar Social se apresentou como mecanismo de “regulação política da sociedade”. Isso porque, o processo de industrialização nacional não foi acompanhado por uma organização de trabalhadores politicamente forte. Tal carência de representatividade política deu margem para que o Estado se apropriasse deste poder. Portanto, diferentemente de países como os da Europa Ocidental, o *Welfare State* brasileiro se configura sob a mediação do Estado e não das reivindicações da classe trabalhadora (MEDEIROS, 2001, p. 10).

Na década de setenta, diante da sobrecarga econômica, o Estado de Bem-Estar Social entra em crise, nascendo o Estado Neoliberal que resgata os princípios do Estado Liberal (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996).

2.2.2 Políticas sociais neoliberais

Draibe (1993, p.87-88) identifica três motivos que dificultam a compreensão das políticas neoliberais. A primeira dificuldade corresponde a não existência de um pensamento próprio e consistente, uma vez que as políticas sociais neoliberais reúnem elementos teóricos liberais, conservadores e do darwinismo social. Uma vez reunidos, estes elementos direcionam,

basicamente, para o Estado Mínimo, além da gênese de diferentes neoliberalismos.

A segunda dificuldade apontada pela autora é a identificação do neoliberalismo, dada a modificação de suas proposições – especialmente no que se refere ao papel do Estado em questões como, por exemplo, a pobreza. A terceira e mais importante dificuldade apontada é o fato de o neoliberalismo apropriar-se de pensamentos socialistas e democratas, resultando no que a autora chama de “estratégia eficiente de predominância ideológica”. Desta forma, o Neoliberalismo acaba por “reclamar exclusividade sobre quaisquer propostas de modernização social e política”.

Segundo Draibe (1993, p.92), o Neoliberalismo, assim como outras ideologias, utiliza elementos da realidade para permanecer aplicável. Exemplos disso são os dois tipos de respostas neoliberais a crise do capitalismo iniciada na década de 70.

A primeira resposta, nos anos 80, focava-se, basicamente, em cortes de gastos com programas sociais e valorização do Estado mínimo. Segundo a autora:

[...] “assistencializando” – isto é, retirando do campo dos direitos sociais – muito dos benefícios e, quando puderam, privatizando a produção, a distribuição ou ambas as formas públicas de provisão dos direitos sociais. Na base de tal “redirecionamento” estava a vontade de quebrar a espinha dorsal dos sindicatos e dos movimentos organizados da sociedade (DRAIBE, 1993, p.92).

Na segunda resposta – dada a partir dos anos 90, com as novas necessidades do mercado quanto à mão-de-obra qualificada – as políticas sociais voltam a integrar o campo de ações neoliberais. Outra característica do segundo momento é a “focalização e seletividade” – especialmente no que concerne às políticas sociais de saúde e educação.

[...] mão-de-obra deve ser antes de tudo educada e sua educação deve apoiar-se no desenvolvimento da capacidade lógico-abstrata para decodificar instruções, calcular, programar e gerenciar processos. Só assim será capaz de inovar e

assimilar rapidamente as contínuas e rápidas inovações a que está sujeita (DRAIBE, 1993, p.93).

A “receita neoliberal” aos países latino-americanos, segundo a autora, corresponde à prescrição de “reformas dos sistemas de proteção social, orientadas para sua privatização, descentralização, focalização e programas (fundos) sociais emergenciais”. Neste contexto, o Estado desempenha o papel de regulador das relações sociais, visando manter os interesses capitalistas (OFFE, 1991).

Ao discutir os princípios neoliberais da reestruturação dos programas sociais na América Latina, Draibe propõe três padrões, sendo estes: a descentralização, focalização e concentração. Segundo ela, “descentralizar, privatizar e concentrar os programas sociais públicos nas populações ou grupos carentes (...) parecem ser os vetores estruturantes das reformas de programas sociais preconizadas pelo neoliberalismo” (1993, p.97-98).

A partir das colocações de Draibe (1993) sobre os princípios neoliberais da reestruturação dos programas sociais, é possível compreender que a descentralização objetiva encurtar a distância entre problema e resolução – aumentando a funcionalidade dos gastos públicos com políticas sociais. Quanto à focalização, visa designar recursos econômicos para setores populacionais específicos, com base em necessidades imediatas de subsistência. Tanto a descentralização quanto a focalização amparam-se nos pressupostos de que as políticas sociais não devem ser exclusiva responsabilidade do Estado e que os investimentos orçamentários em políticas sociais devem priorizar a população mais pobre.

Para a autora, a justiça social é um dos principais dilemas quando o objetivo é a elaboração de políticas sociais, dado o conflito entre a concepção de Estado provedor, com foco em políticas universalizantes, e, as políticas sociais de caráter focal e seletivo. Em suma, podemos visualizar um embate entre a distribuição igualitária de recursos e, por outro lado, a distribuição equitária – privilegiando a população mais pobre.

Embora esta discussão tenha sido feita por Draibe no início dos anos 90, é perfeitamente aplicável à atual política econômica do governo brasileiro, com cortes no orçamento que afetam diretamente os gastos públicos com programas sociais, à exceção de poucos.

2.2.3 Políticas Públicas de combate à pobreza

Responsável pelas ações governamentais em assistência social no Brasil o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), sua gestão assume caráter participativo, compartilhada pelo poder público e a sociedade civil.

Regulada pelo SUAS, a Assistência Social é uma política pública de proteção social voltada à população brasileira em situação de privação de bens e direitos. Consiste em ações governamentais – programas, serviços, etc. – de suporte às famílias que dela necessitam. A política de Assistência Social está prevista em duas formas: Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica consiste em ações de prevenção de riscos, isto é, evitar as situações de violação de direitos. A Proteção Social Especial destina-se às situações em que o risco já foi estabelecido e o direito violado como, por exemplo, em casos de violência doméstica.

Os recursos do SUAS fomentam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que, somada a políticas setoriais, visa romper com as disparidades socioterritoriais. O objetivo da PNAS é garantir aos sujeitos e comunidades em risco a universalização dos direitos sociais (MDS, 2015).

2.2.3.1 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)

A fim de cadastrar e tipificar as famílias em situação de pobreza, desde 2003 o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é a principal ferramenta de acesso ao perfil socioeconômico desta população. Regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, sua execução é responsabilidade do governo federal, estadual e municipal (MDS, 2015).

Além de contribuir no planejamento de políticas sociais, as informações do Cadastro Único são atualmente o principal instrumento do governo brasileiro para inserção das famílias pobres e extremamente pobres nos programas assistências de renda e acesso a direitos básicos, como é o caso do Programa Bolsa Família (BF).

As famílias cadastradas são aquelas com rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Também podem ser cadastradas famílias com renda superior a meio salário mínimo, desde que vinculada à inclusão em programas sociais do poder público Municipal, estadual ou federal (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

2.2.3.2 O Programa Bolsa Família

Criado em outubro de 2003 e previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família (BF) nasceu com a finalidade de combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil. Sua gestão é descentralizada, cabendo a União, estados e municípios (MDS, 2015). Está dividido em três eixos, sendo estes: **1) complemento da renda, 2) acesso a direitos e 3) articulação com outras ações.**

O primeiro eixo corresponde ao benefício recebido mensalmente a partir de transferência direta de renda pelo governo federal, a fim de sanar as necessidades imediatas das famílias beneficiadas (MDS, 2015).

O segundo eixo corresponde às condicionalidades que as famílias devem cumprir, visando a inclusão social e o rompimento do ciclo de pobreza

a partir da garantia de direitos sociais fundamentais – saúde, educação, assistência social (MDS, 2015).

O terceiro eixo se refere à articulação entre o BF e outras políticas sociais. Exemplo disso é que desde 2011 o BF passou a integrar as iniciativas do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

2.2.3.3 O Programa Vale Renda e o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOMP)

O Vale Renda é um programa estadual de transferência de renda (R\$ 170,00 em treze parcelas anuais) voltado para superação da vulnerabilidade social. Recebem este benefício famílias que residam no mínimo a dois anos em Mato Grosso do Sul, não seja beneficiária de programas sociais (exceto quando a soma dos benefícios não excede $\frac{1}{2}$ salário mínimo) e cuja renda *per capita* mensal é inferior ou igual $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Distribuídas entre os 78 municípios do estado, recebem o benefício 60 mil famílias.

Além do Programa Vale Renda, destaca-se a criação do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da pobreza (FECOMP), Instituído pela Lei nº 3.337, de 22 de dezembro de 2006. Segundo FISCOsoft (2015), os recursos do FECOMP advêm de arrecadação adicional de ICMS, dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual, contribuições voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas e receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos.

Em síntese, analisando-se os principais aspectos das políticas sociais no Brasil, bem como as bases em que se constroem historicamente, avalia-se a ocorrência de importantes avanços para superação da pobreza nas últimas décadas. Eventos históricos como a redemocratização do país, a afirmação de direitos sociais expressos na Constituição de 1988, a ascensão ao governo de forças políticas mais democráticas, a implementação de políticas sociais pautadas na transferência direta de renda, o aumento do acesso a bens e serviços pelas classes mais pobres, a diminuição das taxas de desemprego e da população extremamente pobre são exemplos destes avanços.

Por outro lado, as ações influenciadas pelo pensamento neoliberal mostram-se incapazes de erradicar a pobreza, observando-se de modo geral esforços contingenciais que acabam camuflando e não resolvendo a questão. Assim, têm-se indícios de que, além da naturalização da pobreza, há uma espécie de tradição em desviar-se do problema e não superá-lo.

CAPÍTULO 3

Este capítulo tem o objetivo de apresentar indicadores sobre a pobreza em Mato Grosso do Sul e sua inserção no contexto nacional. A apresentação dos dados vai de encontro às considerações feitas nos capítulos anteriores, visando fomentá-las.

Para tanto, o presente capítulo dedica-se a apontar os principais aspectos da pobreza em Mato Grosso do Sul, bem como abrangência das políticas públicas de combate a pobreza no estado, tendo como recurso o uso de gráficos, tabelas e mapas.

Diante da necessidade de parâmetros para dimensionar o problema serão considerados os indicadores baseados no rendimento. Este tipo de abordagem, chamada também de monetária, tem sido aplicada em maior escala que as metodologias multidimensionais, estando diretamente relacionadas a instituições como o PNUD, Banco Mundial e FMI.

Todavia, em consonância com as considerações feitas nos dois primeiros capítulos, permanece neste o entendimento de que os mecanismos monetários e/ou unidimensionais de análise limitam a produção de conhecimento sobre a pobreza e o planejamento de políticas públicas que considerem as diferenças sociais (território, história, política, cultura, religião etc).

A linha de pobreza extrema (indigência ou miséria) e de pobreza é exemplo de metodologia focada na dimensão monetária. Esta abordagem calcula o valor de uma cesta de alimentos contendo as calorias recomendadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização Mundial da Saúde (OMS) para a subsistência mensal de uma pessoa. No Brasil, o valor da cesta de alimentos é calculado a partir dos resultados da PNAD e varia entre 24 regiões (IPEA, 2015).

A título de informação, a tabela **3.1** demonstra as linhas de indigência e de pobreza estimadas para as áreas urbanas e rurais da região Centro-Oeste, tendo como unidade de referência os valores expressos na PNAD de outubro de 2013, em Reais (R\$).

Tabela 3.1: Linhas de extrema pobreza e pobreza estimadas para as áreas urbanas e rurais da região Centro-Oeste (valores correntes em 2013)

Área	Linhas de extrema pobreza em 2013 (R\$)	Linhas de pobreza em 2013 (R\$)
Urbana	104,89	209,78
Rural	92,10	184,19

Fonte: IPEAdata, 2015.

No âmbito das pesquisas nacionais, os autores do *"Atlas da exclusão social no Brasil: Dez anos depois"* (GUERRA et al., 2014, p.27) abordam a exclusão social como “processo contemporâneo multidimensional” manifestado em sete variáveis/dimensões. A pobreza aparece como uma das sete variáveis do processo de exclusão social e é compreendida como “*não ter* rendimento que insere ao padrão de consumo aceitável social e economicamente”. Esta metodologia permite que tanto a exclusão social quanto suas sete dimensões sejam representadas em uma escala/índice onde zero (0) representa o maior grau e um (1) o menor.

Tendo em vista que a apresentação das sete dimensões da exclusão social exigiria uma discussão específica e tempo hábil, faz-se um recorte sobre o índice/escala de pobreza dos municípios sul-mato-grossenses. Em síntese, este capítulo está organizado a fim de apresentar os indicadores de pobreza referentes ao estado de Mato Grosso do Sul, situando-os no cenário nacional e regional.

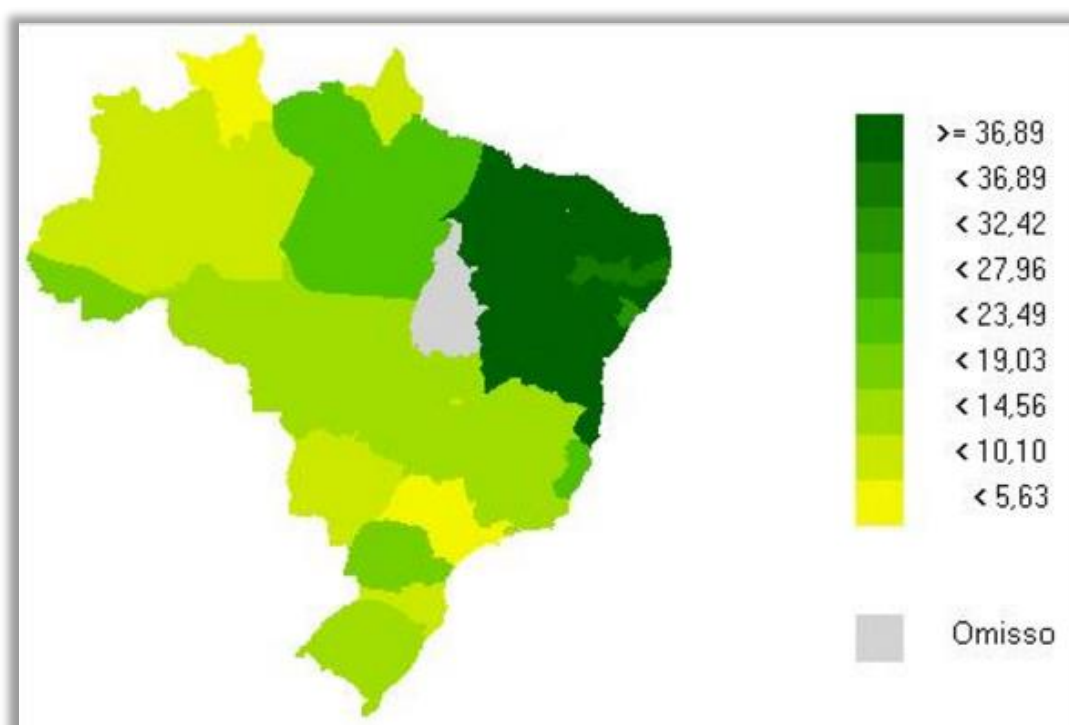
3.1 A pobreza no Brasil

Os mapas **3.1**, **3.2**, **3.3** e **3.4** apresentam a proporção de extremamente pobres (indigentes ou miseráveis) e da população pobre nos anos de 1990 e

2014, a fim de comparar a distribuição da pobreza entre os estados brasileiros. Os **Gráficos A e B** tem função similar, apresentando a evolução da proporção de pobreza no Brasil e em Mato Grosso do sul entre 1990 e 2014.

Em 1990, o estado de Mato Grosso do Sul estava entre aqueles cuja proporção de pessoas na população total com renda *per capita* abaixo da linha de extrema pobreza era inferior a 10,10%. Neste grupo constavam ainda o Paraná, Amazonas e Maranhão (**Mapa 3.1**).

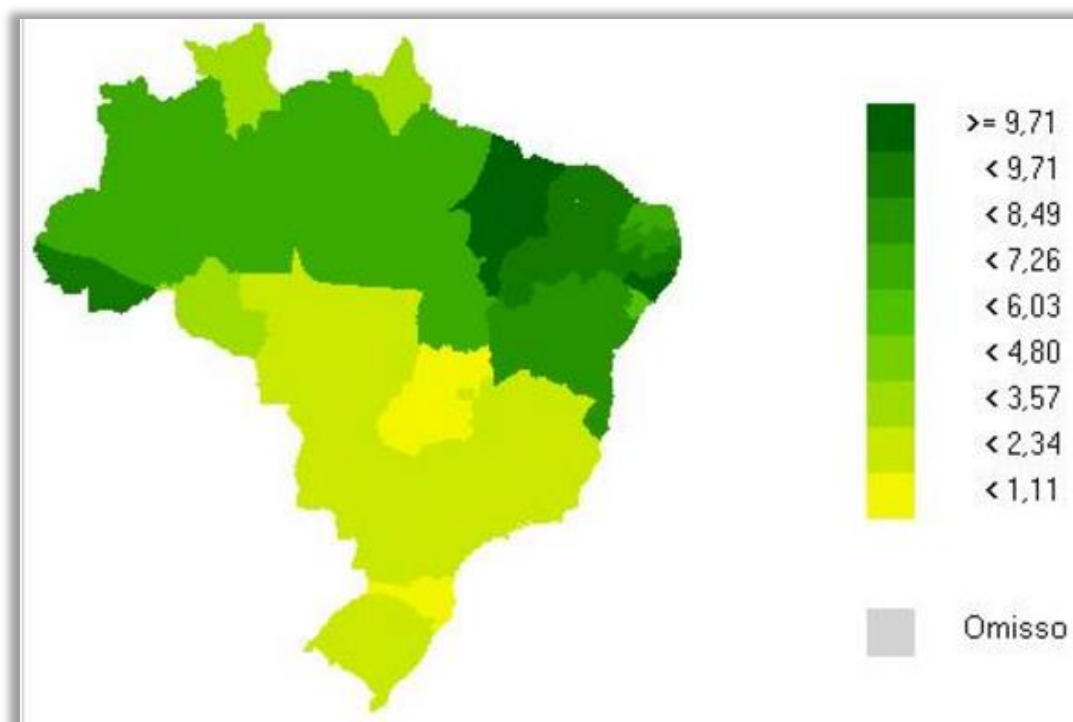
Mapa 3.1: Proporção de extremamente pobres em 1990



Fonte de dados: PNAD/IBGE Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

Em 2014, o estado, juntamente com Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais e mato Grosso, passou a integrar o grupo cuja proporção de pessoas a baixo da linha de extrema pobreza era inferior a 2,34% (**Mapa 3.2**) (PNAD/IBGE, 2015).

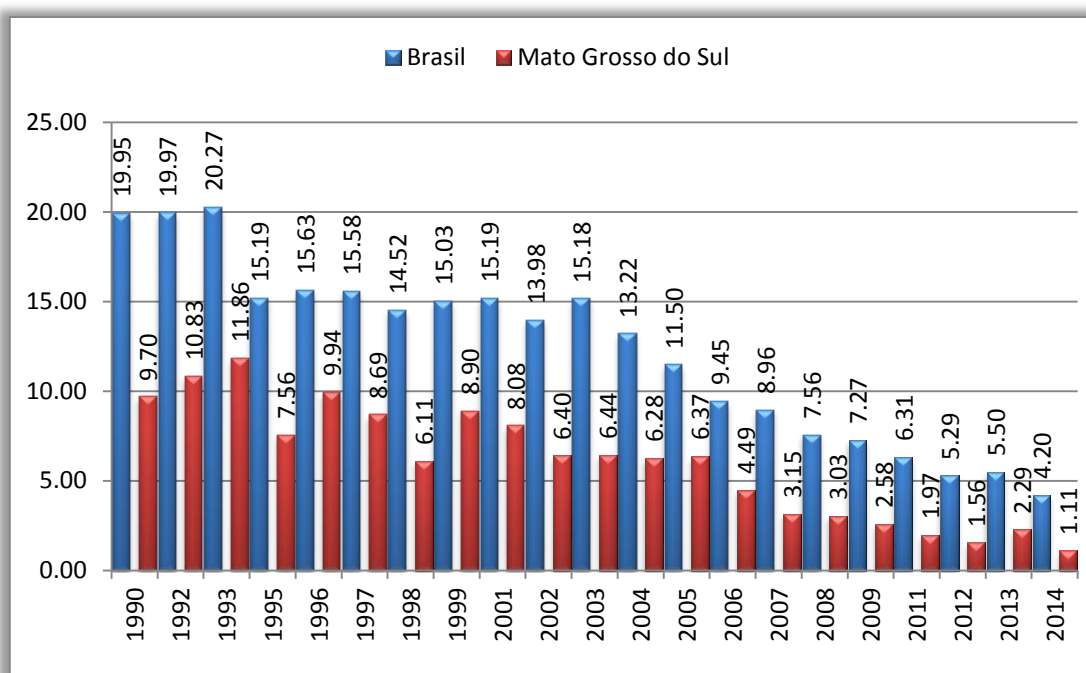
Mapa 3.2: Proporção de extremamente pobres em 2014



Fonte de dados: PNAD/IBGE Elaboração: IPEAdata, 2016

Com o objetivo de comparar os dados nacionais e estaduais, o **Gráfico A** demonstra queda da proporção de extremamente pobres nas últimas três décadas, especialmente a partir de 2003. No Brasil a proporção passou de 19,95%, em 1990, para 4,20%, em 2014, e em Mato Grosso do Sul a proporção é ainda menor, caindo de 9,70%, em 1990, para 1,11%, em 2014.

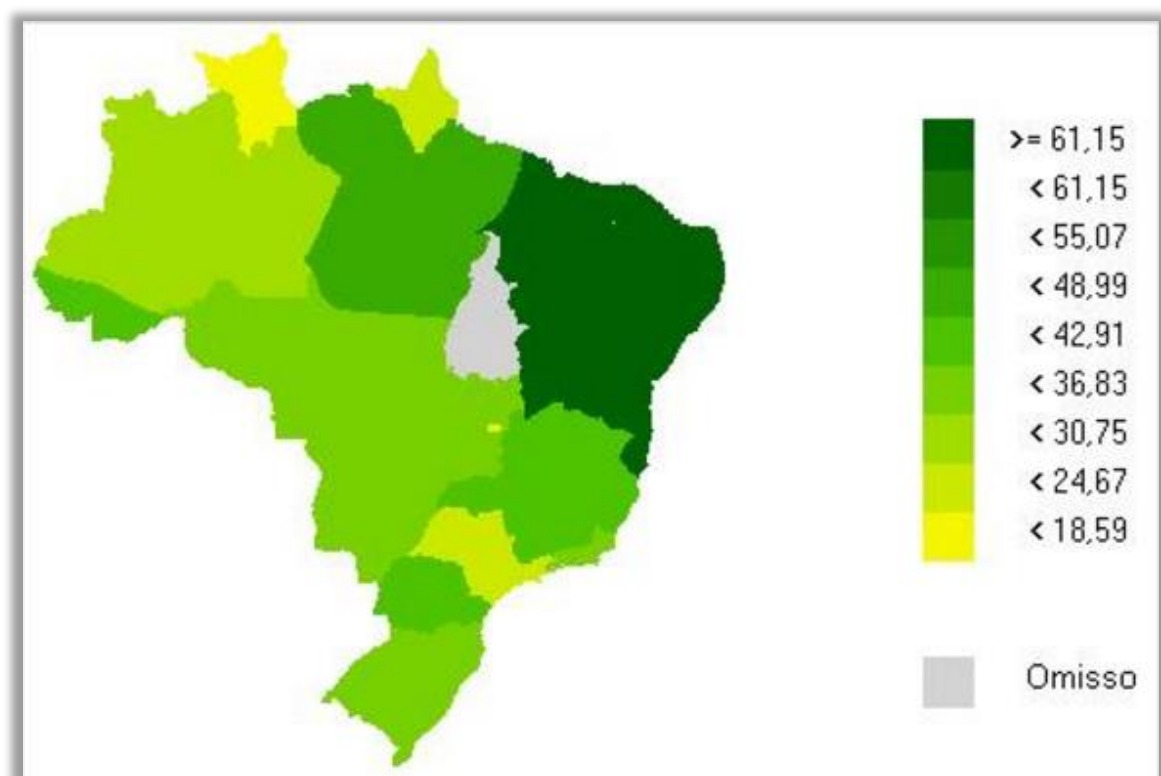
Gráfico A: Proporção de extremamente pobres no Brasil e Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2014 (%)



Fonte: IPEA, 2015. Elaboração própria.

Como pode se observar nos **Mapas 3.3 e 3.4** e no **Gráfico B**, a proporção de pobres no Brasil passou de 41,92%, em 1990, para 13,29%, em 2014. Em Mato Grosso do Sul a proporção pobreza manteve-se inferior aos indicadores nacionais, passando de 34,14%, em 1990, para 13,76%, em 2014.

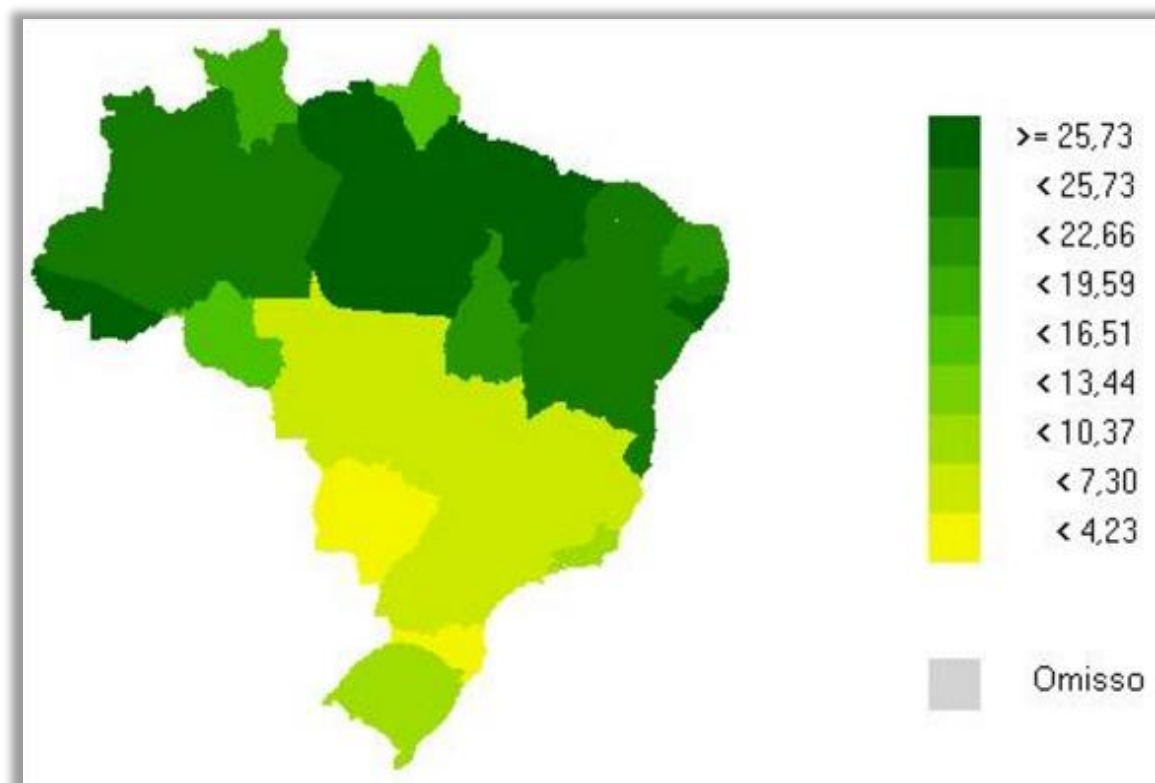
Mapa 3.3: Proporção de pobres em 1990



Fonte de dados: PNAD/IBGE Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

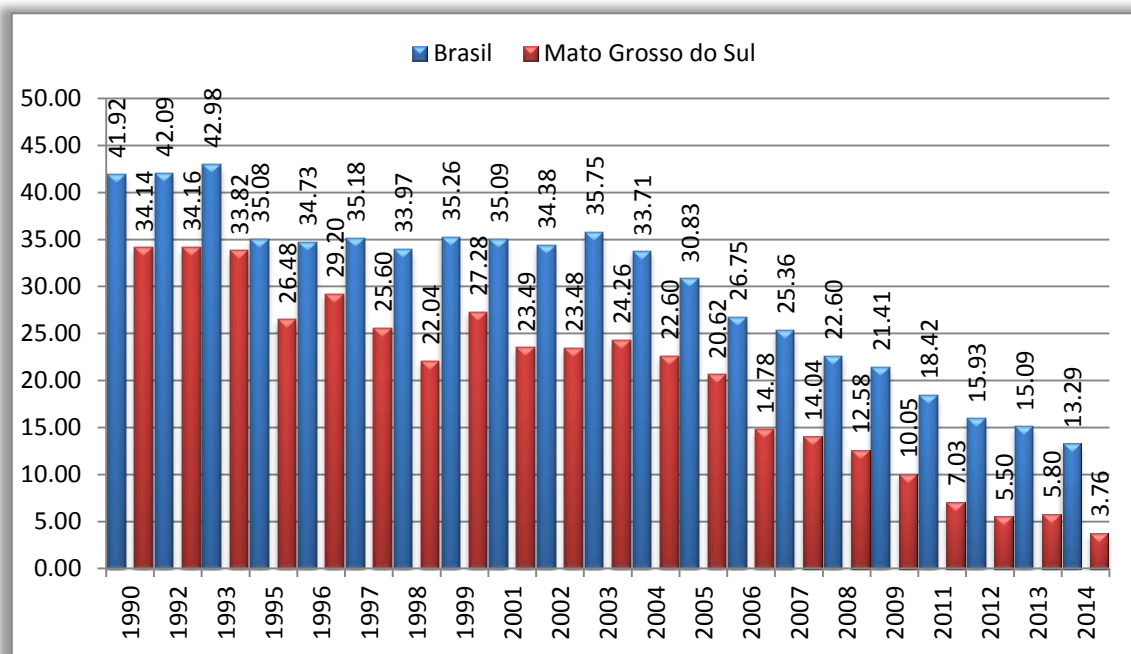
Em 2014, Mato Grosso do Sul e Paraná apresentaram percentual inferior a 7,30%, quanto às pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza, mesmo quadro observado no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e mato Grosso (PNAD/IBGE, 2015).

Mapa 3.4: Proporção de pobres em 2014



Fonte de dados: PNAD/IBGE, 2015 Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

Gráfico B: Proporção de pobres no Brasil e Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2014 (%)



Fonte: IPEA, 2015. Elaboração própria.

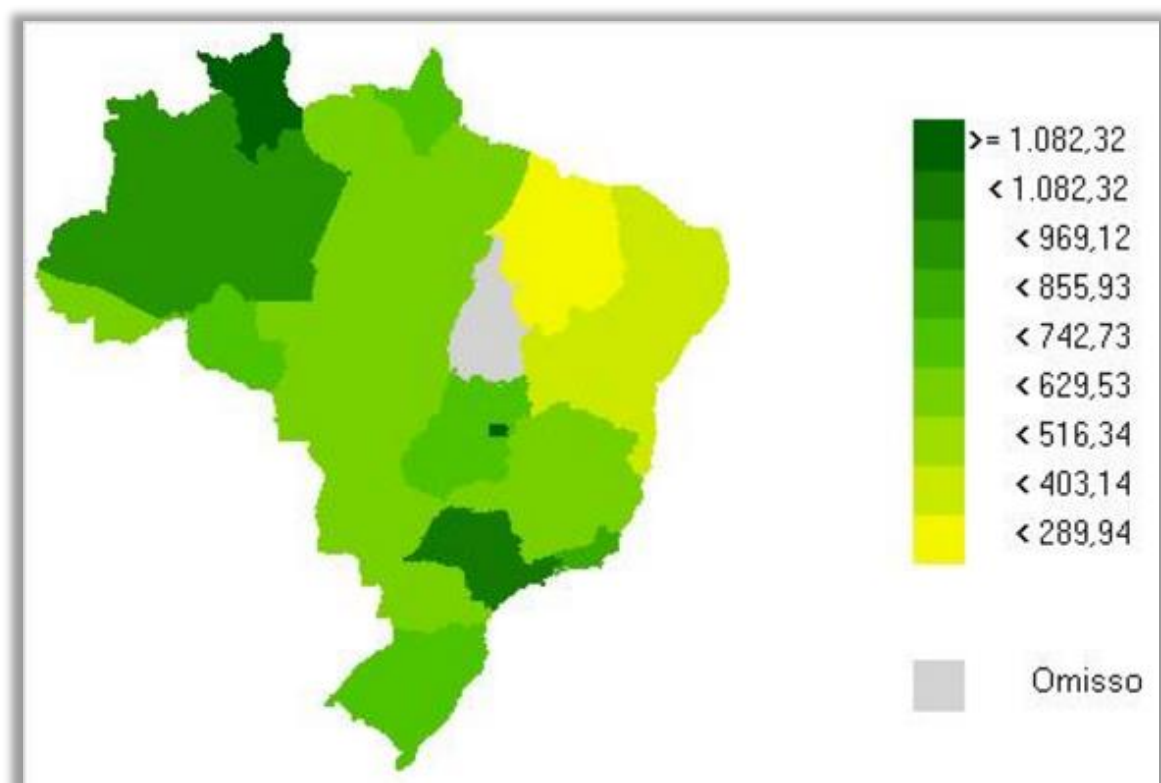
Em 1990, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Rondônia apresentaram percentual inferior a 36,83% de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza (IBGE, 2015).

Nota-se que, nas últimas décadas, houve diminuição da proporção de pobres entre população nacional e sul-mato-grossense. Tal diminuição intensifica-se a partir de 2003, com a adoção de políticas governamentais focadas na superação da pobreza extrema no país.

3.2 Indicadores de renda.

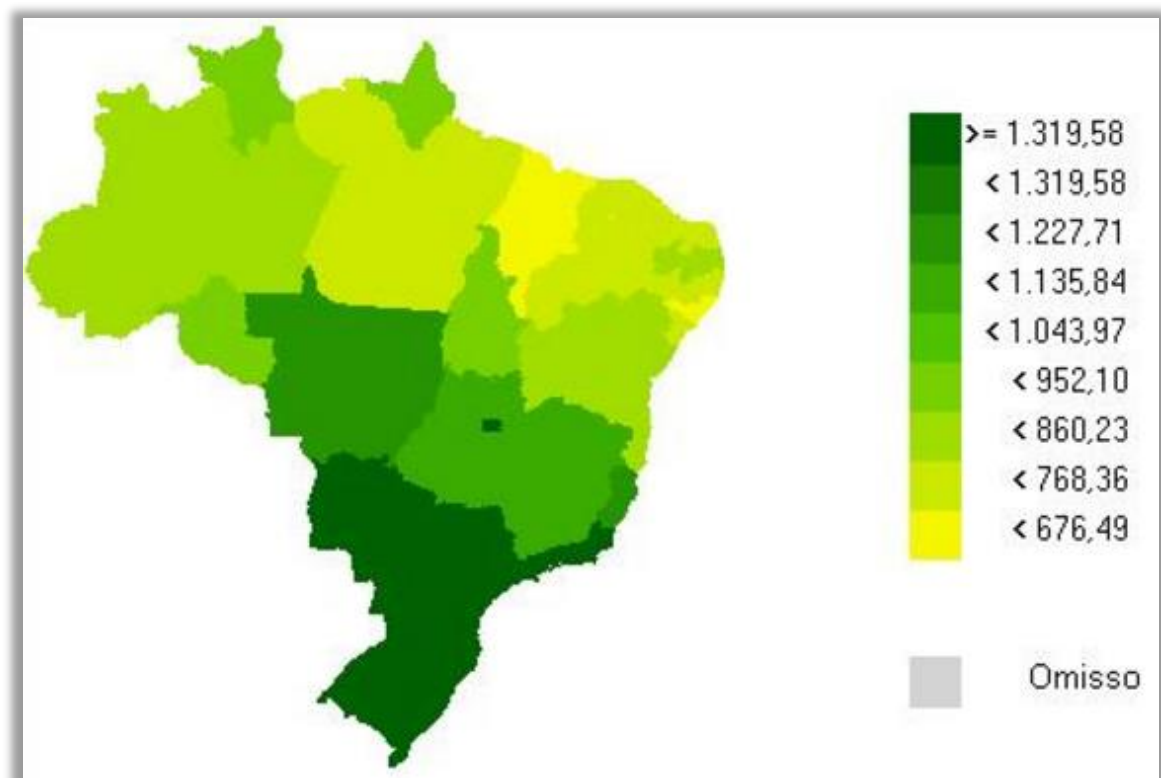
Além da diminuição observada tanto na proporção de pobres quanto de extremamente pobres, a renda domiciliar *per capita* média nos estados brasileiros cresceu entre 1990 e 2014, como demonstram os mapas **3.5 e 3.6**. Em 1990, Mato Grosso do Sul estava entre o do grupo com renda domiciliar *per capita* média inferior a R\$ 629,53, passando a integrar o grupo de estados com renda domiciliar *per capita* média mais elevada do país, sendo inferior ou igual a R\$ 1.319,58 – ao lado do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (PNAD/IBGE).

Mapa 3.5: Renda domiciliar *per capita* média em 1990 (R\$)



Fonte de dados: PNAD/IBGE Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

Mapa 3.6: Renda domiciliar *per capita* média em 2014 (R\$)

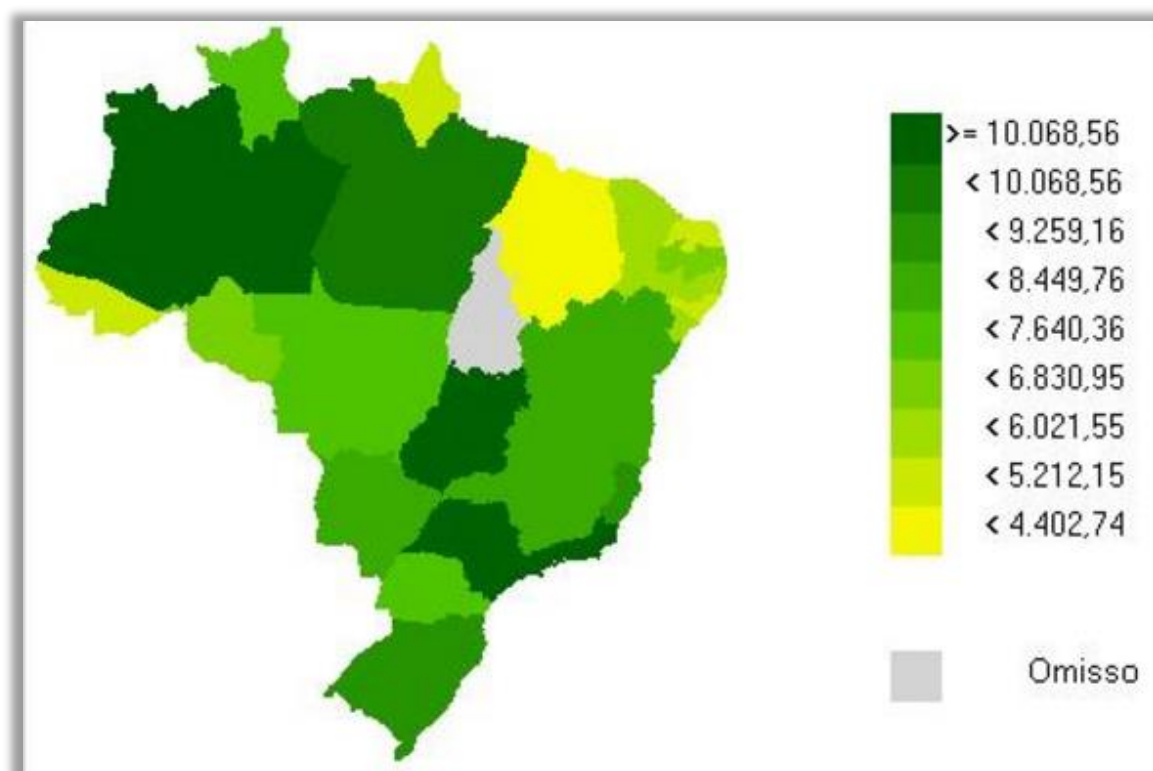


Fonte de dados: PNAD/IBGE Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

Tendo em vista o contraste entre o aumento da renda *per capita* média nas últimas décadas e a renda do centésimo mais rico da população estadual, verifica-se a enormidade do desafio em que consiste a distribuição equitativa de renda em Mato Grosso do Sul (mapas 3.7 e 3.8). No ano de 1990, a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico da população (1% mais rico) era inferior a R\$ 8.449,76, passando para igual ou superior a R\$ 14.397,42, em 2014.

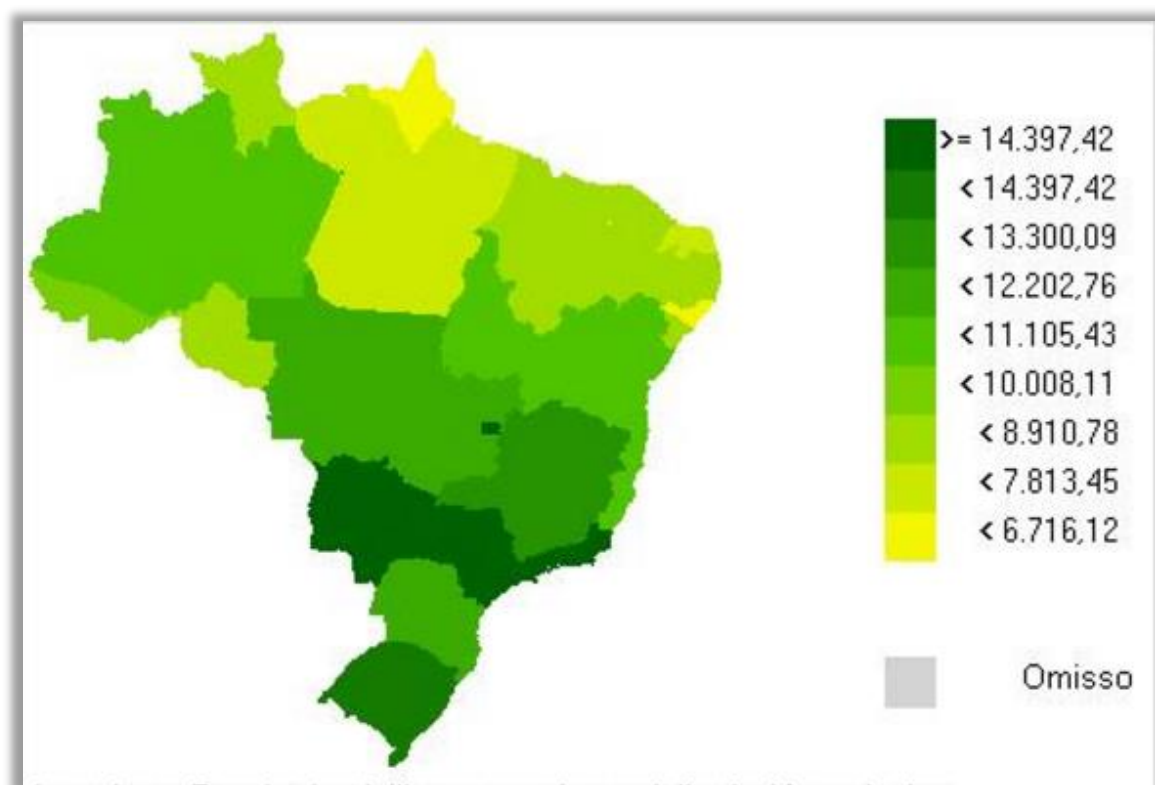
Desta forma, tem-se que a renda do 1% mais rico da população sul-mato-grossense aumentou 60.35% entre 1990 e 2014, ao passo que a renda média *per capita* aumentou 47.68% no mesmo período.

Mapa 3.7: Renda domiciliar *per capita* média do 1% mais rico em 1990



Fonte de dados: PNAD/IBGE Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

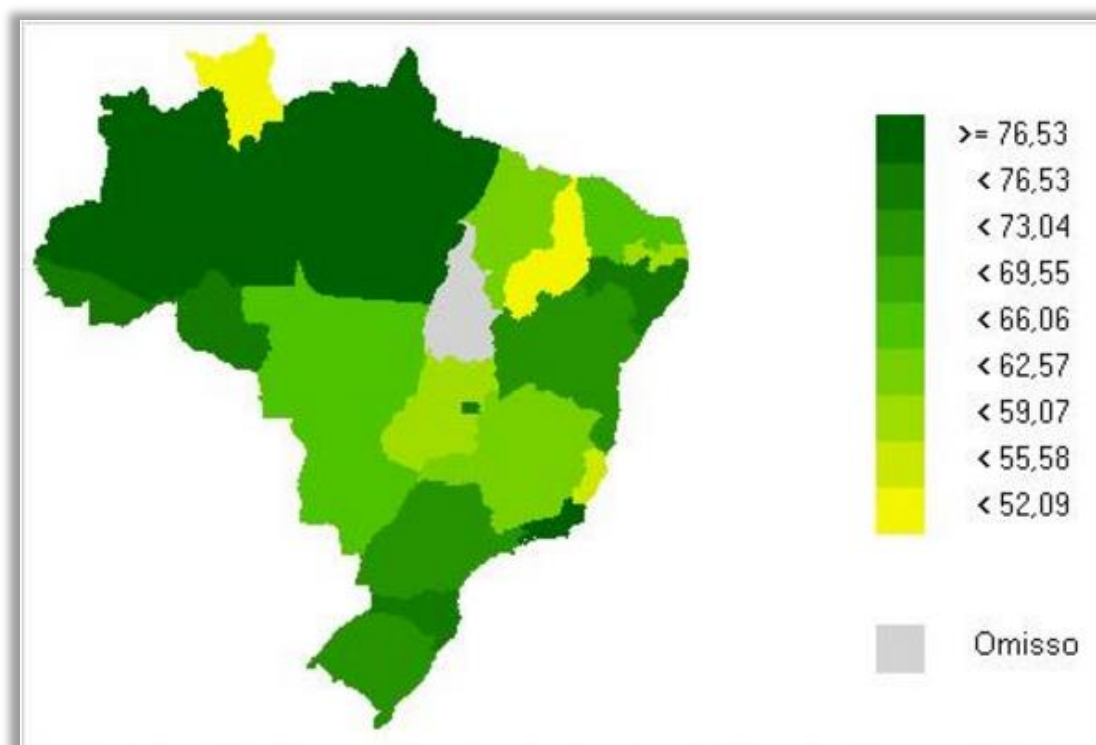
Mapa 3.8: Renda domiciliar *per capita* média do 1% mais rico em 2014



Fonte de dados: PNAD/IBGE Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

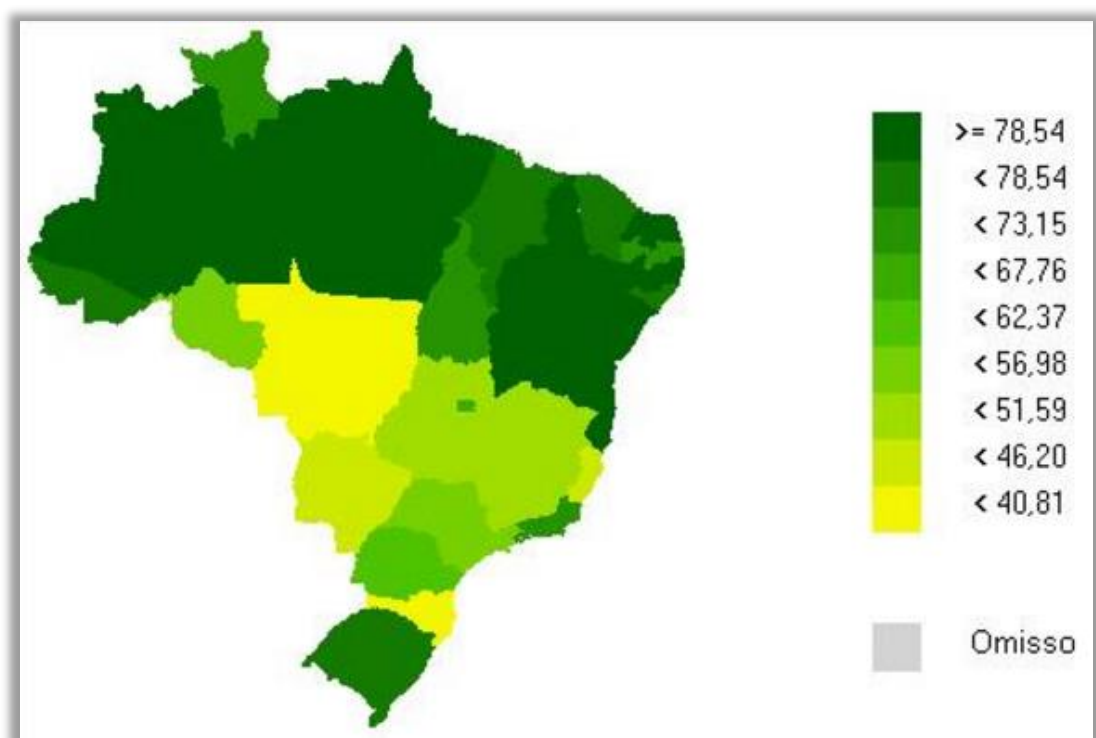
A respeito da renda *per capita* da população extremamente pobre, em 1990, Mato Grosso do Sul integrava o grupo de estados brasileiros com média inferior a R\$ 66,06 (**mapa 3.9**), tornando-se inferior a R\$ 46,20, em 2014 (**mapa 3.10**). Diante destes indicadores, chama atenção que o grupo populacional cuja subsistência é mais precária seja justamente aquele em que o rendimento tenha encolhido, cerca 31% entre 1990 e 2014.

Mapa 3.9: Renda domiciliar *per capita* média dos extremamente pobres em 1990



Fonte de dados: PNAD/IBGE Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

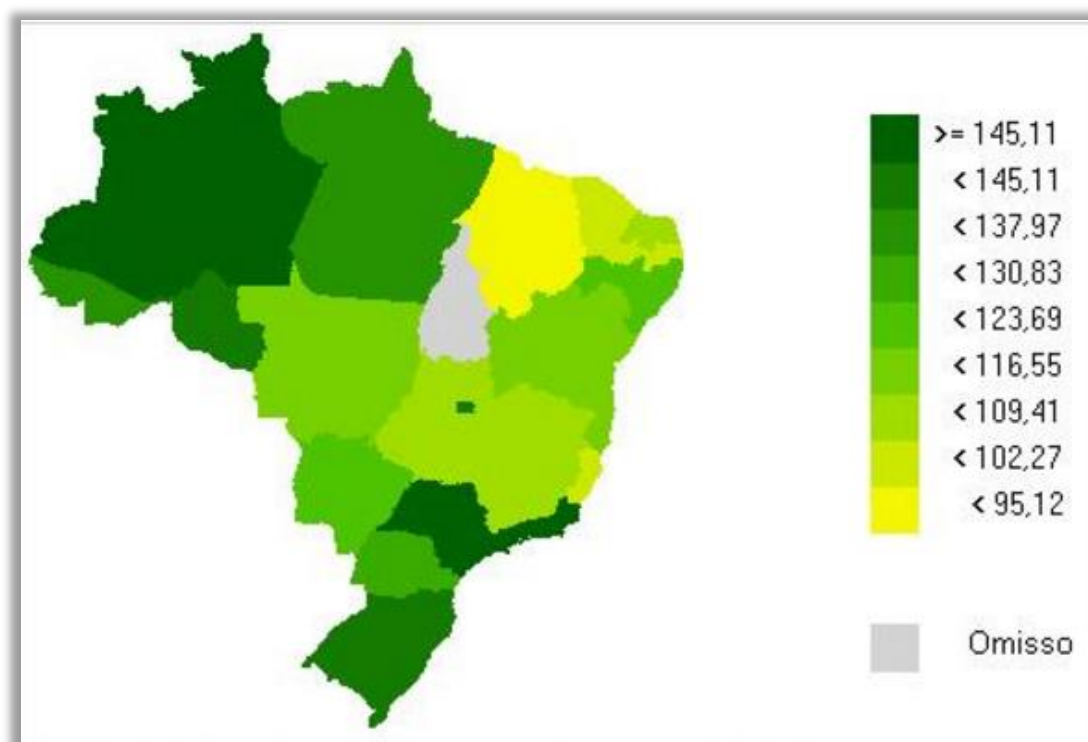
Mapa 3.10: Renda domiciliar *per capita* média dos extremamente pobres em 2014



Fonte de dados: PNAD/IBGE Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

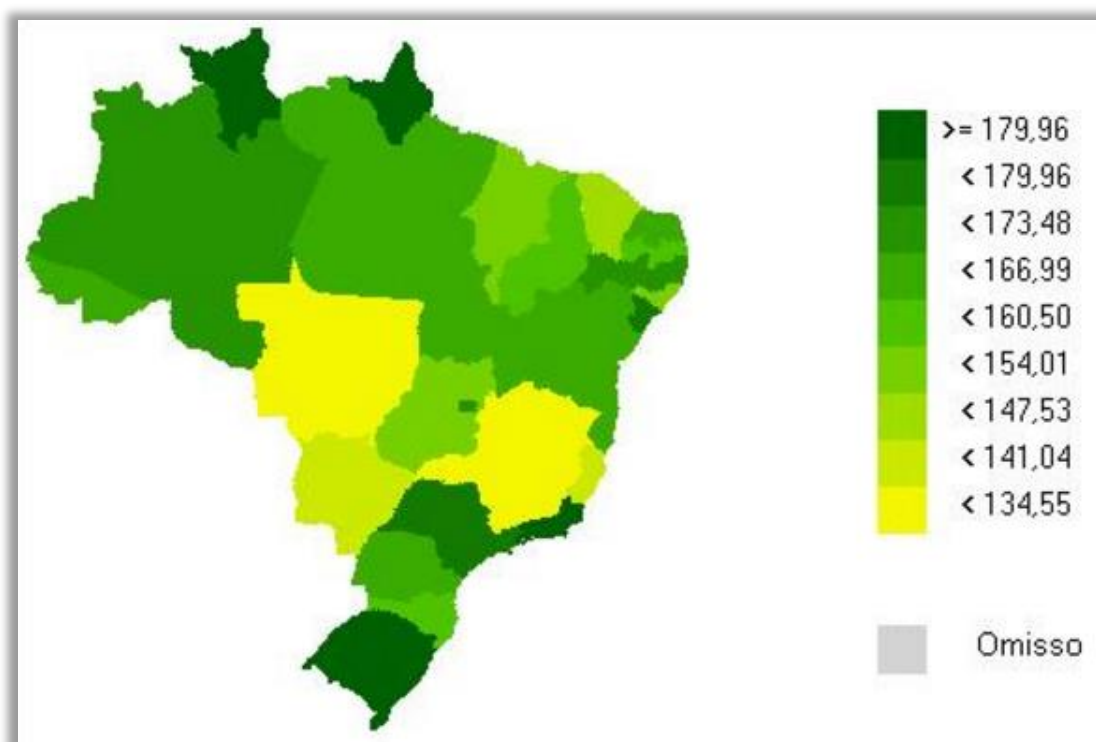
A respeito da população pobre no estado, em 2014 a renda domiciliar *per capita* média deste grupo foi inferior a R\$ 141,04. Diferentemente do observado entre a população extremamente pobre, houve aumento do rendimento que era de R\$ 123,69, em 1990.

Mapa 3.11: Renda domiciliar per capita média dos pobres em 1990



Fonte de dados: PNAD/IBGE, 2014 Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

Mapa 3.12: Renda domiciliar per capita média dos pobres em 2014



Fonte de dados: PNAD/IBGE, 2014 Fonte da imagem: IPEAdata, 2016

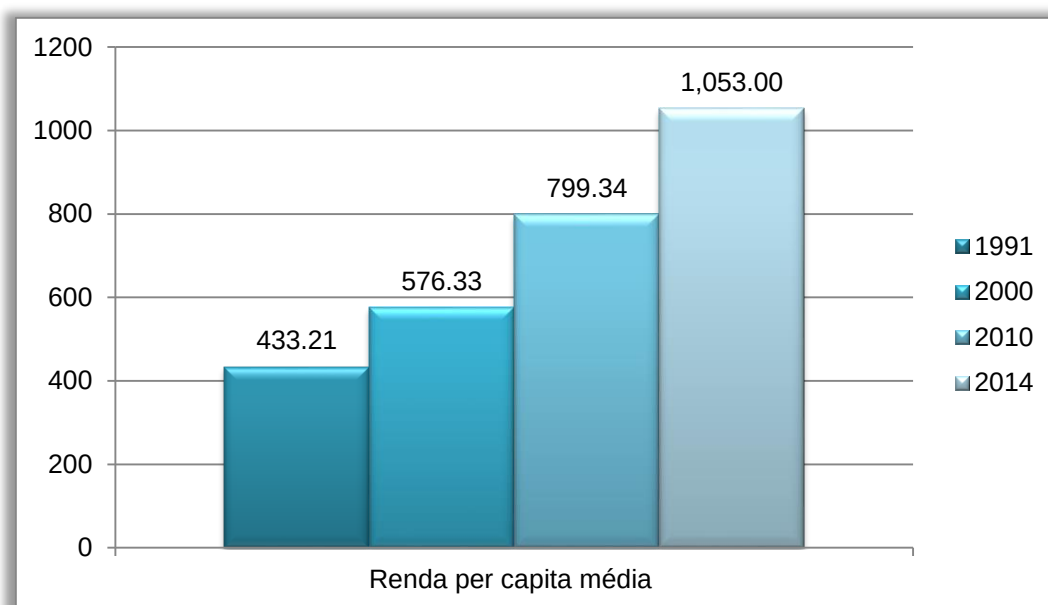
Os dados sobre a renda evidenciam a existência de realidades opostas em Mato Grosso do Sul. A primeira aponta para a ascensão dos rendimentos – principalmente das elites – com uma das mais altas médias de renda domiciliar *per capita* do país. Na segunda realidade, bem menos conhecida, Mato Grosso do Sul aparece entre os estados em que o rendimento médio daqueles em situação de miséria diminuiu nas últimas décadas.

Como ilustrado no gráfico abaixo, a renda per capita média da população sul-mato-grossense evoluiu nas últimas três décadas. Em 1991, correspondia a R\$ 433,21, passando para R\$ 576,36, em 2000, e R\$ 799,34, em 2010 (ADHB, 2015).

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2014 a população economicamente ativa (PEA) no estado correspondia a 1,4 milhão de pessoas (IBGE, 2014). No mesmo ano, o estado apresentou a sétima maior renda per capita média do Brasil (R\$ 1.053,00), precedida pelo Distrito Federal (R\$ 2.055), São Paulo (R\$1.432), Rio Grande do Sul

(R\$1.318), Santa Catarina (R\$ 1.245), Paraná (R\$ 1.210) e Rio de Janeiro (R\$ 1.193)

Gráfico C: Evolução da Renda per capita média em Mato Grosso do Sul (R\$).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015).

Tabela 3.2: Renda domiciliar per capita média dos extremamente pobres em 2014 (R\$)

DF	Distrito Federal	63,60
GO	Goiás	49,83
MS	Mato Grosso do Sul	45,98
MT	Mato Grosso	36,63

Fonte: PNAD/IBGE, 2013.

Em outubro de 2013, a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico da população estadual correspondia a R\$ 15.452,14 (PNAD/IBGE, 2013). A tabela seguinte demonstra os valores correspondentes aos demais estados da região Centro-Oeste e do Distrito Federal. Nela é possível observar que o estado possui a segunda maior renda domiciliar per capita média mensal da região.

Tabela 3.3: Renda domiciliar per capita - média do 1% mais rico – Região Centro-Oeste (R\$)

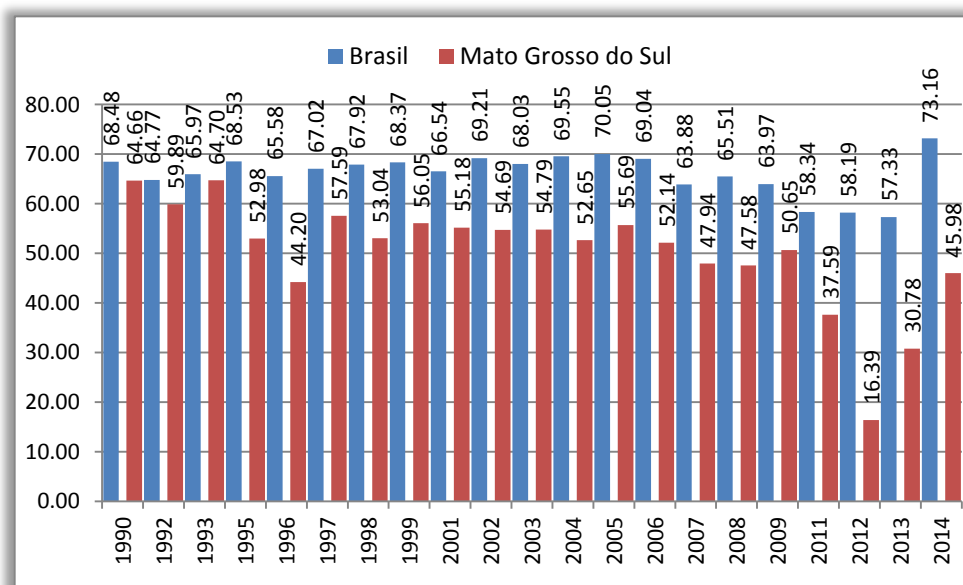
DF	Distrito Federal	23.719,48
GO	Goiás	11.256,55
MS	Mato Grosso do Sul	15.452,14
MT	Mato Grosso	11.735,42

Fonte: PNAD/IBGE, 2013.

Embora os números apontem progressão da renda per capita e certo grau de desenvolvimento socioeconômico, há de se ressaltar que o acesso a bens, serviços e direitos não é realidade comum a toda população sul-mato-grossense, sendo significativo o montante daqueles vivendo abaixo da linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial – US\$ 1,90, cerca de R\$ 7,56²⁰ por dia (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015).

Quanto a renda domiciliar per capita dos extremamente pobres, observa-se evolução entre 1990 e 2014. Contudo, a média estadual (R\$ 45,98 – 2014) permaneceu inferior a média nacional (R\$ 73,16 – 2014). O maior distanciamento entre a média nacional e estadual ocorreu em 2012, quando a primeira somou R\$ 57,33 e a segunda R\$ 16,39.

Gráfico D: Renda domiciliar per capita - média dos extremamente pobres – Mato grosso do Sul e Brasil (R\$).

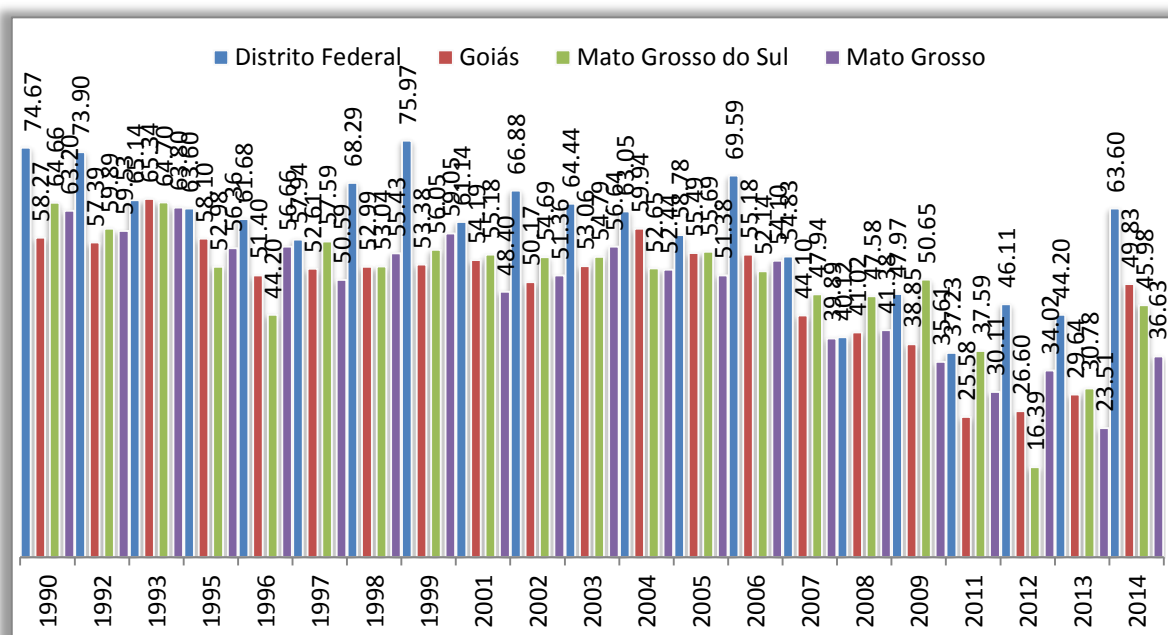


Fonte: IPEA, 2015.

²⁰ Baseado no fechamento em 29/02/2016 (BCB, 2016).

A comparação entre Mato Grosso do Sul e demais estados da região Centro-Oeste demonstra que, na maior parte do período entre 1990 a 2014, o estado apresentou a segunda menor renda domiciliar per capita média referente a população extremamente pobre - sendo precedido por Goiás. Contudo, nos anos de 1996 (R\$44,20) e 2012 (R\$16,39), o estado apresentou a pior média da região.

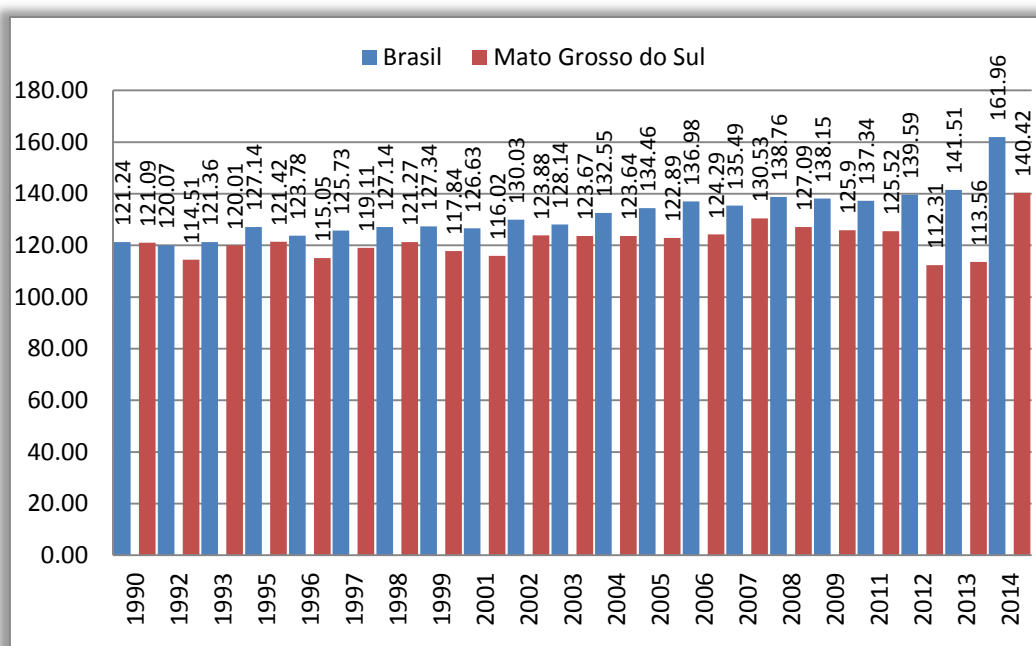
**Gráfico E: Renda domiciliar per capita - média dos extremamente pobres
– Estados da Região Centro-Oeste (R\$).**



Fonte: IPEA, 2015.

Sobre a renda domiciliar per capita média da população pobre **no MS (Gráfico F)**, entre 1990 e 2014, a tendência é semelhante àquela observada no caso dos extremamente pobres, ou seja, abaixo da média nacional. Este distanciamento ficou mais evidente em 2013, quando a renda média dos pobres era de R\$ 113,56, em Mato Grosso do Sul, e R\$161,96, no Brasil.

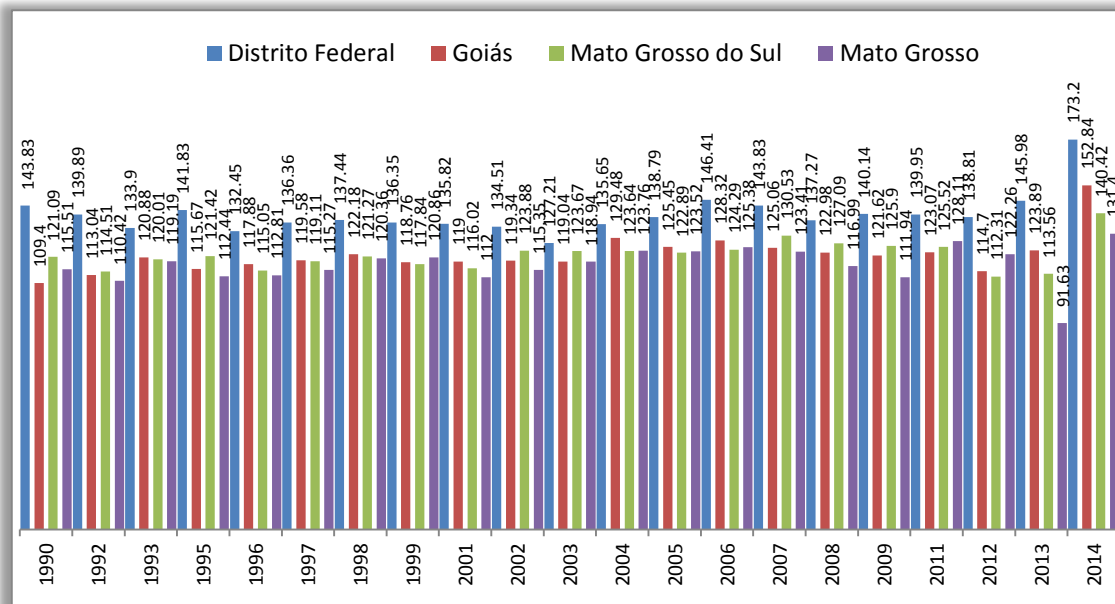
Gráfico F: Renda domiciliar per capita média – pobres – Mato Grosso do Sul e Brasil (R\$).



Fonte: IPEA, 2015.

Entre 1990 e 2014, o **maior** rendimento domiciliar médio da população pobre (**Gráfico G**), em Mato Grosso do Sul, foi de R\$ 140,42, em 2014. O **menor** rendimento, por sua vez, correspondeu a R\$112,31, em 2011.

Gráfico G: Renda domiciliar per capita - média dos pobres – Estados da Região Centro-Oeste (R\$)

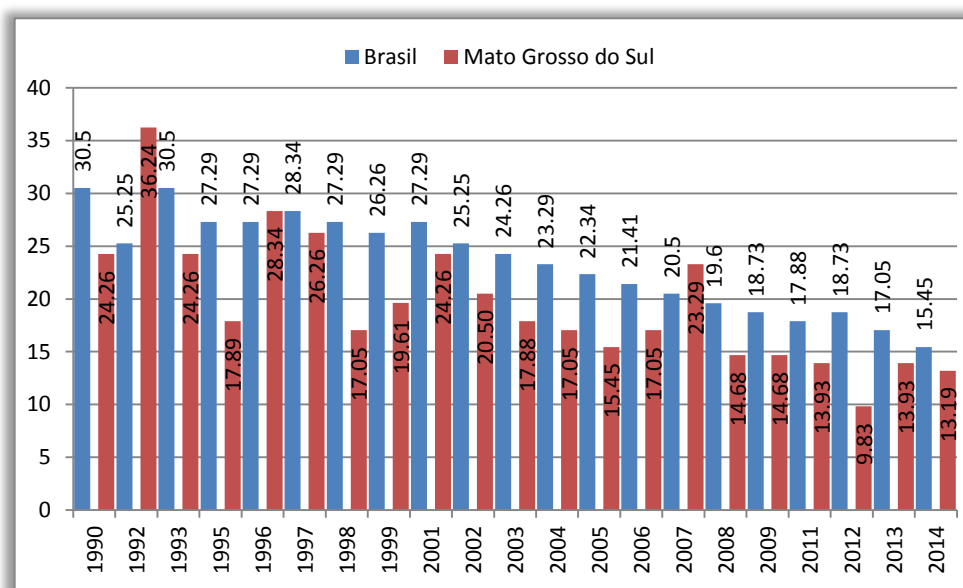


Fonte: IPEA, 2015.

Embora a população estadual mais pobre, com renda total igual à do 1% mais rico, tenha diminuído nas últimas décadas, o **Gráfico H** demonstra que

este processo não foi retilíneo. Exemplo disso é que em 2011, a renda total do 1% mais rico da população sul-mato-grossense correspondia a renda total dos 13,93% mais pobres, oscilando para 9,38%, em 2012, 13,93%, em 2013, e 13,19% em 2014. Grosso modo, os números demonstram quanto desigual permanece a distribuição de renda no estado.

Gráfico H: Porcentagem mais pobre da população com renda total igual à do 1% mais rico (%)



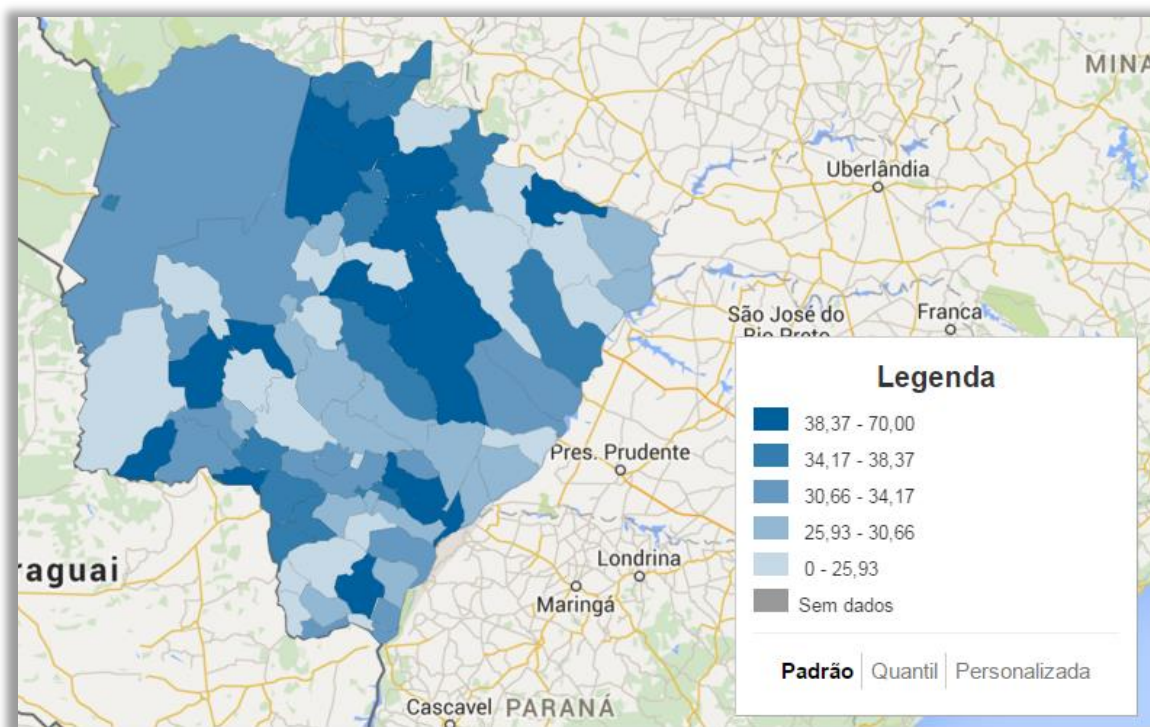
Fonte: IPEA, 2015.

Comparativamente, os indicadores referentes a renda per capita dos pobres e dos vulneráveis à pobreza, em Mato Grosso do Sul são mais otimistas que os nacionais. Por outro lado, é importante ressaltar que embora o estado apresente indicadores de pobreza menos severos que os indicadores nacionais, esta ligeira diferenciação não pode dar margem a interpretação de que a pobreza não configuraria um grave problema estadual ou a não priorização das políticas sociais para superação deste problema social.

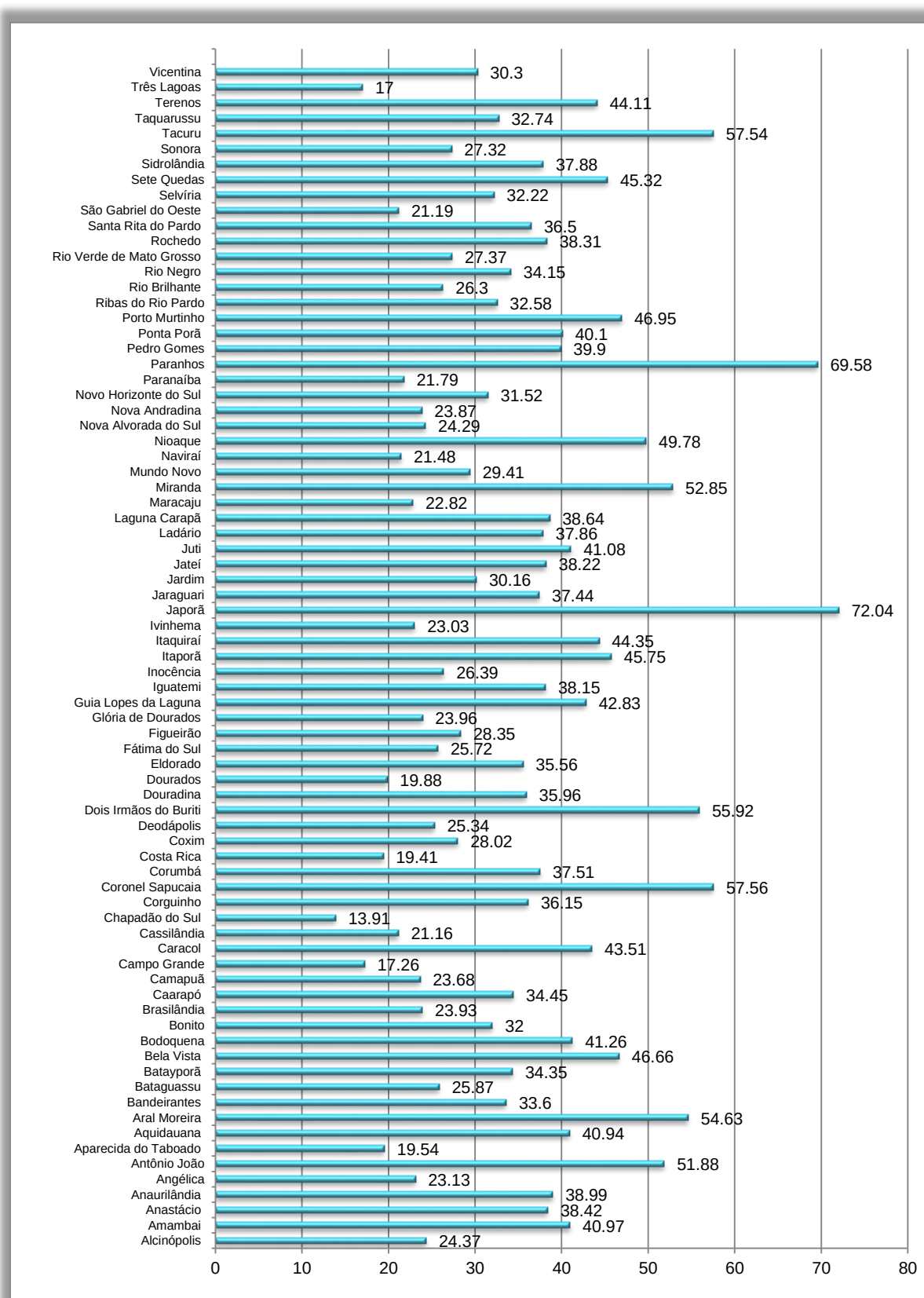
Os **Mapas 3.5, 3.6 e 3.7** demonstram a distribuição de renda dentro do estado de Mato Grosso do Sul a partir dos dados provenientes do Censo/IBGE de 2010. Os municípios são divididos em grupos, segundo a renda, identificados por cinco tons diferentes de azul. Assim, quanto mais claro o tom de azul, menor a renda *per capita* no município.

Entre o grupo dos extremamente pobres, o município de Juti apresenta a **menor** renda per capita do estado (R\$15,51) e Figueirão a **maior** (R\$52,17).

Mapa 3.13: Renda per capita dos extremamente pobres – municípios – 2010 (R\$)



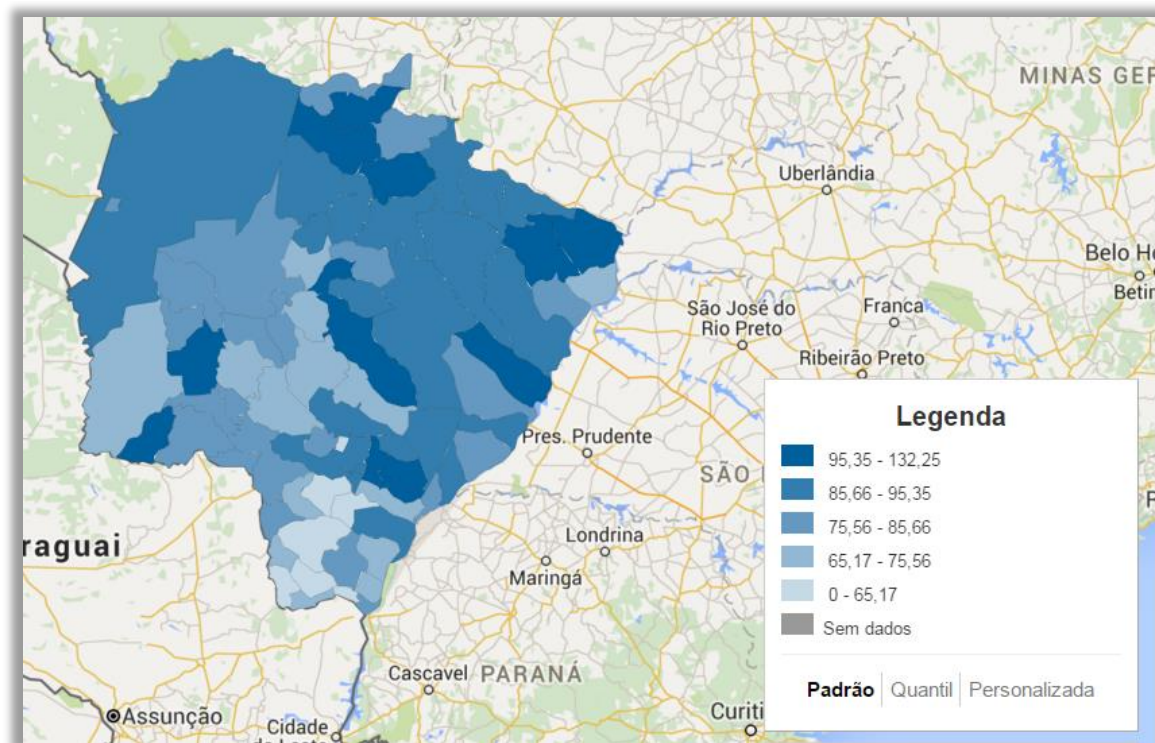
Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

Gráfico I: Renda per capita dos extremamente pobres (2010)

Fonte: IBGE, 2010 – Elaboração própria

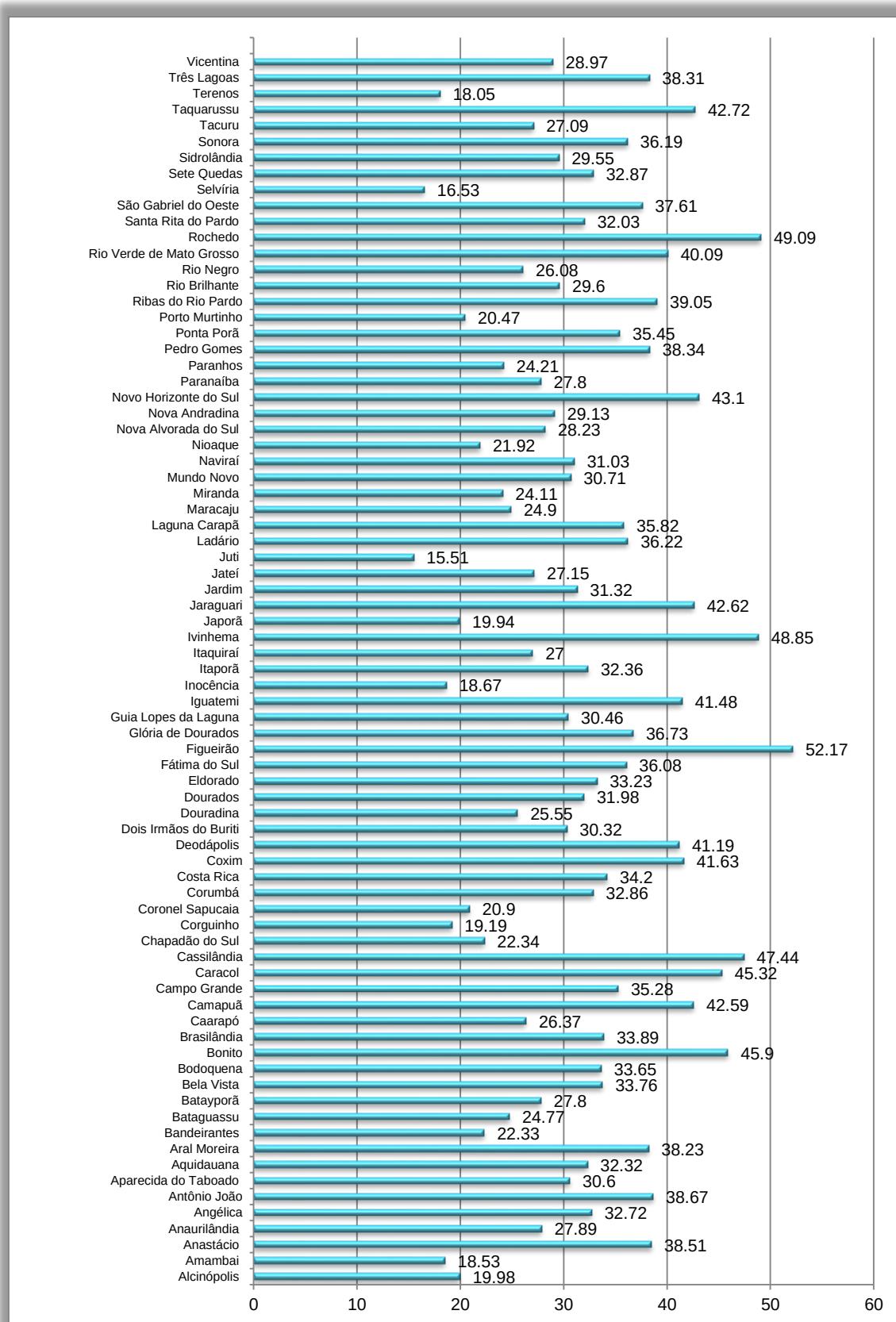
A respeito da renda per capita dos **pobres (Mapa 3.14)**, os menores valores são observados em municípios da região sul e centro-oeste do estado.

Mapa 3.14: Renda per capita dos pobres – municípios – 2010 (R\$)



Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

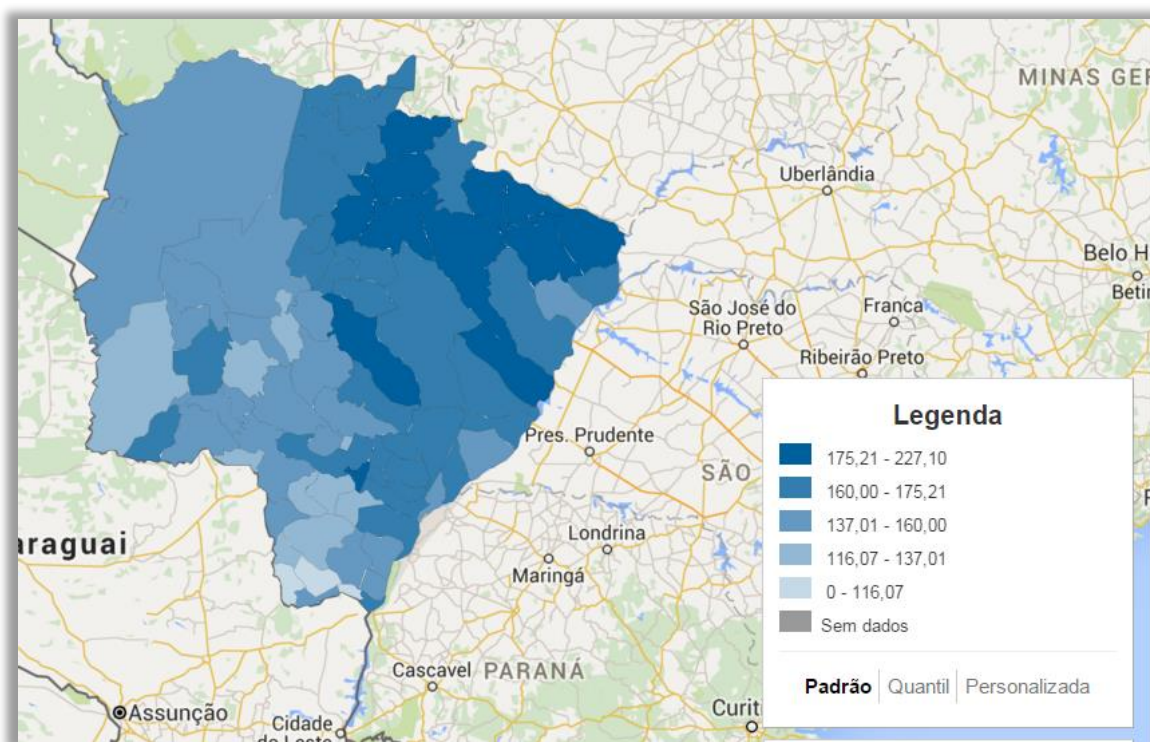
A menor renda per capita dos pobres é identificada no município de Japorã (R\$41,02). Em contrapartida, Figueirão apresenta a maior renda da população pobre dentre os municípios sul-mato-grossenses (R\$114,41).

Gráfico J: Renda per capita dos pobres por município em 2010 (R\$)

Fonte: IBGE, 2010

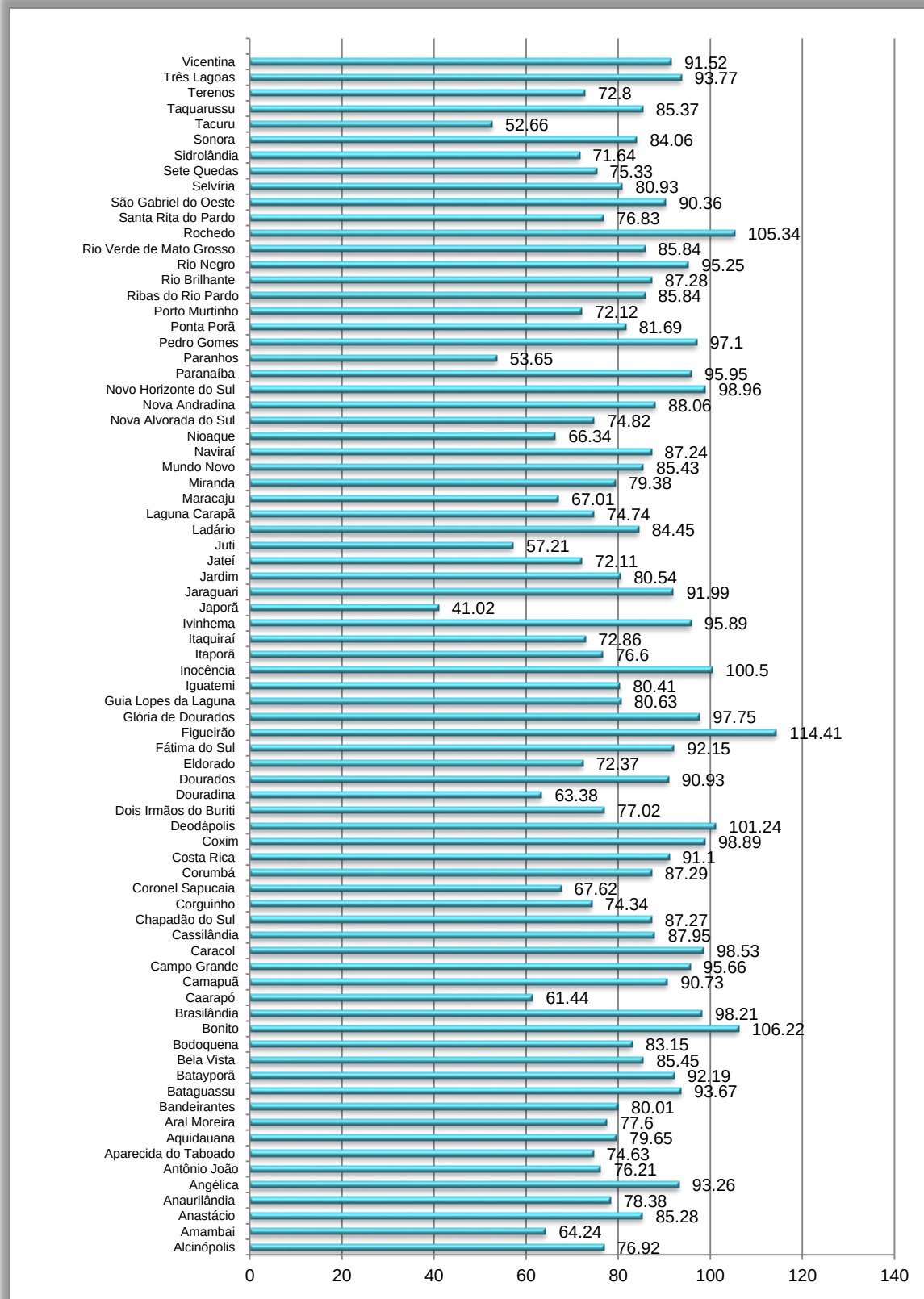
A renda *per capita* dos **vulneráveis a pobreza (Mapa 3.7)** é menor entre os municípios localizados nas regiões oeste e sul do estado. A maior parte destes municípios faz fronteira com o Paraguai e tem significativa população indígena e camponesa destacando-se Japorã (R\$74,99), Paranhos (R\$ 87,33) e Tacurú (R\$ 112,15).

Mapa 3.15: Renda *per capita* dos vulneráveis a pobreza – municípios – 2010 (R\$)



Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

Gráfico K: Renda *per capita* dos vulneráveis à pobreza por município em 2010 (R\$)



Fonte: IBGE, 2010 – Elaboração própria

3.3 Distribuição da pobreza dentro do estado.

Conforme os dados apresentados na **Tabela 3.3**, Mato Grosso do Sul apresentou a menor população abaixo da linha de extrema pobreza no Centro-Oeste em 2014 – aproximadamente 0,35% (29.083 pessoas) de toda a população em situação de extrema pobreza no país (IPEA, 2015).

Tabela 3.4: Número de indivíduos extremamente pobres – Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas – 2014

Localidade	Indivíduos pobres	Estimativas das populações (1º de julho de 2014)	Percentual de indivíduos extremamente pobres
Brasil	8.191.008	202.791.188	4,03%
Distrito Federal	34.765	2.852.372	1,21%
Goiás	66.398	6.523.222	1,01%
Mato Grosso do Sul	29.083	2.619.657	1,11%
Mato Grosso	44.560	3.224.357	1,38%

Fonte: IPEA, 2015.

Quando comparados os dados dos três últimos Censos/IBGE, é possível constatar que, em linhas gerais, houve diminuição nos índices de pobreza no estado. Todavia, nota-se que esta tendência foi mais significativa entre indivíduos pobres que entre os extremamente pobres (**Tabelas 3.4 e 3.5**).

Em 2014, o número de sul-mato-grossenses abaixo da linha de pobreza (**Tabela 3.5**) totalizava 98.191, correspondendo a 0,37% de toda a população brasileira em situação de pobreza. Comparativamente, o estado apresenta o menor número de indivíduos pobres da região Centro-Oeste, sendo também o menos populoso no mesmo ano.

Tabela 3.5: Número de indivíduos pobres – Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas – 2014

Localidade	Indivíduos pobres	Estimativas das populações (1º de julho de 2014)	Percentual de indivíduos pobres
Brasil	25.888.565	202.791.188	12,76%
Distrito Federal	144.247	2.852.372	5,05%
Goiás	331.986	6.523.222	5,08%

Mato Grosso do Sul	98.191	2.619.657	3,74%
Mato Grosso	133.676	3.224.357	4,14%

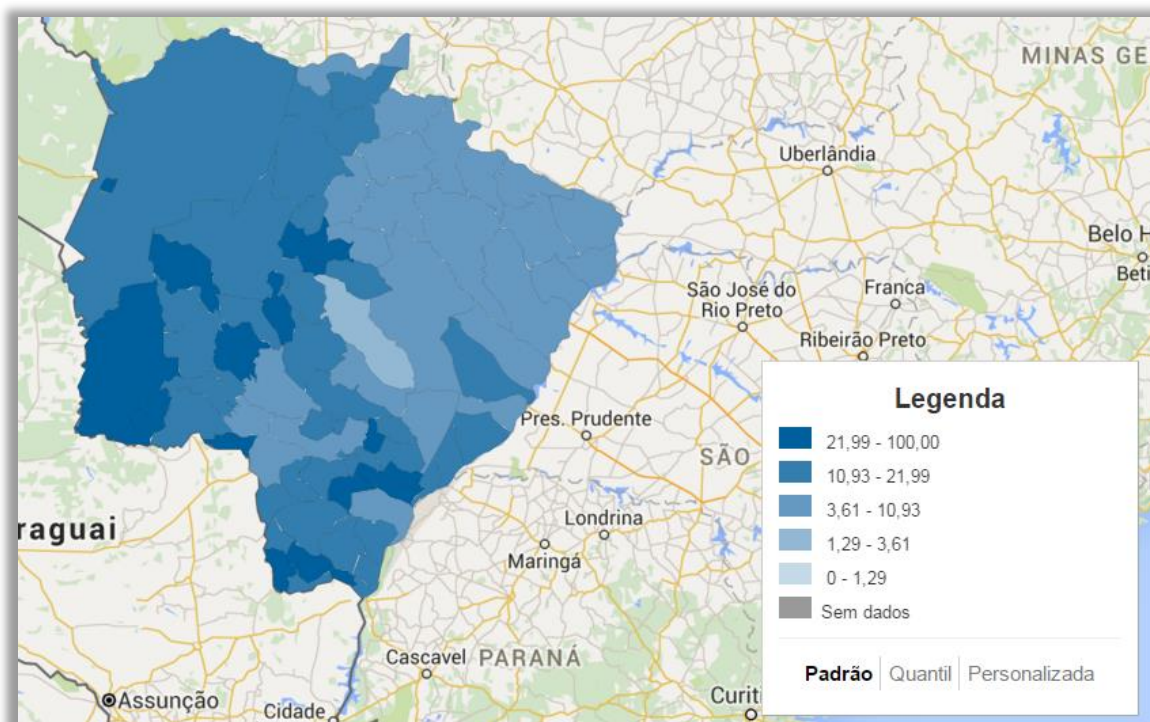
Fonte: IPEA, 2015.

Os índices obtidos pelo Censo/IBGE de 2010 (**Gráfico L**) apontam Japorã como o município sul-mato-grossense com maior porcentagem de extremamente pobres (42,15%), seguido por Paranhos (33,54%) e Tacurú (23,07%). O município de Figueirão apresenta a menor porcentagem de extremamente pobres (0,58%).

No caso da porcentagem de pobres (**Gráfico M**), o município de Japorã (56,46%) se destaca, assim como Paranhos (52,84%), Coronel Sapucaia (35,06%) e Tacurú (34,36%). Chapadão do Sul, por sua vez, apresenta a menor porcentagem de pobres por município do estado (3,17%).

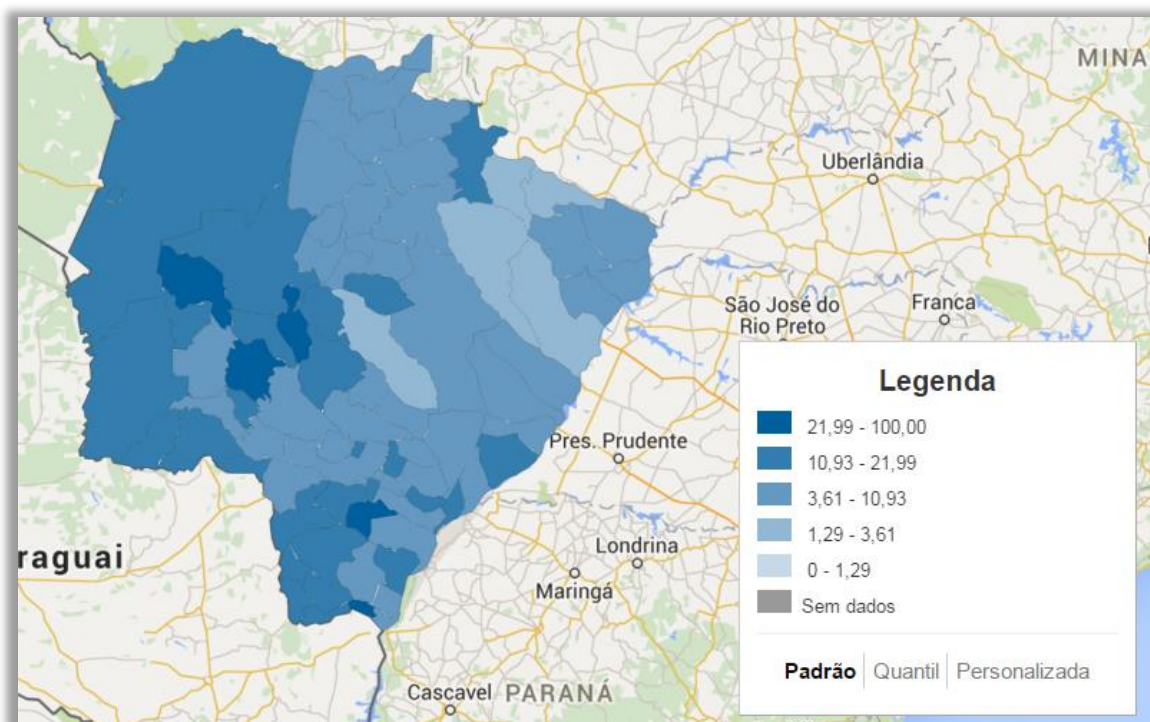
Japorã também aparece como o município sul-mato-grossense com maior porcentagem de vulneráveis a pobreza (72,04%), segundo os dados do Censo 2010 (**Gráfico N**). Destacaram-se também Paranhos (69,58%), Coronel Sapucaia (57,56%), Tacurú (57,54%), Dois Irmãos do Burití (55,92%), Antônio João (51,88%) Aral Moreira (54,63%) e Miranda (52,85%).

Mapa 3.16: Extremamente pobres – municípios – 1991 (%)



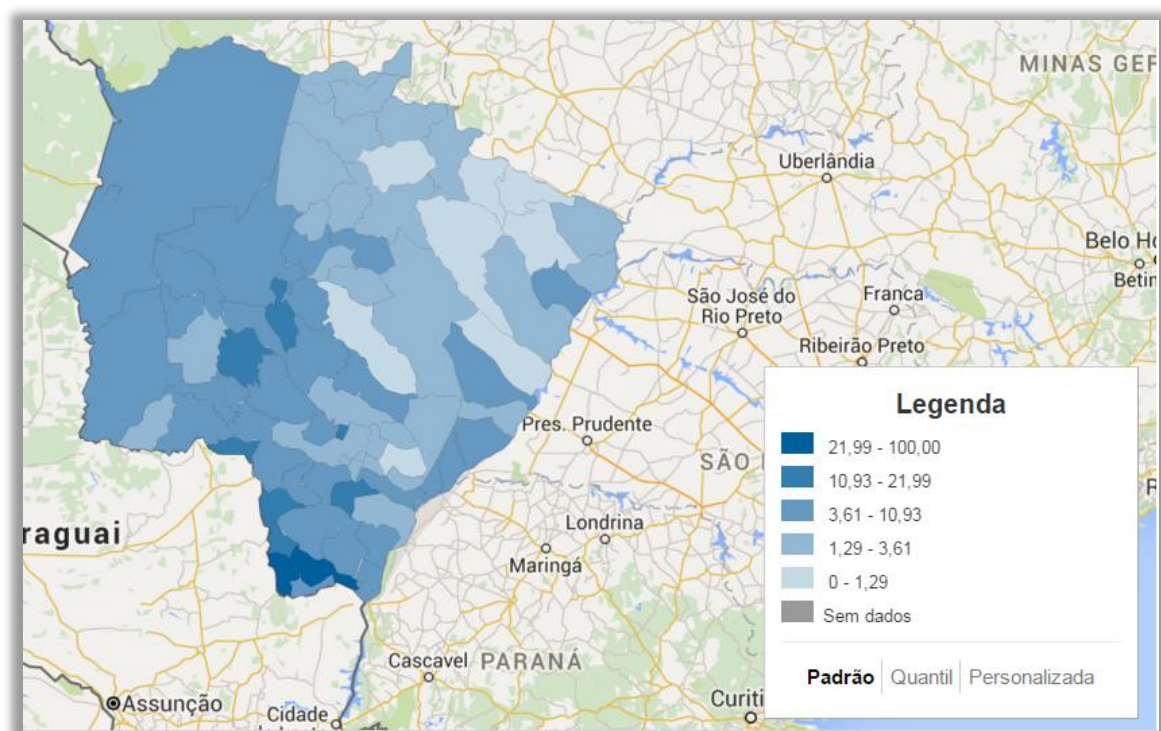
Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

Mapa 3.17: Extremamente pobres – municípios – 2000 (%)



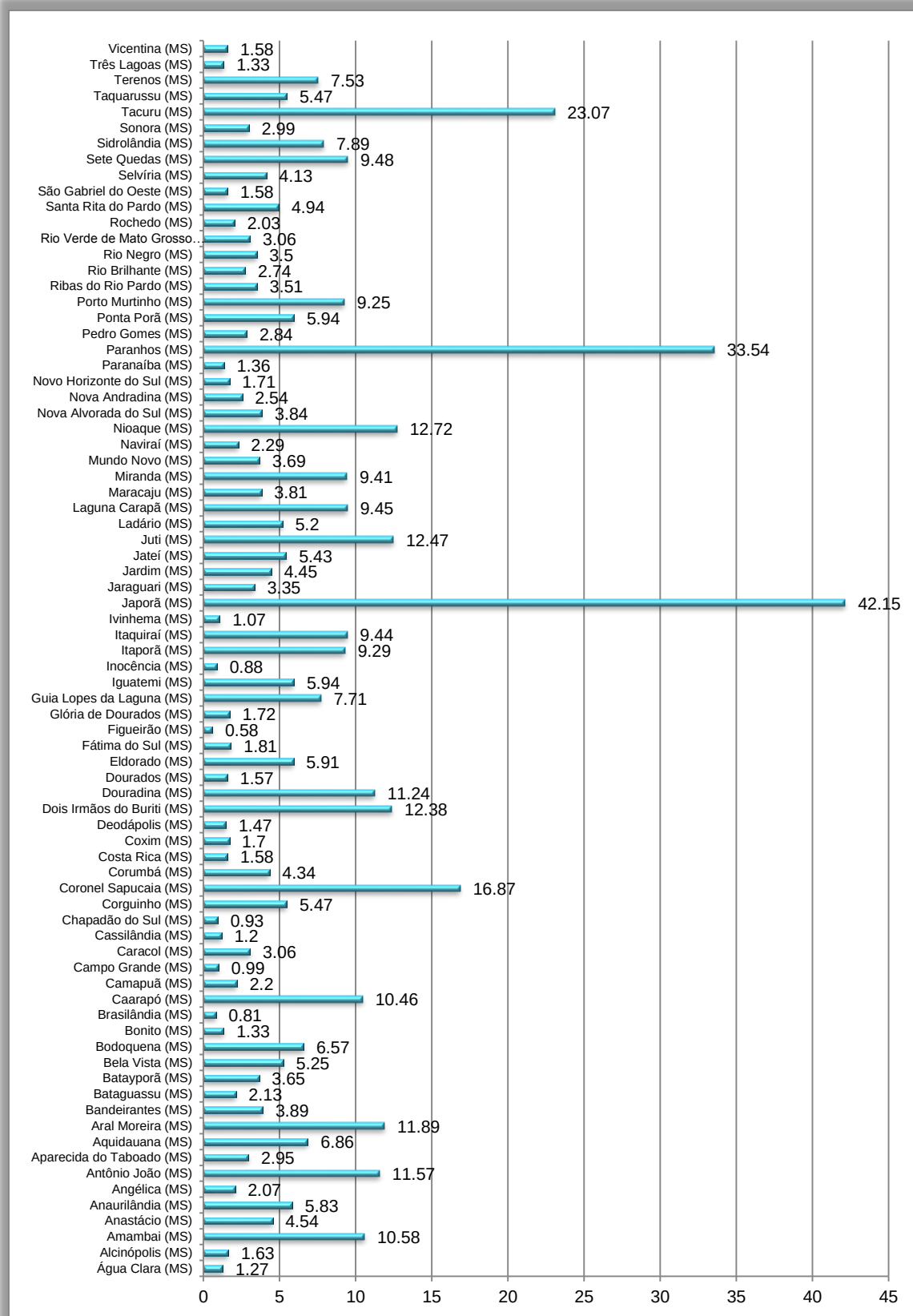
Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

Mapa: 3.18: Extremamente pobres – municípios – 2010 (%)



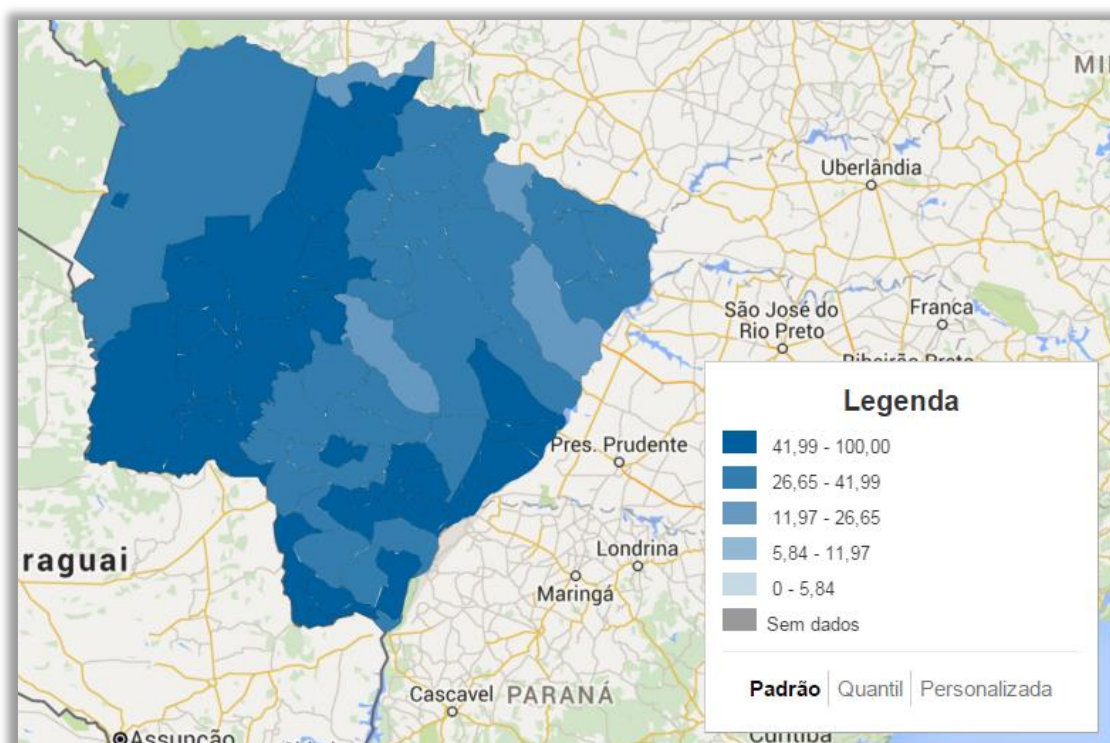
Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

Gráfico L: Porcentagem (%) de extremamente pobres por município em 2010



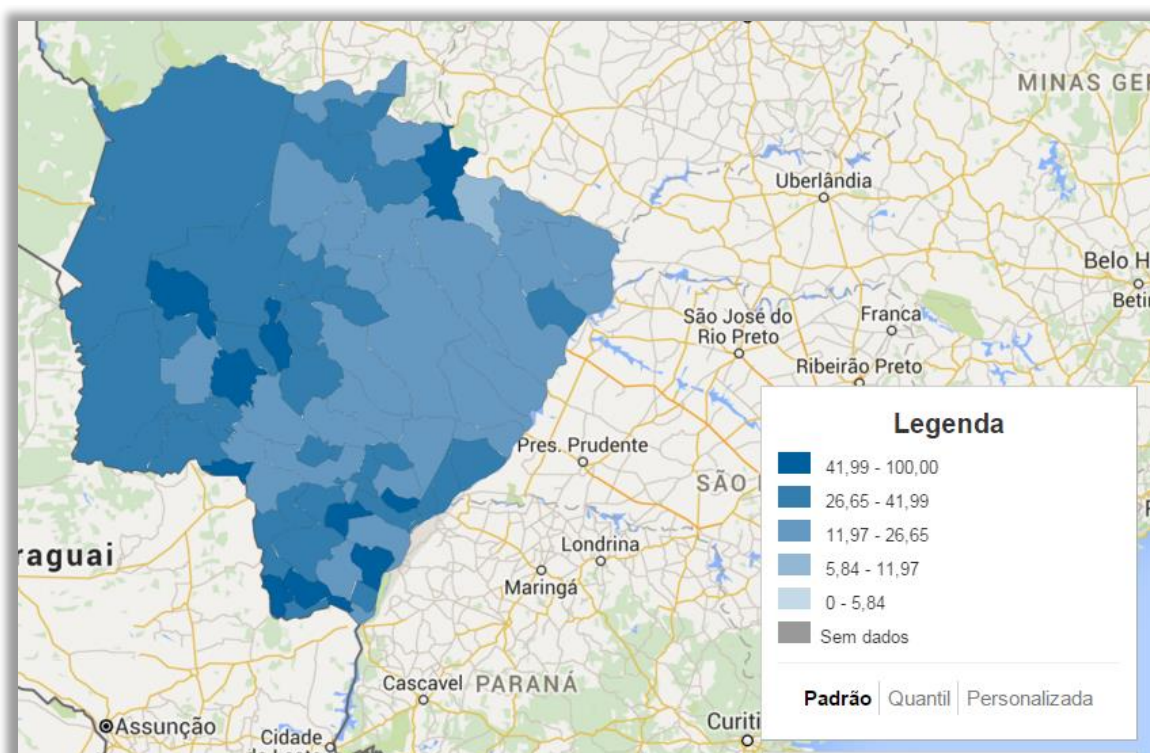
Fonte: IBGE, 2010 – Elaboração própria

Mapa 3.19: Pobres – municípios – 1991 (%)



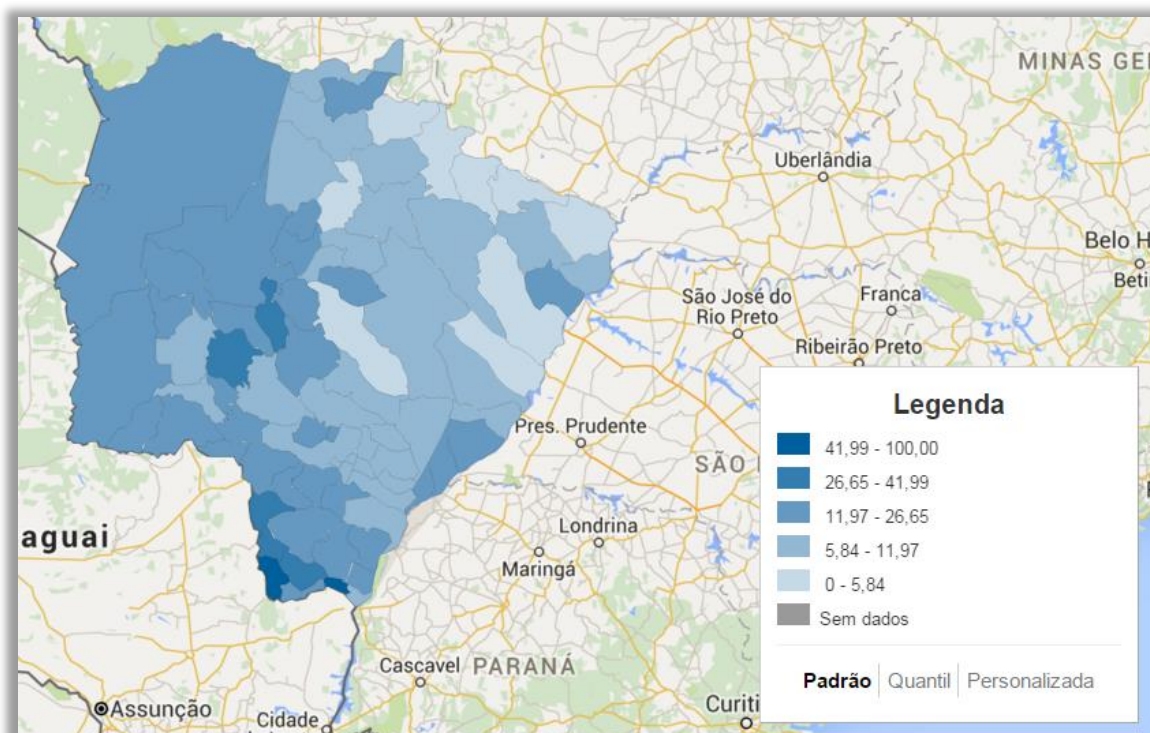
Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

Mapa 3.20: Pobres – municípios – 2000 (%)

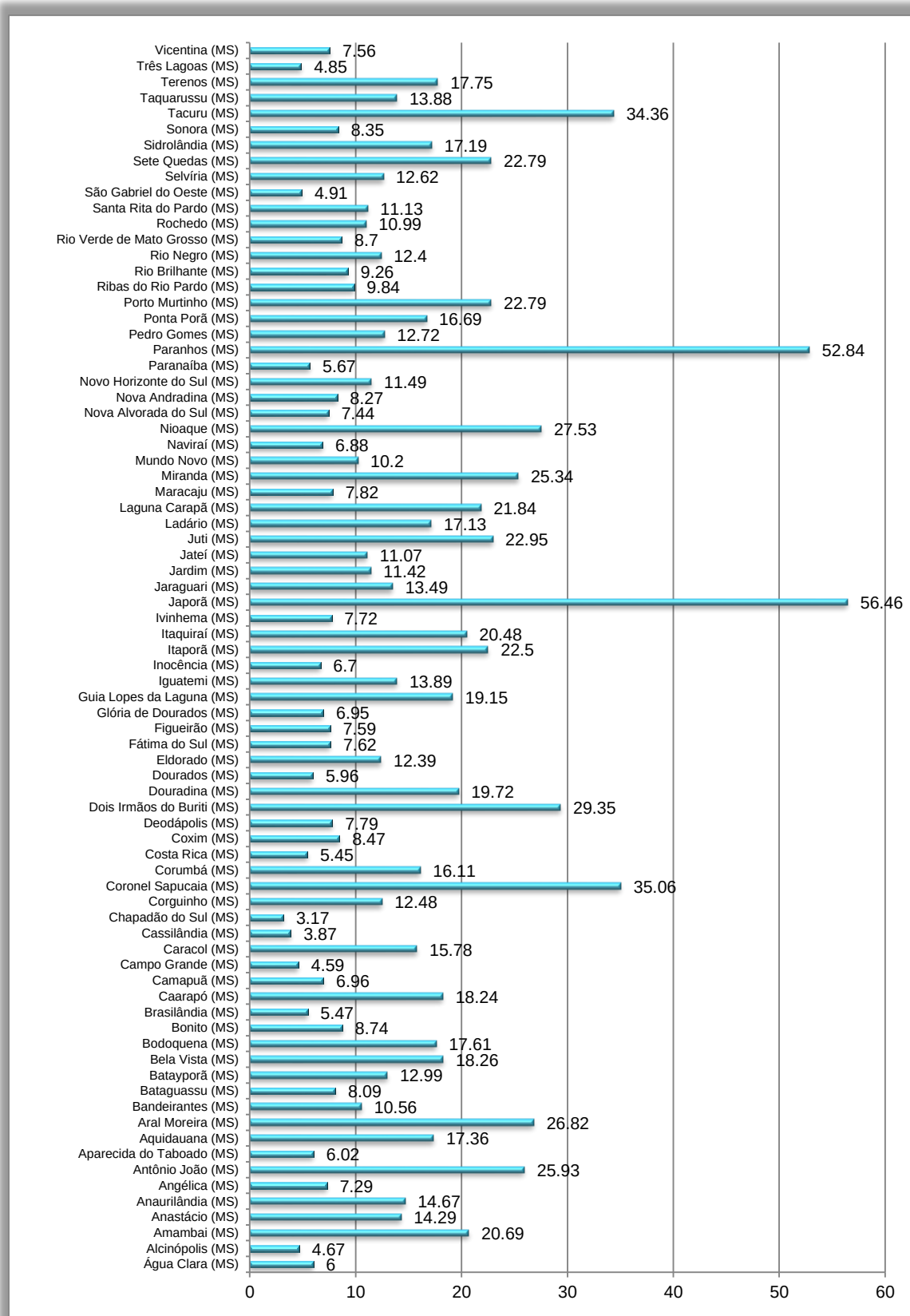


Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

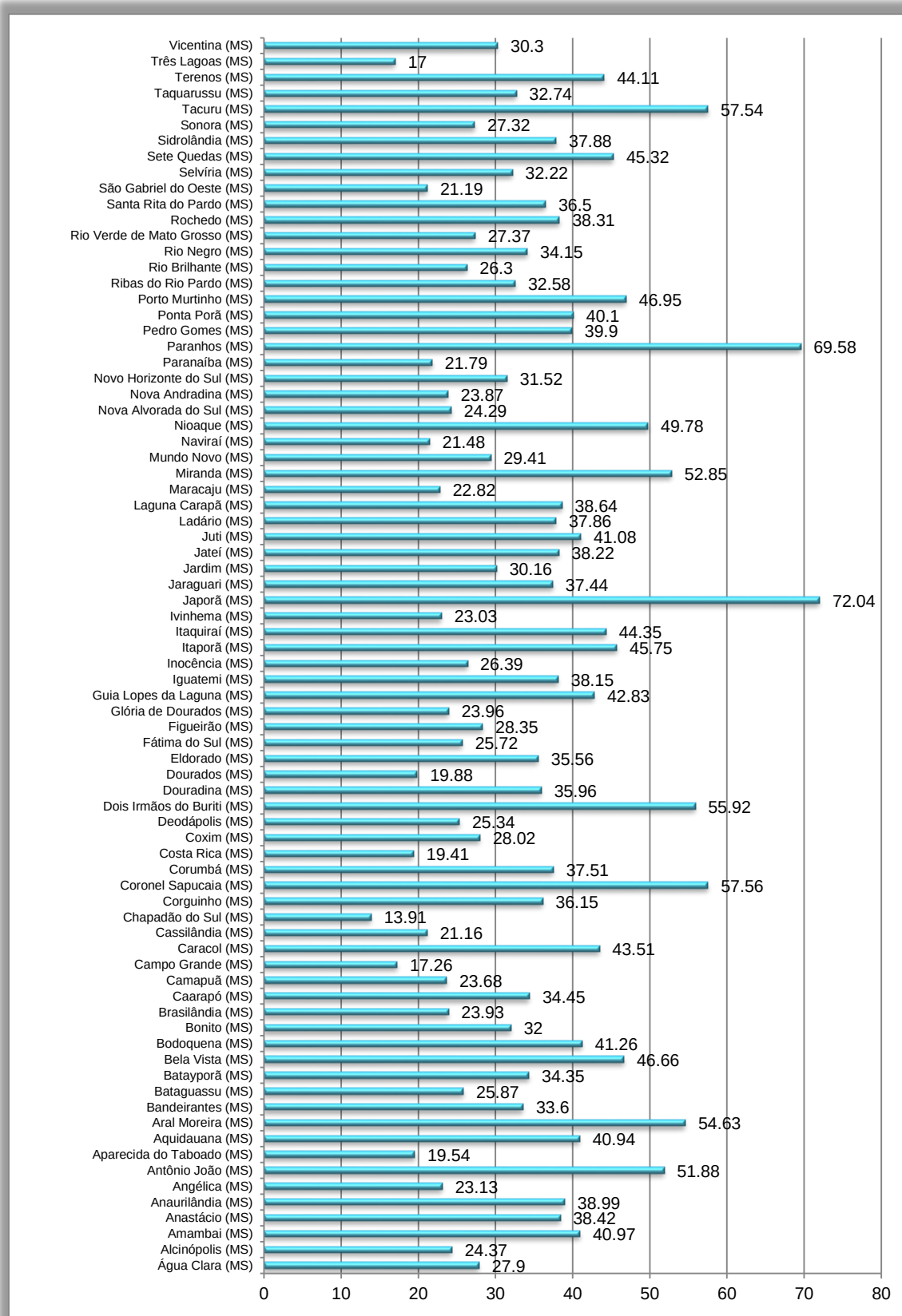
Mapa: 3.21: Pobres – municípios – 2010 (%)



Fonte de dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: ADHB, 2016

Gráfico M: Porcentagem (%) de pobres por municípios em 2010

Fonte: IBGE, 2010 – Elaboração própria

Gráfico N: Porcentagem (%) de vulneráveis à pobreza (2010)

Fonte: IBGE, 2010 – Elaboração própria

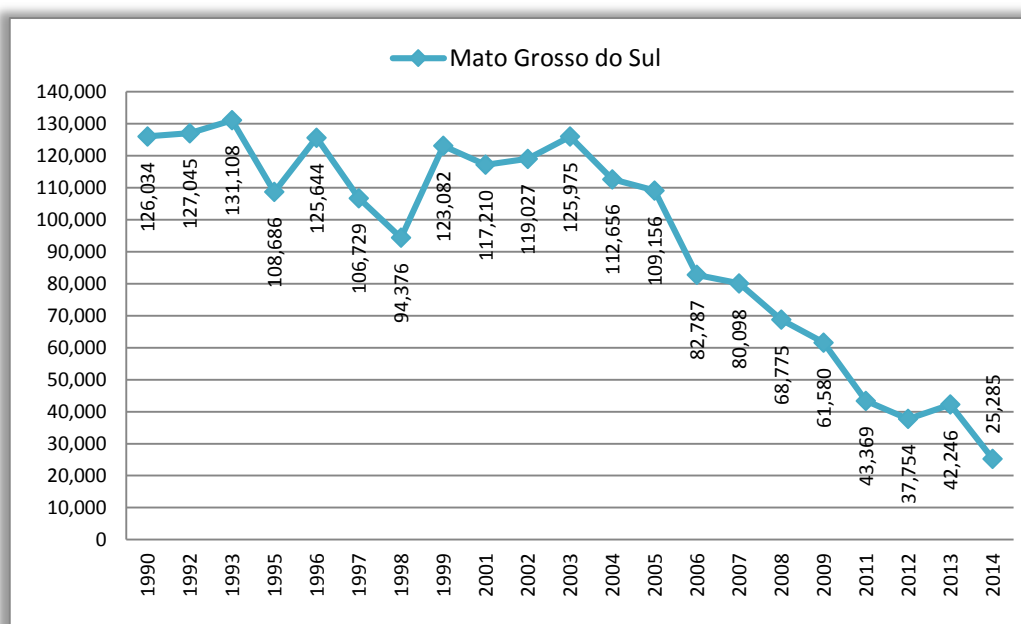
A porcentagem de vulneráveis à pobreza no estado diminuiu nas ultimas três décadas. Em 1991 tal população correspondia a 59,24 %, em 2000 a 48,36 % e em 2010 a 26,83%. Em 2000 o estado tinha 24,0% de sua população vivendo com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, dez anos depois este percentual caiu para 11,1%. Em 2010 a renda apropriada pelos 20% mais ricos de Mato Grosso do Sul representava 60,6%, por outro lado a renda apropriada pelos 20% mais pobres correspondia a 3,3% (PNUD, 2015).

3.4 Domicílios

Em 2014, o número de domicílios com renda inferior a linha de pobreza no estado era de 25.285. No caso dos domicílios com renda inferior a linha de extrema pobreza, o número era de 10.117 (IPEA, 2016).

Sobre a evolução do número de domicílios pobres no estado, o **Gráfico O** demonstra maior instabilidade entre 1990 e 2002. De 2003 a 2014, contudo, a quantidade destes domicílios cai acentuadamente – com exceção de 2013, quando houve ligeiro aumento.

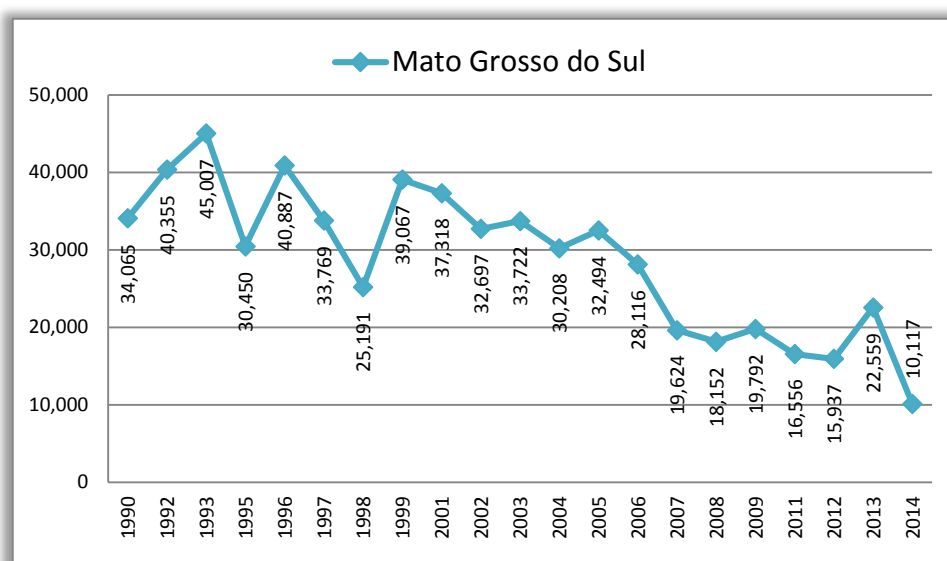
Gráfico O: Número de domicílios pobres (unidade)



Fonte: PNAD/IBGE, 2014

De modo geral o número de domicílios extremamente pobres diminuiu nas últimas décadas, mas de forma menos significativa que o observado entre os domicílios pobres. Como demonstra o **Gráfico P**, em 1990 estimava-se 34.065 domicílios extremamente pobres no estado, passando para 10.117, em 2014. Contudo, entre 2012 e 2013, houve aumento de 15.937 mil para 22.559 mil domicílios extremamente pobres.

Gráfico P: Número de domicílios extremamente pobres (unidade).



Fonte: PNAD/IBGE, 2014

De acordo com o Índice de Exclusão Social (IES), o município de Amambai apresenta o pior o índice de pobreza²¹ (**tabela 3.1**) do estado (0,224), seguido por Japorã (0,315) e Paranhos (0,351). Por outro lado, Chapadão do Sul apresenta os indicadores de pobreza menos severos do estado (0,882), seguido por Três Lagoas (0,853) e Campo Grande (0,842). Considerando o índice de pobreza dos 78 municípios²² de Mato Grosso do Sul, dos indicadores de pobreza de todos os municípios de Mato Grosso do Sul corresponde a 0,669.

²¹ Os índices variam de zero a um, sendo que as piores situações equivalem aos valores próximos de zero e as melhores situações equivalem aos valores próximos de um.

²² Este número de municípios corresponde àqueles considerados no Censo/IBGE 2010, ou seja, não incluem Paraíso das Águas, cuja criação aconteceu posteriormente.

Tabela 3.6: Indicadores de pobreza dos municípios de Mato Grosso do Sul segundo o Índice de Exclusão Social (IES) – 2010

	Município	Índice de pobreza	Ranking dos indicadores municipais de pobreza ²³
1.	AGUA CLARA	0,750	53º
2.	ALCINOPOLIS	0,443	04 º
3.	AMAMBAI	0,224	01 º
4.	ANASTACIO	0,636	25 º
5.	ANAUROLANDIA	0,654	29 º
6.	ANGELICA	0,777	61 º
7.	ANTONIO JOAO	0,51	09 º
8.	APARECIDA DO TABOADO	0,814	73 º
9.	AQUIDAUANA	0,623	21 º
10.	ARAL MOREIRA	0,471	07 º
11.	BANDEIRANTES	0,693	42 º
12.	BATAGUASSU	0,749	52 º
13.	BATAYPORA	0,694	43 º
14.	BELA VISTA	0,578	15 º
15.	BODOQUENA	0,627	23 º
16.	BONITO	0,727	48 º
17.	BRASILANDIA	0,785	66 º
18.	CAARAPO	0,692	41 º
19.	CAMAPUA	0,781	64 º
20.	CAMPO GRANDE	0,842	76 º
21.	CARACOL	0,600	18 º
22.	CASSILANDIA	0,803	71 º
23.	CHAPADAO DO SUL	0,882	78 º
24.	CORGUINHO	0,648	28 º
25.	CORONEL SAPUCAIA	0,448	05 º
26.	CORUMBA	0,661	31 º
27.	COSTA RICA	0,812	72 º
28.	COXIM	0,729	49 º
29.	DEODAPOLIS	0,780	62 º
30.	DOIS IRMAOS DO BURITI	0,502	08 º
31.	DOURADINA	0,664	34 º
32.	DOURADOS	0,825	75 º
33.	ELDORADO	0,657	27 º
34.	FATIMA DO SUL	0,76	58 º
35.	FIGUEIRAO	0,776	60 º
36.	GLORIA DE DOURADOS	0,781	63 º
37.	GUIA LOPES DA LAGUNA	0,602	18 º
38.	IGUATEMI	0,663	32 º
39.	INOCENCIA	0,751	54 º
40.	ITAPORA	0,585	16 º
41.	ITAQUIRAI	0,557	13 º
42.	IVINHEMA	0,794	69 º
43.	JAPORA	0,315	02 º
44.	JARAGUARI	0,669	37 º

²³ Onde o 1º corresponde ao município com maior índice de pobreza e 78º ao menor.

45.	JARDIM	0,733	51 °
46.	JATEI	0,646	25 °
47.	JUTI	0,603	19 °
48.	LADARIO	0,664	34 °
49.	LAGUNA CARAPA	0,677	39 °
50.	MARACAJU	0,760	57 °
51.	MIRANDA	0,518	10 °
52.	MUNDO NOVO	0,710	45 °
53.	NAVIRAI	0,799	70 °
54.	NIOAQUE	0,520	11 °
55.	NOVA ALVORADA DO SUL	0,787	67 °
56.	NOVA ANDRADINA	0,783	65 °
57.	NOVO HORIZONTE DO SUL	0,720	47 °
58.	PARANAIBA	0,792	68 °
59.	PARANHOS	0,351	03 °
60.	PEDRO GOMES	0,643	24 °
61.	PONTA PORA	0,632	22 °
62.	PORTO MURTINHO	0,592	17 °
63.	RIBAS DO RIO PARDO	0,718	46 °
64.	RIO BRILHANTE	0,768	59 °
65.	RIO NEGRO	0,666	36 °
66.	RIO VERDE DE MATO GROSSO	0,752	55 °
67.	ROCHEDO	0,670	38 °
68.	SANTA RITA DO PARDO	0,665	35 °
69.	SAO GABRIEL DO OESTE	0,817	74 °
70.	SELVIRIA	0,690	40 °
71.	SETE QUEDAS	0,554	12 °
72.	SIDROLANDIA	0,626	19 °
73.	SONORA	0,753	56 °
74.	TACURU	0,455	06 °
75.	TAQUARUSSU	0,694	43 °
76.	TERENOS	0,569	14 °
77.	TRES LAGOAS	0,853	77 °
78.	VICENTINA	0,729	50 °
MÉDIA DE TODOS OS MUNICÍPIOS		0,669	

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dez anos depois (GUERRA et al., 2014)
Elaboração própria

Destacados na tabela anterior aparecem os dez municípios com os piores índices de pobreza de Mato Grosso do Sul, segundo o Atlas da Exclusão Social do Brasil (2014). Além de Amambai, Japorã e Paranhos consta ainda Alcinópolis (4º), Coronel Sapucaia (5º), Tacuru (6º), Aral Moreira (7º), Dois Irmãos do Buriti (8º), Antônio João (9º), Miranda (10º), dentre os quais apenas o município de Alcinópolis e Dois Irmãos do Buriti não estão localizados na região de fronteira com o Paraguai.

3.5 Dimensões da pobreza em Mato Grosso do Sul

Segundo a CEPAL (2015, p.25), a matriz das desigualdades sociais na América Latina é formada pelas dimensões de etnia, raça e gênero. Uma vez que o estado de Mato Grosso do Sul está inserido neste contexto e que a pobreza é uma das mais severas manifestações das desigualdades sociais, passo a elencar os principais indicadores referentes a estas dimensões. .

3.5.1 Pobreza feminina

Nas ultimas décadas, a proporção de mulheres em Mato Grosso do Sul aumentou consideravelmente. Entre 2000 e 2010, por exemplo, a população feminina saltou de 1.038.046 para 1.229.096.

Embora a pobreza feminina não se limite ao critério da renda, este é um importante indicador para o debate sobre autonomia feminina, bem como a inserção desta população no mercado de trabalho.

Os dados do Censo/IBGE (2010) demonstram que a média do percentual de rendimento das mulheres na família em relação ao rendimento familiar total em Mato Grosso do Sul (37,2%) é inferior a média nacional (40,9%) (**Tabela 3.5**). A proporção de famílias com mulheres responsáveis no estado corresponde a 35,4%, também inferior a média nacional que é de 37,3% (**Tabela 3.6**).

Tabela 3.7 – Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (%)

Divisões Territoriais	2010
Brasil	37,3
Mato Grosso do Sul	35,4

Fonte: IBGE, 2010

No que se refere ao mundo do trabalho, a taxa geral de ocupação entre as mulheres sul-mato-grossenses foi de 91,6% no ano de 2010, enquanto a taxa nacional foi de 90%. Por outro lado, as menores taxas de ocupação referem-se ao grupo de mulheres pretas ou pardas, correspondendo a 87,8%, no Brasil, e 90% em Mato Grosso do Sul.

Tabela 3.8 – Taxa de ocupação – mulheres (%)

Divisões Territoriais	Mulheres (2010)	Mulheres Brancas (2010)	Mulheres Pretas ou Pardas (2010)
BR	90%	92,1%	87,8%
MS	91,6%	93,1%	90%

Fonte: IBGE, 2010

Tabela 3.9 – Taxa de ocupação – homens (%)

Divisões Territoriais	Homens (2010)	Homens Brancos (2010)	Homens Pretos ou Pardos (2010)
BR	94,5%	95,6%	93,6%
MS	95,9%	96,2%	95,7%

Fonte: IBGE, 2010

Ao comparar os indicadores, observa-se que as taxas de ocupação entre a população feminina é maior na esfera estadual que na nacional, Contudo, nos dois casos a taxa de ocupação das mulheres é inferior a dos homens, especialmente entre homens e mulheres pretos ou pardos.

Entende-se, portanto, que a pobreza não pode ser compreendida com base apenas no critério econômico, mas como um problema de múltiplas faces e manifestações, congregando questões políticas, culturais, sociais, de gênero, etnia, raça e regionais, por exemplo. A partir desta perspectiva, destaca-se a seguir indicadores sobre a população indígena de Mato Grosso do Sul.

3.5.2 População indígena

Nas últimas décadas o número de indígenas cresceu consideravelmente no estado, como demonstrado nos **Mapas 3.22 e 3.23**. Atrelado ao crescimento populacional aumentaram também os índices de pobreza, uma das diversas formas de opressão impostas a este grupo cuja identidade não é possível desassociar da identidade do próprio estado de Mato Grosso do Sul.

Os dados obtidos por meio do Censo/IBGE (2010) apontam para 73. 295 pessoas autodeclaradas indígenas vivendo em Mato Grosso do Sul. Este total

corresponde a 3,0 % no total da população do estado (%) e 9,0% no total da população autodeclarada indígena do Brasil.

As **Tabelas 3.10 e 3.11** elencam os municípios com maior população indígena no MS, em 2010, com destaque para Japorã (49,4%), Paranhos (35,7%) e Tacurú. (35,6%). Estes indicadores coincidem com aqueles que indicam a maior concentração de pobreza e extrema pobreza no estado. Desta forma, sugere-se que os municípios com maior concentração indígena são também os que mais concentram pobreza.

Tabela 3.10 – Municípios sul-mato-grossenses com maior população indígena

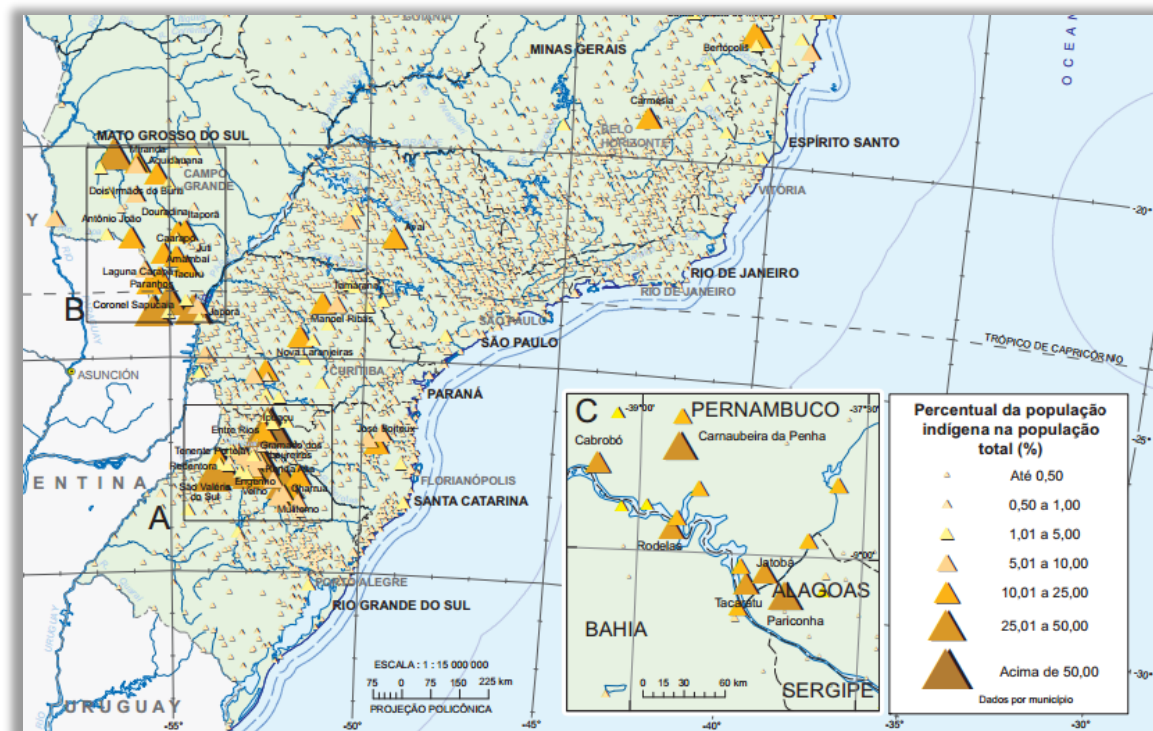
Município	(%)
Japorã	49,4
Paranhos	35,7
Tacurú	35,6
Miranda	25,3
Itaporã	24,4
Amambai	20,8
Coronel Sapucaia	18,4
Dois Irmãos do Buriti	17,9
Caapapó	17,0
Douradina	16,1

Fonte: IBGE, 2010

Tabela 3.11 – Municípios sul-mato-grossenses com maior população indígena urbana

Município	(%)
Antônio João	8,4
Anastácio	6,3
Sidrolândia	4,3
Aquidauana	3,9
Bodoquena	3,4
Nioaque	3,3

Mapa 3.23: Proporção da população de indígenas na população total – 2010

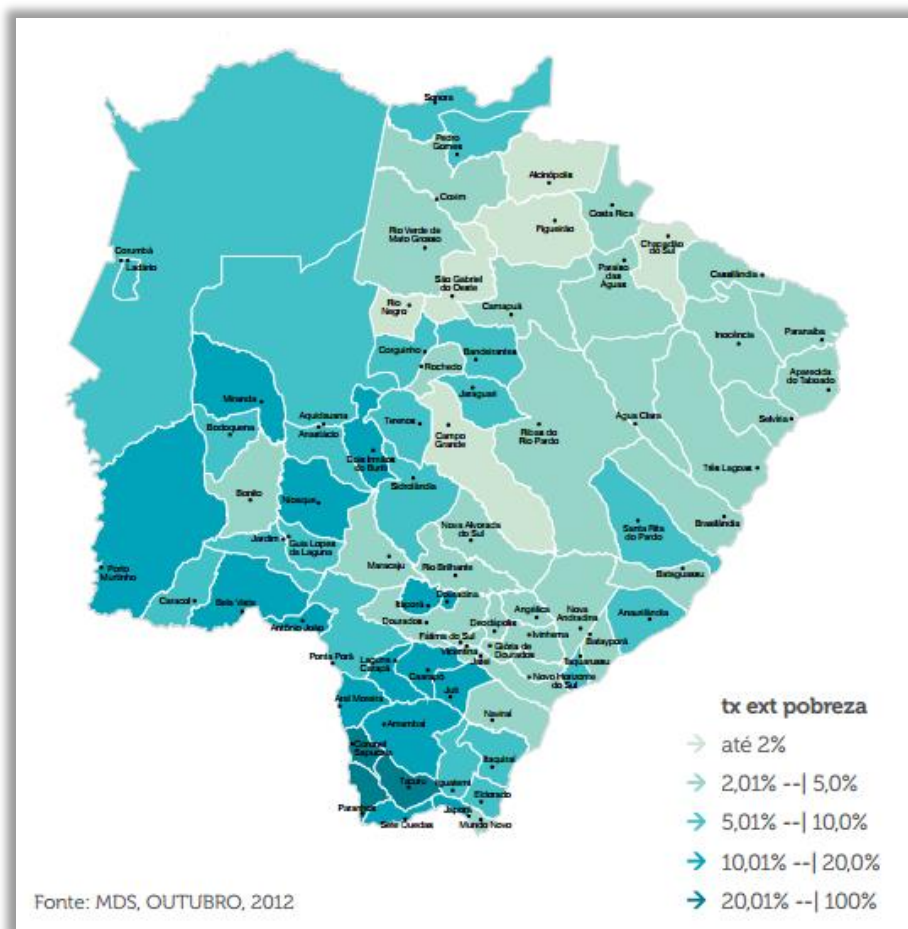


Fonte dos dados: IBGE, 2010 Fonte da imagem: IBGE/Indígenas, 2016

Comparando-se os mapas sobre a distribuição de indígenas no estado em 1990 e 2010, observa-se que houve maior concentração nas regiões centro-sul e oeste.

Indo além e comparando o mapa 3.9 ao mapa 3.10, vê-se que os municípios com maior concentração populacional indígena são também aqueles com as taxas mais alarmantes de pobreza. Conforme demonstra o mapa 3.10, Terenos, Coronel Sapucaia e Paranhos são os três municípios sul-mato-grossenses onde esta questão ganha contornos mais evidentes, com taxas de extrema pobreza entre 20,01% e 100%. Deve-se ressaltar ainda que os maiores aglomerados indígenas localizam-se na região de fronteira entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai.

Mapa 3.25: Taxa de extrema pobreza nos municípios em 2010



Fonte: MDS, 2012 Elaboração: SETAS/MS

A partir dos dados apresentados nos mapas **3.24** e **3.25**, compreende-se que qualquer debate cujo enfoque seja o rompimento com o ciclo de produção e reprodução da pobreza no estado de Mato grosso do Sul deve pautar-se na associação entre os fatores: 1) povos indígenas; 2) região fronteiriça; 3) pobreza extrema (miséria ou indigência).

3.6 O Cadastro Único e o Programa Bolsa Família (PBF) em Mato Grosso do Sul

Segundo dados disponibilizados pelo MDS, em outubro de 2015 o número de famílias inscritas no Cadastro Único em Mato Grosso do Sul totalizava 425.133, dentre os quais 107.373 famílias apresentavam renda *per capita* de até R\$ 77,00, 66.324 famílias com renda *per capita* familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00, 125.756 com renda *per capita* familiar entre R\$ 154,00 e 1/2 salário mínimo e 125.680 com renda *per capita* acima de 1/2 salário mínimo.

Ao todo, 299.453 famílias apresentaram renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo. Em outubro de 2015, 173.697 famílias estavam inscritas no Cadastro Único do Governo Federal em Mato Grosso do Sul.

Tabela 3.12: Número de famílias inscritas no Cadastro Único em Mato Grosso do Sul – outubro de 2015

Renda <i>per capita</i>	Número de famílias (2015)
Até R\$ 77,00	107.373
Entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00	66.324
Entre R\$ 154,00 e 1/2 salário mínimo	125.756
Acima de 1/2 salário mínimo	125.680
Total	425.133

Fonte: MDS, 2015.

Tabela 3.13: Bolsa Família - Pagamento em 2015 (de Janeiro a Dezembro/2015)

Estados	Famílias	Valor Total (R\$)
Mato Grosso do Sul	142.530	270.739.842,00
Centro-Oeste	739.695	1.339.624.576,00
Brasil	13.936.791	27.650.301.339,00

Fonte: MDS, 2015.

Ao todo, 142.530 famílias receberam benefício do BF em Mato Grosso do Sul no ano de 2015. Este número corresponde a 1,02% dos 13.936.791 pagamentos feitos pelo programa em todo o Brasil.

Paraíso da Águas foi o município sul-mato-grossense com menor número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (BF) entre Janeiro a Dezembro de 2015. Ao todo foram 206 benefícios pagos, cerca de

R\$ 337.179,00 segundo dados disponibilizados pelo MDS (2015). Instalado em 1º de janeiro de 2013, o município é o mais jovem e o sétimo menos populoso do estado, cerca de 5.150 habitantes (IBGE, 2015).

Com 29.889 famílias beneficiadas, Campo Grande foi o município que mais recebeu recursos do BF entre janeiro e dezembro de 2015, cerca de R\$ 47.061.331,00. Além de capital, este é também o município mais populoso do estado, cerca de 853.622 habitantes (IBGE, 2015).

A maioria das famílias beneficiadas pelo PBF no estado recebe o equivalente a R\$ 35,00, valor referente ao Benefício Variável, possuindo renda mensal *per capita* de até R\$ 154,00 e tem em sua composição crianças, adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizes. O segundo maior grupo recebe o Benefício Básico, ou seja, são famílias extremamente pobres – com renda mensal de até R\$ 77,00 *per capita* – que recebem R\$ 77,00, valor que independe do perfil de seus componentes (MDS, 2015).

Chama atenção o número de famílias que recebem o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 42,00, todas com jovens entre 16 e 17 anos frequentando a escola. Outro grupo que se destaca é o de famílias que recebem Benefício de Superação da Extrema Pobreza, ou seja, aquelas que permanecem em situação de pobreza extrema apesar de receberem outros benefícios do PBF.

Por grupos de origem étnica, o PBF beneficia 295 famílias quilombolas, 12.852 famílias indígenas, 4 famílias ciganas e 1 família pertencente a Comunidades de Terreiro. Por grupos relacionados ao meio ambiente, recebem o benefício 10 famílias extrativistas, 410 famílias de pescadores artesanais, 391 famílias de ribeirinhas, 800 famílias de agricultores familiares, 6.035 famílias assentadas da Reforma Agrária, 183 famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário e 1.961 famílias acampadas (MDS, 2015).

Em 2015 a quantidade de pessoas de cor/raça preta inscritas no Cadastro Único foi de 79.774 e a quantidade de beneficiários do PBF foi de

16.537 pessoas. No mesmo ano, o número de famílias indígenas sul-mato-grossenses cadastradas no Cadastro Único correspondia a 17.229 e 12.852 famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Os dados demonstram a magnitude da pobreza indígena no estado, bem como entre famílias ligadas ao meio ambiente. Este segundo grupo, em especial, chama atenção por estar culturalmente e economicamente atrelado ao meio que mais gera riqueza em Mato Grosso do Sul, a agricultura.

Como observado nos dados apresentados neste capítulo, é possível avaliar que Mato Grosso do Sul é um estado de contrastes. O estado, famoso pela produção de riquezas agroindustriais, é também aquele onde pobreza e questão indígena se confundem, onde as fronteiras são campos ainda carentes de políticas sociais e onde a população feminina cresce sem desfrutar das mesmas condições de renda e emprego que os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, correntes teóricas como a Psicologia e a Sociologia têm reconhecido o ser humano enquanto ser social, emergido em diversos níveis de relação que, por sua vez, determinam-se a partir das necessidades individuais e/ou coletivas. Em contraponto a esta capacidade de socialização e cooperação, apresenta-se a crescente naturalização das diversas formas de opressão. Interesses hegemônicos têm pulverizado os direitos sociais da densa massa populacional, exposta a variadas formas de opressão. Destas, destaca-se a pobreza.

Mato Grosso do Sul não destoa da realidade mencionada a cima, despontando-se como celeiro de contradições. O estado que é um dos mais ricos do país e grande produtor de cereis e leguminosas não é capaz de superar a pobreza extrema.

Embora pesquisas focadas no critério do rendimento apontem redução dos índices de pobreza no estado, principalmente a partir de 2003, o otimismo frente a tais resultados pode ser prejudicial a percepção da pobreza entre a população sul-mato-grossense. Isso porque, tais informações produzem a falsa impressão de que a pobreza é um problema superado.

No campo das políticas sociais, verifica-se a necessidade de mecanismos atentos a multidimensionalidade da pobreza, ao contrario de metodologias voltadas exclusivamente para o critério da renda. Por mais que o fator econômico seja fundamental para o empoderamento e superação da pobreza, as abordagens unidimensionais e/ou monetárias têm enviesado análises, deixando de lado questões primordiais como a cultura, diferenças territoriais, históricas, políticas, além das dimensões de gênero e etnia.

Desenvolver estratégias para superação da pobreza em Mato Grosso do Sul requer um olhar diferenciado sobre as características da pobreza no estado. Questões como localizar-se em região de fronteira e a diversidade étnica e de gênero são variáveis fundamentais para equacionar o problema.

Como pensado no início desta pesquisa, confirmou-se como mito a ideia de que no Mato grosso do Sul, por ser um dos estados mais ricos do país, não apresentaria índices severos de pobreza. Sobre esta questão, há o entendimento de que a abundância de recursos econômicos e naturais produzidos no estado não foi capaz de superar a escassez vivenciada especialmente pela população indígena.

Sobre os povos indígenas pesa o fardo de ser a população com maiores índices de pobreza no estado. Além da extrema pobreza, há também a opressão do “não olhar”, ou seja, a invisibilidade social a partir da indiferença e/ou discriminação.

Grosso modo, o processo de superação da pobreza enfrenta desafios como a desconstrução da crença de que a produção de riquezas em Mato Grosso do Sul é suficiente para eliminar a pobreza e/ou que no estado não há pessoas extremamente pobres; a distribuição equitativa de renda; o acesso efetivo e universal aos direitos sociais, bens e serviços; a invisibilidade que marginaliza a população mais pobre; a necessidade de parâmetros para análise da pobreza que não limitem-se a dimensão da renda, mas que abarquem a pluralidade regional; políticas governamentais democráticas e representativas; a limitada produção acadêmica sobre o tema, principalmente que se contraponham aos modelos unilaterais/monetários; a influência da ideologia neoliberal; a pobreza enquanto categoria útil aos interesses hegemônicos.

Ao final desta dissertação, avalia-se que muitas discussões possam se desdobrar da pesquisa realizada, já que esta não teve pretensão de oferecer todas as respostas sobre a pobreza no estado, mas reunir elementos que contribuam para novos debates.

Deste modo, os encaminhamentos finais revelam-se como um convite a novas análises sobre a estrutura da pobreza em Mato Grosso do Sul, bem como sobre o contexto social, político, cultural e histórico em que a questão é construída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCORSSI, Aline; GUARESCHI, Pedrinho; SCARPARO, Helena. **A naturalização da pobreza:** reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*; 24(3): 536-546, 2012. ISSN: 1807-0310 (Online).

ALTAMIR, Oscar. **La pobreza en América Latina.** Un examen de conceptos y datos. *Revista de la CEPAL*, p. 67-95, abr., 1981. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12122/013067095_es.pdf?sequence=1

AMORIM, Ricardo; POCHMANN, Marcio (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1.

BALBACHEVSKY, Elizabeth e HOLZHACKER, Denilde. **O novo consenso da sociedade brasileira:** democracia e igualdade. *Opin.Publica* [online].2011, vol.17, n.2, pp. 493-515.ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000200009>.

BANCO MUNDIAL. **Trabalhando para acabar com a pobreza na América Latina** e no Caribe: trabalhadores, empregos e salários. Washington, junho de 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/06/03/latin-america-poverty-gains-higher-wages-better-jobs>
Acesso em: outubro de 2015.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; FREITAS, Gustavo Gomes de; DOWBOR, Monika; AMORIM, Ricardo L. C.; BARBOSA, Rogério & CALLIL, Victor. **O Brasil real:** a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia a todos nos?** Rio de janeiro: Zahar, 2013. ISBN: 9788537814161.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência da vida.** 2ª edição. Difusão européia do livro, São Paulo: 1967.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O pensamento novo desenvolvimentista. Notas para conferência e artigo, aproveitando ideias apresentadas na UFRGS.** Porto Alegre, junho de 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/conferencias/2014/651-Pensamento-nov.24.7.14.pptx.pdf>

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William (orgs.) **Dicionário do pensamento social do século XX.** Traduzido por Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. 970 p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: CAMPELLO, Tereza; COSTA, Patrícia Vieira da; FALCÃO, Tiago. Brasília: 2014.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires : CLACSO, 2011. 208 p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CEPAL. **Desenvolvimento social inclusivo: Uma nova geração de políticas para superar a pobreza e reduzir a desigualdade na América Latina e Caribe**. Lima, 2015. Disponível: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39100/S1500896_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: dezembro de 2015.

CONSÓRCIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (CIS). Disponível em: <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/MiniCurso.aspx>. Consulta em: 10 de junho de 2015.

DRAIBE, Sônia Míriam. **As Políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas**. In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília, 1990.

_____. **As políticas sociais e o neoliberalismo - Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas**. *Revista USP*, 1993, n. 17, p. 86-101.

_____. RIESCO, Manuel. **Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação**. *Sociologias* [online]. 2011, vol.13, n.27, pp. 220-254. ISSN 1517-4522. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000200009>.

_____. **Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário latino-americano**. *Lua Nova* [online]. 1993, n.31, p. 5-46. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000300002>.

DUPAS, Gilberto. **A lógica da economia global e a exclusão social**. *Estud. av.* [online]. 1998, vol.12, n.34, pp. 121-159. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000300019>. Consulta em: novembro de 2015.

EULER, Werner. A felicidade alheia, os pobres e os mendigos na Doutrina da Virtude de Kant. **Revista Studia Kantiana**, 14 (2013): 160-179. ISSN Eletrônico: 2317-7462.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012**. Centro de Estatística e Informações: Belo Horizonte - MG, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FUNAI. **Etnodesenvolvimento**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/2013-11-18-18-38-38>. Acesso: agosto de 2015.

GARCIA, A. V. **A pobreza do “homem”**. Florianópolis: Lastro, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101897>

GUERRA, A. *et al.* **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2014.

HOBBSAWM, E. J. **A era do Capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 3ª ed. 339 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Brasil. Consulta em: abril de 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica número 32. Rio de Janeiro, RJ: 2013. ISSN 1516-3296

_____. **Estatística da Produção Agrícola julho de 2015**. Brasil. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Fasciculo_Indicadores_IBGE/estProdAgr_201507.pdf. Acesso: agosto de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social: Assistência Social Percepção sobre pobreza: causas e soluções**. Disponível em: Brasília, 2011. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/111221_sips_assistenciasocial.pdf. Acesso: agosto de 2015.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **TD 1137 - A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil**. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso: agosto de 2015.

KON, Anita. **Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores**. Revista Economia & Tecnologia (RET). Vol. 8, N. 2, p. 5-22. Abr/Jun 2012. ISSN 2238-1988

LARA, Ricardo. **Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia**. Rev. katálysis, Jun 2013, vol.16, nº.1, p.91-100. ISSN 1414-4980. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a10.pdf>

LIMA, Sergiany da Silva; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 293-328, ago. 2015.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção**. Cadernos Pagú, nº26, janeiro-junho de 2006, p.405-430. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398.pdf>

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SULIANO, Daniel Cirilo. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Nota técnica nº 38. Ceará: 2009. Disponível e: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_38.pdf

MACHADO, E. M. **Política social: a moderna Lei dos Pobres**. 2006. Disponível: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000259.pdf>. Acesso: agosto de 2015.

MARX, K. **Prefácio Contribuição para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 288 p.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor; LIMA, Sergiany da Silva. **Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil**. Econ. soc.[online]. 2015, vol.24, n.2, pp. 293-328. ISSN 1982-3533.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Traduzido por: Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho. **Programa Vale Renda**. Campo Grande: 2015.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.** [online], 2012, n.110, pp. 270-287.ISSN 0101-6628. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>. Acesso em: junho de 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/07.pdf> Acesso: novembro de 2015.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do Capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009. 140p.

_____. **Disciplina “Sociologia do Desenvolvimento – As contribuições teóricas de István Mészáros”**. Mestrado em Sociologia (UFGD). Dourados: novembro de 2014. (minhas anotações)

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório Nacional de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/http>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

_____. **Brasil sobe uma posição no ranking do IDH e fica em 79º entre 187 países.** Disponível Em: <http://www.pnud.org.br/noticia.aspx?id=3909>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

_____. **Esclarecimento sobre fontes de dados estatísticos utilizados pelo Relatório do Desenvolvimento Humano 2014.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/fontesdedados.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

RELATORIA DO DIREITO HUMANO À TERRA, TERRITÓRIO E ALIMENTAÇÃO. **Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul.** Disponível em: http://www.plataformadh.org.br/files/2014/06/2014_terra_guarani_kaiow%C3%A1_ms.pdf. Acesso em: 09 de junho de 2015.

SADER, Emir. **O imperialismo, fase atual do capitalismo.** Carta maior. 2011. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-imperialismo-fase-atual-do-capitalismo/2/23655>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

SCHNEIDER, W. **Compreensão do Neoliberalismo.** In: Diálogo nº 1, vol. 23, 1990.

SEMADE. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2015.** Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/Diagnostico_Socioeconomico_de_MS_20151.pdf Acesso em: outubro de 2015.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista.** Anuário Antropológico/84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p.11-44.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas:** caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>. Acesso: novembro de 2015.

_____. **O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais.** Políticas públicas (*online*). v. 6, nº 2 (2002) ISSN 2178-2865. Disponível em: file:///C:/Users/Bruna/Dropbox/Dados%20MS%20para%20defesa/O_debate_sobre_a_pobreza_-_quest%C3%B5es_teorico-conceituais.pdf

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990.** Brasília: IPEA, 1998. (Texto para Discussão nº 852)

_____. **A Transposição de Teorias sobre a Institucionalização do Welfare State para o Caso dos Países Subdesenvolvidos.** Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão nº 695)

TERRA DE DIREITOS. **Criado o CONDEPI:** Comitê Nacional de Defesa dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul. Curitiba: 2015.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna.** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; HOFFMAN, Maria Barroso (Org.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa & LACED, 2002, v., p. 87-105.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc. [online], 2012, n.110, pp. 288-322. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>.